



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA

**COSMOPOÉTICAS RIBEIRINHAS:
ALERTAS SOBRE MUDANÇAS DO TEMPO E ALIANÇAS PARA CRIAÇÕES
ESTÉTICAS E POLÍTICAS COM O RIO SÃO FRANCISCO**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA

3. Título do trabalho

COSMOPOÉTICAS RIBEIRINHAS: ALERTAS SOBRE MUDANÇAS DO TEMPO E ALIANÇAS PARA CRIAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS COM O RIO SÃO FRANCISCO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Leon Patrick Afonso De Souza, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2024, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4757331** e o código CRC **6A9C1651**.

LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA

**COSMOPOÉTICAS RIBEIRINHAS:
ALERTAS SOBRE MUDANÇAS DO TEMPO E ALIANÇAS PARA CRIAÇÕES
ESTÉTICAS E POLÍTICAS COM O RIO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia Social
Linha de pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas

Orientadora: Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Leon Patrick Afonso de
Cosmopoéticas ribeirinhas: alertas sobre mudanças do tempo e alianças para criações estéticas e políticas com o rio São Francisco [manuscrito] / Leon Patrick Afonso de Souza. - 2024.
142 f.

Orientador: Prof. Suzane de Alencar Vieira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Rio São Francisco. 2. Cosmopoéticas. 3. Ribeirinhos. 4. Antropologia ribeirinha. 5. Ecologias. I. Vieira, Suzane de Alencar, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 004/24-M da sessão de Defesa de Dissertação de **LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA**, que lhe confere o título de Mestre em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos dezanove dias do mês de julho de 2024, às 09:00 horas, na Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA**, intitulada *COSMOPOÉTICAS RIBEIRINHAS: ALERTAS SOBRE MUDANÇAS DO TEMPO E ALIANÇAS PARA CRIAÇÕES ESTÉTICAS E POLÍTICAS COM O RIO SÃO FRANCISCO*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG - presidente); André Dumans Guedes (UFF - membro externo) e Emmanuel Duarte Almada (UEMG - membro externo). O candidato apresentou seu trabalho, foi arguido pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído ao mestrando o seguinte resultado: **aprovado**. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professor do Magistério Superior**, em 19/07/2024, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Dumans Guedes, Usuário Externo**, em 20/07/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel D. Almada registrado(a) civilmente como Emmanuel Duarte Almada, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4638201** e o código CRC **78D37487**.

Referência: Processo nº 23070.031501/2024-95

SEI nº 4638201

LEON PATRICK AFONSO DE SOUZA

**COSMOPOÉTICAS RIBEIRINHAS:
ALERTAS SOBRE MUDANÇAS DO TEMPO E ALIANÇAS PARA CRIAÇÕES
ESTÉTICAS E POLÍTICAS COM O RIO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Linha de pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas

Defendida e aprovada em: 19 de julho de 2024.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira
(Orientadora – PPGAS/UFG)

Prof. Dr. André Dumans Guedes
(UFF)

Prof. Dr. Emmanuel Duarte Almada
(UEMG)

AGRADECIMENTOS

*“Lá do céu evém caindo
Três raminhos de fulô
O do meio evém dizendo
Que esse rio é meu amor.
É meu amor,
O do meio evém dizendo,
Lá do céu evém caindo
Três raminhos de fulô!”*

Escutei esses versos de Frei Chico e Josino Medina pela primeira vez entre 2004 e 2006, quando comecei a participar dos movimentos sociais em defesa do rio São Francisco, do cerrado, das águas e dos povos. Reencontrei essa declaração de amor ao Velho Chico num CD guardado na minha casa, enquanto buscava memórias para inspirar a pesquisa.

Um dos raminhos de fulô que vem caindo do céu diz que esse rio é meu amor. Por isso, ofereço este ramo ao rio da minha vida, o São Francisco. Por me inspirar desde a infância, me acolher em seus mundos, me ensinar sobre fluxos, tempos, existência, medo, coragem, curvas, profundidades. O rio da minha vida é água, peixes, cores, cheiros, tarrafas, quintais, pescas, família, margens, barcos, carrancas e histórias. Essa dissertação é inspirada por tudo que é com o São Francisco, por isso ofereço meu compromisso de continuar lutando para que continuemos existindo com ele.

Os dois outros raminhos são, neste momento, agradecimento e cumplicidade. Ofereço-os com toda minha alegria e amizade a quem fluiu comigo neste caminho do mestrado. A minha mãe e meu pai, Ester e José Maria, pela teimosia e generosidade de abrir portas para a realização dos meus/nossos projetos de vida. No caso do mestrado, vocês abriram novamente a porta de casa para que eu passasse os períodos de campo, e se juntaram na tarefa de encontrar pessoas, marcar entrevistas, conseguir contatos, recordar histórias. Muito obrigado a Lara Vitória, minha irmã, que ao longo dos dois anos e meio de mestrado foi uma companhia sensível e escuta em tantos momentos.

Agradeço a Geraldo Babau, Jânio, Gelson, João, seo Clarindo, Meire, seo Joel, dona Pureza, davi de Jesus do nascimento e Caio Esgario. Com vocês, eu reencontrei o São Francisco, e nas lutas cotidianas de cada uma e cada um, redescobri o que nos inspira em tempos passados e presentes: o desejo de viver com justiça, dignidade, vida plena, água limpa, peixe frito, vazantes cheias de frutos, comida sadia na mesa. Ofereço a vocês minha cumplicidade de continuar trabalhando para prolongar o efeito de seus alertas e criações, para que o São Francisco continue sendo morada e acolhida de tantos seres.

Para Gustavo Ornelas, com quem compartilho cotidianamente abraços, cheiros e carinhos demorados, ofereço um raminho de amor e cumplicidade. Obrigado pelo incentivo, por ser afago cuidadoso e ousado nos tempos desafiadores, mas especialmente por celebrar as descobertas e realizações, sempre com café, bolo, beijos e colo.

Agradeço imensamente a Suzane de Alencar Vieira, que aceitou me orientar nesta pesquisa. Meu agradecimento é muito mais que pela orientação. Com Suzane eu reencontrei a Antropologia como uma possibilidade de compromisso ético, epistemológico e político para reafirmação da vida diante das crises, da desesperança e das lutas. O raminho que te ofereço, Suzane, é de agradecimento por me ajudar a experimentar com ousadia o campo, a escrita, os conceitos e as relações.

Aos queridos André Dumans Guedes e Emmanuel Duarte Almada, que generosamente ofertaram seu tempo e suas inteligências sensíveis para ler este trabalho e participar da banca, agradeço e digo que vocês são inspirações para o meu fazer acadêmico, profissional e militante.

Enquanto eu caminhava na beira do rio em abril de 2023, preocupado com a pesquisa, lembrei da tese de doutorado de Igor Luiz da Silva, um ribeirinho que escreveu sobre os sonhos, memórias e paisagens com o São Francisco, na região de Pão de Açúcar – AL. Ali mesmo peguei o celular, busquei seu contato em algum artigo publicado e escrevi um e-mail. A resposta de Igor chegou minutos depois, e um dos trechos era o seguinte: “Te convido para construir junto comigo uma Antropologia ribeirinha imersa nas águas do Velho Chico, como meninos ribeirinhos e antropólogos, é nos dado a oportunidade de dar voz as dores, lamentações, as memórias de um rio que pulsa em nossas veias”. Agradeço ao agora amigo Igor Luiz, pela acolhida desde o primeiro e-mail e por me encorajar a seguir com os fluxos do rio. Estamos juntos na construção de uma Antropologia ribeirinha.

Por tantas reflexões, ideias, debates e construções, agradeço às professoras e professores do PPGAS-UFG com quem tive o privilégio de participar de aulas, seminários, oficinas. Para Matheus França e Chirley Mendes, de forma especial, ofereço um raminho para dizer como foi importante para minha pesquisa a disciplina de Oficinas de Experimentações Etnográficas, no segundo semestre de 2022. E agradeço aos colegas da turma de mestrado e do Núcleo CAROÁ, de forma especial a Henrique Borela, Pablo Lopes, Galba, Larissa Engelman, Amuneri Kamaiurá, Ana Clara Ribeiro, Bruno Hammes, Angélica Lopez e Ana Carolina Fernandes.

Quando decidi ingressar no mestrado em Goiânia, não me passou pela cabeça mudar de Brasília para a capital de Goiás. Quando optei por ir e vir todas as semanas, no período das aulas e outras atividades, recebi a acolhida Rezende Bruno e Mário Manzi, dois amigos para quem ofereço agradecimentos que não posso colocar apenas em palavras. Estar com vocês em

suas casas foi um conforto para dormir, mas especialmente pra me lembrar que tipo de gente quero amar.

Para minhas amigas e amigos da Casa Galileia, organização que tenho ajudado a construir desde 2021 e onde trabalho, muito obrigado pela fidelidade, pelo cuidado, inspirações e por me escutarem nas angústias. De forma especial, agradeço a Bruna Galvão, companheira na tarefa árdua de diretoria, por me abraçar nos momentos de ansiedade e quando precisei estar ausente. Rici, Michelle, Flávio, Vanessa, Andréa e Joana pelas sessões de conversas, especialmente aquelas na praia de Carneiros, que me ajudaram a seguir na escrita para concluir a dissertação.

Agora, parafraseando o bispo Pedro Casaldáliga, quero dizer que se abrissem meu coração neste momento, ele estará cheio de nomes. Eduardo Nischespois, Jean Demboski, Regina Reinart, Alexandre Feitosa, Daniel Carvalho e Andréia Crispim abrem esta ladainha, porque vocês são intercessores e intercessoras, todas as vezes (e não são poucas) que me ajudam a atravessar tempos de celebração, de festa, desejos, tristezas, incertezas.

E agora, continuando esta ladainha de agradecimento, ofereço os raminhos para: Ana Maria Franca, Vitor Lucas, Marilene Ribeiro, Renato Correia, Márcio Camacho, Luis Duarte, Doriatson, Alessandra Miranda, Marcelo Lemos, Martina Liebsch, Vanildes, Jucelene Rocha, Marcela Vieira, Wagner Cesário, Elkin Torres, Pe. Mirim, Brenda K. Souza, Calimério Júnior, Pedro Towe, Francisco Towe, Pedro Bezerra, Luis Rabello, Jeferson Batista, Pe. Jeferson Amorim, Adriano Godói, Rhenan Reis, Arlete Gomes.

Com todas/todos vocês eu quero cantar os versos de Lapa Santa, na voz de Maria Bethania: “Pelas horas do bendito, louvado seja o Velho Chico. Louvado seja o Velho Chico. Espelho d’água que se move manso, feito notícia boa no remanso. Pelas benditas horas, seja louvado o Velho Chico!” Eu acrescento: seja louvada esta dissertação, fruto de tanto trabalho, desejo e esperança que sempre me movem ao reencontro com rio e com o povo barranqueiro. Seja louvada a existência de quem caminha comigo, mergulha nas águas, nas ideias, nos projetos e banha nossas relações com mais poesia, cumplicidade e amor. Seja louvado!

retornei à borda do barranco
que me divisa
entre água e terra.
Brenda K. Souza

os rios vivos tão vivos. todos os rios tão vivos, tanto quanto vento
estendido em lençol de varal aguado. o rio morto tá vivo. só o rio do peito
morre. o rio do nado nem no raso rui. rema ruiva a rua regada de rio raro.
lá, onde ontem me banhei de água doce e senti o morno funeral dos
peixes.

davi de jesus do nascimento

RESUMO

O foco desta pesquisa é descrever como as criações – múltiplas formas de organizar político, criativa e discursivamente as próprias vivências – de pescadoras/es, vazanteiros e artistas servem ao mesmo tempo como alerta e resistência às transformações provocadas pela instalação de empreendimentos coloniais, hidrelétricos, minerários e agrícolas sobre o rio São Francisco, especificamente na altura que compreende os municípios de Buritizeiro e Pirapora, norte de Minas Gerais. Nesse sentido, meu primeiro movimento foi etnografar alguns alertas sobre os *contratempos*, isto é, mudanças profundas no curso, volume e cheiro das águas, que impactam a piracema, a mortandade de peixes e legam aos barranqueiros a incerteza sobre o período para o plantio e a colheita nas vazantes. Ao emitir alertas sobre as transformações entre o tempo do calendário e o tempo climático, o *contratempo* é também enunciado como uma denúncia contra as ocupações que, desde a colonização, violentam as existências ribeirinhas. Em seguida, procurei demonstrar como artistas, pescadoras/es e vazanteiros forjam suas alianças a partir de criações estéticas e políticas entre os sedimentos do habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, fazendo prolongar o efeito das lutas para além do presente e do futuro, pois a catástrofe não é apenas vindoura, mas está em curso. Inspirado por Dénètem Touam Bona, faço aqui uma opção teórica e metodológica de privilegiar outros sentidos, por isso, incluo a memória e as lembranças que guardo da minha infância e adolescência, quando das pescarias com meu pai e minha mãe, e das lutas que participei com movimentos sociais e lideranças contra empreendimentos hidrelétricos, a mortandade de peixes e pelo direito de existência do povo e de outros seres. Engajar-me na proposta *cosmopoética* permitiu elaborar uma etnografia que escuta, narra e reconhece os mundos e as múltiplas existências com o São Francisco, mesmo diante dos *contratempos*. Do mesmo modo, colocar-me etnograficamente entre as *cosmopoéticas* ribeirinhas foi uma oportunidade para aprender a resistir a partir das criações ontológicas, estéticas e políticas do povo barranqueiro.

Palavras-chave: rio São Francisco; cosmopoéticas; ribeirinhos; antropologia ribeirinha; ecologias.

ABSTRACT

The focus of this research is to understand how the creations - multiple ways of organizing their own experiences politically, creatively and discursively - of fisherwomen, vazanteiros and artists serve as both a warning and resistance to the transformations caused by the installation of colonial, hydroelectric, mining and agricultural enterprises on the São Francisco River, specifically in the area between the municipalities of Buritizeiro and Pirapora, in northern Minas Gerais. In this sense, my first move was to ethnographically record some of the warnings about the setbacks, i.e. profound changes in the course, volume and smell of the waters, which impact the piracema, fish mortality and leave the barranqueiros uncertain about the period for planting and harvesting in the vazantes. By issuing warnings about the transformations between calendar time and climate time, the setback is also enunciated as a denunciation against the occupations that, since colonization, have violated riverside existences. I then tried to show how artists, fisherwomen and vazanteiros forge their alliances based on aesthetic and political creations among the sediments of colonial dwelling on the riverside worlds, prolonging the effect of the struggles beyond the present and the future, because the catastrophe is not just coming, but is underway. Inspired by Dénètem Touam Bona, here I make a theoretical and methodological choice to privilege other meanings, which is why I include the memory and memories I have of my childhood and adolescence, when I went fishing with my father and my mother, and the struggles I took part in with social movements and leaders against hydroelectric projects, fish mortality and for the right to exist of the people and other beings. Engaging with the cosmopoetic proposal has allowed me to develop an ethnography that listens, narrates and recognizes the worlds and multiple existences with the São Francisco, even in the face of setbacks. In the same way, placing myself ethnographically among the riverside cosmopoetics was an opportunity to learn how to resist from the ontological, aesthetic and political creations of the barranqueiro people.

Keywords: São Francisco River; cosmopoetics; river; riverine anthropology; ecologies.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 - Um rio desaguando em mim.....	29
Figura 2 - Reencontro com davi e os muruins.....	43
Figura 3 - Canoa encharcada de tamarindos e a benção de Eliane pescando.....	44
Figura 4 - Anzol guardando a tarrafa.....	44
Figura 5 - Seo Clarindo remendando a rede de pesca.....	59
Figura 6 - Desaguar do Paraopeba e do Abaeté no São Francisco.....	71
Figura 7 - Dom Frei Luiz Flávio Cappio em oração com os fiéis durante greve de fome contra a transposição do São Francisco.....	86
Figura 8 - Mobilização de comunidades ribeirinhas e movimentos sociais contra a transposição do rio São Francisco.....	87
Figura 9 - Áreas de cultivo irrigadas por pivôs nas margens do rio São Francisco entre Três Marias e Buritizeiro/Pirapora.....	89
Figura 10 - Eucalipto plantado na região abastece as indústrias siderúrgicas instaladas em Pirapora.....	91
Figura 11 - O abraço ribeirinho na varanda da casa de davi.....	98
Figura 12 - Carrancas da série gritos de alerta tomando sol no areião:.....	122
Figura 13 - Mapa temático de massas d'água.....	125
Figura 14 - Gente afogada bebe água? Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.....	127
Figura 15 - Pra que barragem, meu Deus? Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.....	128
Figura 16 - Não sou obrigado a me atolar! Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.....	128
Figura 17 - O Homem quer matar meu rio! Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.....	129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APR	Análise Preliminar dos Riscos Ambientais
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CIEG	Centro Integrado de Estudos Georeferenciados para a Pesquisa Social
CMM	Companhia Mineira de Metais
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FCA	Ficha de Caracterização da Atividade
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPGAS	Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
PPI	Programa de Parcerias e Investimentos
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UHE	Usina Hidrelétrica
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Cosmopoéticas ribeirinhas: uma opção etnográfica	19
REENCONTROS	25
1 PRIMEIRO CAPÍTULO: REENCONTROS.....	26
1.1 Um rio desaguando em mim	28
1.2 Reencontrar meu pai	30
1.3 Reencontrar os pescadores	34
1.4 Outras margens do rio	42
1.5 Em busca do rio: alianças para criações estéticas e etnográficas	45
CONTRATEMPOS	52
2 SEGUNDO CAPÍTULO: CONTRATEMPOS.....	53
2.1 Tempo – <i>contratempo</i> da enchente	56
2.2 Tempo da reprodução e tempo da piracema	63
2.3 O adoecimento das águas.....	69
2.4 Uma catástrofe ancestral: ocupações históricas sobre os mundos ribeirinhos.....	74
2.5 O habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos	81
ALIANÇAS	96
3 TERCEIRO CAPÍTULO: ALIANÇAS	97
3.1 Criações ecológicas subjetivas.....	101
3.2 Criações ecológicas sociais.....	108
3.3 Criações ecológicas ambientais	115
3.4 Cosmopoéticas para a resistência.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

*“A gente quer passar um rio a nado, e passa;
mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo,
bem diverso do em que primeiro se pensou.
Viver nem não é muito perigoso?”
Guimarães Rosa*

Fazia algum tempo que eu não ia naquela beira de rio onde pescava Mandis, Piau¹ e onde a linha da vara de pescaria enganchava nas pedras, criando aquele alvoroço, pois eu achava que era peixe. Fazia tempo não. Faz anos que eu não me sentava aqui nessas pedras onde meu pai me trouxe para pescar nos finais de tarde, na boca da noite, e onde ele cumprimentava um e outro pescador. Às vezes descíamos ele e eu pra beira do rio, para perto do quiosque de Terezinha de Babau. Outras vezes minha mãe descia também e pescávamos os três. Ora voltávamos com muitos Mandis para casa, pronto para limpar os pequenos peixes, temperar, passar no fubá, fritar e comer. Ora voltávamos sem peixe algum.

Na beira do rio eu via a água correr no sentido da curva, pro lado de onde me contavam que era a Bahia. Via também o rio chegar mais perto em pequenas ondas. Como pode um rio ter ondas? Eu pensava inquieto e imaginava se o mar também tinha ondas como aquelas que o rio ali me mostrava. As águas que corriam pro rumo da Bahia e que se aproximavam de mim no vai e vem de pequenas ondas traziam pedaços de madeira, troncos de árvores e muitos galhos no período das chuvas. Era sinal de que lá pra cima tinha chovido, meu pai dizia. No tempo das águas, aquele que depois aprendi a chamar de verão, o São Francisco corria marrom, com muito barro. No tempo de São João, quando esfriava um pouco no sertão quente, as águas corriam verdes, cristalinas. Dava pra ver os peixes em cardumes passando perto de nós.

Depois de tantos anos sem chegar aqui nesse ponto do rio, e sem me deter nas águas que fluem, retorno agora como pesquisador, antropólogo e etnógrafo. Ao longo desse intervalo, sem me aproximar dos lugares de encontro com o rio na minha infância e adolescência, não estive distante do São Francisco. Sempre que voltava a Buritizeiro para visitar minha família, eu visitava a beira do rio, a ponte que liga Pirapora e minha cidade natal. Buritizeiro é uma cidade localizada na região Norte de Minas Gerais, na margem esquerda do rio São Francisco. A área

¹ O Mandi é um peixe de couro encontrado em todas as bacias hidrográficas brasileiras. Seu nome científico é *Pimelodus maculatus*, e se alimenta de pequenos moluscos, algas e fragmentos de vegetais. Na região de Buritizeiro e Pirapora são encontrados e nomeados pelos pescadores como Mandis amarelos e Mandis brancos. O manuseio dos Mandis é sempre feito com cuidado, e meu pai me ensinou que antes de retirar essa espécie do anzol era preciso segurar e quebrar seu esporão, evitando machucar com os golpes do Mandi para se defender. Outro peixe era o piau, cientificamente nomeado como *Leporinus obtusidens*, espécie que prefere águas claras e com corredeiras. O Piau é facilmente reconhecido porque tem três pintas escuras nas suas laterais.

total do município é de aproximadamente sete mil quilômetros quadrados, com uma população de 23.910 pessoas, de acordo com o Censo de 2022.² Do outro lado, na margem direita do rio, está a cidade de Pirapora, com população maior que 50 mil pessoas.³ Enquanto Buritizeiro tem ocupação econômica mais voltada para a agricultura e pecuária, em Pirapora a instalação de grandes complexos têxteis e siderúrgicos fazem parte da paisagem da cidade desde a segunda metade do século passado. Para abastecer com carvão estas fábricas, milhares de hectares da região são ocupados por florestas de eucalipto e pinus.⁴

Porém, nos últimos cinco anos eu senti que era preciso romper essa distância geográfica e reencontrar o rio não apenas nas imagens, nos trabalhos acadêmicos, nas burocracias e nas audiências sobre conflitos envolvendo comunidades ribeirinhas e empresas de energia e mineração, por exemplo. Desde a minha infância as águas estão diminuindo ou aumentando repentinamente, confundindo quem vive na beira do rio e nas suas ilhas. Lembro dos peixes descendo sem vida, mortos e impróprios para o consumo. O povo barranqueiro do São Francisco vive desde muito tempo os projetos de hidrelétricas, de irrigação, de monoculturas, barragens e da transposição que degradam subjetividades, relações sociais e aquilo chamado de natureza: as águas, os peixes, as pedras, as matas ciliares, as vazantes e outras existências.

Em março de 2020, no mesmo período em que estávamos diante de uma catástrofe político-sanitária que foram os meses mais severos da pandemia de COVID-19, as águas e o povo de Buritizeiro, Pirapora e redondezas escutaram uma notícia preocupante: o Governo Federal acabara de autorizar a realização de estudos de impactos para a construção de uma Usina Hidrelétrica, a UHE Formoso. O Projeto da Usina Hidrelétrica Formoso (UHE Formoso) foi qualificado pelo Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) da Presidência da República do Brasil, na sua resolução nº86 de 19/11/2019. A resolução deu aval para o início dos estudos e processo de licenciamento da UHE a ser implementada no rio São Francisco, na

² Mas, por que o nome Buritizeiro? O Cerrado guarda veredas, veredas guardam Buritis. Onde tem Buriti tem água, onde tem vereda tem Buriti. Na região, antes do desmatamento violento que deu lugar a monoculturas de café, eucalipto, pinhos e à pecuária, era de se perder de vista com tantas palmeiras de Buriti, uma espécie da flora brasileira encontrada especialmente no cerrado. Os campos de Buritis deram nome à cidade.

³ Buritizeiro e Pirapora estão localizadas na região do Alto São Francisco, de acordo com as delimitações geográficas do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. As demais regiões são Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

⁴ De acordo com a pesquisa de Raquel Mendes Maia (2008), as florestas de Pinus e Eucalipto avançaram pelas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha mineiros a partir da década de 1970, com crescentes incentivos governamentais e a alta demanda do setor siderúrgico. Ainda hoje, as fábricas instaladas em municípios da região dependem quase que integralmente do abastecimento com carvão vegetal e madeira dessas espécies vegetais para a produção de silício e outras matérias. Comunidades geraizeiras em várias regiões do norte de Minas, incluindo algumas em Buritizeiro, têm sofrido há mais de 50 anos com o avanço das plantações de Eucalipto e Pinus. Além de desapropriações, os povos que vivem nas regiões de chapadas e cerrados muitas vezes são encurralados pelas florestas, que diminuem ou fazem desaparecer o acesso a água, já que nascentes, córregos e rios próximos a muitas áreas de plantio das espécies estão secando.

região de Pirapora, norte de Minas Gerais. A resolução, assinada pelo então Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, avalizou também o processo para outros empreendimentos de exploração de petróleo e energia elétrica, com a justificativa de estimular o “desenvolvimento econômico nacional”, fincado nas conhecidas justificativas de diversificação da matriz energética e na geração de emprego. Vale dizer que os primeiros estudos sobre viabilidade e os inventários na área da UHE Formoso são de 1966, seguidos por vários estudos coordenados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

A inclusão no PPI em 2019 foi uma estratégia do Governo Federal para apoiar o licenciamento ambiental da UHE, que estava parado desde 1990 quando a CEMIG arquivou o pedido do projeto junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. De acordo com dados disponibilizados na Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), o empreendimento retomado em 2020 tem as seguintes características: 306MW de capacidade instalada, com uma vazão natural média de 840 metros cúbicos por segundo. O reservatório com mais de 120 mil quilômetros quadrados, com uma profundidade média de 12 metros. Os municípios atingidos serão Pirapora, Buritizeiro, Lassance, Várzea da Palma, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias, todos localizados em Minas Gerais. Vale ressaltar que os dois últimos municípios da lista têm parte de seu território alagados pelo reservatório da UHE Três Marias, que barra o curso d’água do rio São Francisco.

Logo que foram publicadas as primeiras notícias, recebi o telefonema de alguns amigos e amigas, uma mensagem da Professora Andréa Zhouri (GESTA-UFMG)⁵ e de colegas com os quais trabalhei na Articulação Popular São Francisco Vivo entre os anos de 2004 e 2009. Eram mensagens de preocupação, de angústia e desejo de se juntar para enfrentar a notícia e o projeto. Aquelas conversas com pessoas conhecidas, os reencontros com movimentos e com motivações éticas e políticas que são partes constitutivas da minha trajetória acadêmica e profissional foram um passo para reencontrar o rio São Francisco. O que fazer para ajudar o povo aflito com as notícias da barragem? De que forma contribuir a partir de minhas possibilidades para dizer que o projeto da UHE Formoso é uma afronta e destrói vidas? Foi com essas motivações que

⁵ Durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fui bolsista de iniciação científica (2011) e de extensão (2012) no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA). No trabalho de pesquisa e extensão acompanhei comunidades atingidas pelo avanço das monoculturas de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e os conflitos socioambientais envolvendo a produção dos agrobiocombustíveis. Além disso, atuei na equipe de elaboração e atualização do Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, um projeto coordenado pelo GESTA em parceria com outras universidades e com a participação de movimentos sociais, associações comunitárias e comunidades tradicionais em todas as regiões do Estado.

participei das primeiras reuniões do Coletivo Velho Chico Vive⁶, que se encontrou de forma virtual até que as autoridades políticas e sanitárias autorizassem encontros presenciais.

A proposta de pesquisa que apresentei tinha como título: “*Vazanteiras e vazanteiros em defesa do rio São Francisco – afrontar a hidrelétrica catástrofe para garantir a continuidade da vida do rio-com o rio*”, com o objetivo etnografar os movimentos de resistências de comunidades vazanteiras, no contexto do conflito recém iniciado com o Governo Federal e com a Quebec Engenharia, empresa responsável pelo projeto da UHE Formoso. Além disso, queria escutar e compreender de que forma o rio São Francisco, naquele território de conflitos socioambientais, era narrado pelos vazanteiros⁷, presumindo que para eles o São Francisco não era apenas um meio para subsistência.

Apesar do meu desejo de reencontrar o rio, de reaproximar das águas que eu conheço desde a minha infância, me dei conta algum tempo depois que a proposta apresentada era um projeto deslocado da minha própria relação com o rio. Apesar de acreditar e apostar num fazer científico que não seja deslocado de nossos corpos, e no caso, do meu corpo e sua história com o rio, percebi que havia caído na perigosa armadilha de colocar o “outro” num lugar totalmente estranho, como se isso fosse tornar a minha pesquisa mais antropológica. Antes mesmo das primeiras idas a campo, os diálogos de orientação me ajudaram a assumir o lugar do rio na minha trajetória. Foi com essa disponibilidade para reencontrar o rio e minha trajetória, e a partir dessas experiências que viajei para Buritizeiro no início de abril de 2023.

Na tentativa de etnografar os movimentos de resistência contra a UHE Formoso, os primeiros dias de trabalho de campo parecem ter sido um banho de água fria, ali mesmo nas correntezas do rio. Meu pai, logo que cheguei, falou rapidamente sobre a barragem. Nos

⁶ O Coletivo Velho Chico Vive é uma articulação de movimentos sociais, pastorais ligadas à Igreja Católica, pescadores/as, vazanteiros/as, grupos de pesquisas da UFMG e Unimontes e artistas que nasceram e/ou vivem em Buritizeiro, Pirapora e na região do médio São Francisco. O movimento foi criado logo após as primeiras notícias sobre a construção da UHE Formoso e desde então é um espaço de reflexão, elaboração de estratégias políticas e de intervenções públicas para contrapor o projeto de construção da barragem. Diante da agenda quase interminável de trabalhos, das reuniões virtuais que se multiplicavam, não consegui manter a participação no Coletivo e informei aos amigos que poderiam contar comigo para atividades futuras. A suspensão da participação no Coletivo Velho Chico Vive não arrefeceu meu desejo de reencontrar o rio, mesmo no seu leito de sofrimento junto ao povo que vive com ele. Reencontrar o rio não era “visitar” as margens do São Francisco, como sempre fiz nos retornos à casa da minha família.

⁷ Ao longo das margens e ilhas do Rio São Francisco, desde Minas Gerais até a região da sua foz, entre os estados de Sergipe e Alagoas, populações residem e praticam diversas atividades de cultivo, pesca, criação de animais e extrativismo. Os vazanteiros são caracterizados por um modo de vida específico (Luz de Oliveira, 2005), que está em interdependência com o ciclo das águas do rio. O ciclo das águas em toda a bacia do Rio São Francisco, no entanto, como em outros cursos d’água vem sofrendo alterações severas e constantes, sobretudo pela instalação de barragens para a produção de energia elétrica, grandes propriedades de agronegócio e pecuária, ou para o cultivo de monoculturas de soja, eucalipto, café, cana de açúcar. No caso da bacia do São Francisco, além da construção de grandes hidrelétricas na segunda metade do século XX, o avanço de diversas monoculturas modificou, segundo Cláudia Luz Oliveira (2005), o ciclo das águas e as relações estabelecidas entre as populações vazanteiras e o rio.

encontros que se seguiram não se escutava falar sobre a barragem, ou não tanto como eu imaginei que o assunto pudesse permear as conversas. Mesmo em diálogos com amigos e amigas, com os movimentos sociais da região, percebi que a barragem não estava mais no topo de prioridades, de articulações e eventos. O que pesquisar, então?

Retornei a Buritizeiro e Pirapora em dois momentos seguintes para o trabalho de campo. Em abril de 2023 fiquei durante vinte dias e entre o final de janeiro e início de fevereiro de 2024 fiquei dez dias. Minha casa nestes períodos foi a mesma onde vivi entre os oito e dezoito anos de idade, onde ainda residem minha mãe, Ester, e meu pai, José Maria. Antes das viagens, rascunhei possíveis “perguntas” para começar a pesquisa dentro de casa, com meu pai e minha mãe. Suspeitava que por lá poderia reencontrá-los, bem como a minha história, minha relação com o rio e até mesmo os outros pescadores e vazanteiros com quem gostaria de conversar. Na primeira ida, além de reencontrar pessoas e algumas das minhas memórias⁸, foi o período em que outras coisas começaram a emergir como possibilidade de reflexão etnográfica: as mudanças nas águas, a diminuição dos peixes e a transformação do tempo. No início de 2024, retornei aberto para aprofundar as observações narradas anteriormente e conhecer, se possível, como estavam se forjando alianças para resistir diante das ameaças e das transformações que degradam as relações entre povo, as águas e outras existências ribeirinhas.

Ao longo de toda a pesquisa, algumas perguntas orientaram as conversas, reflexões e a escrita. Quais são as observações de pescadoras/es, vazanteiros e artistas diante da instalação de Usinas Hidrelétricas e outros aparatos que despejam sedimentos da mineração e do agronegócio sobre o rio São Francisco? Os empreendimentos provocam mudanças nas relações entre o povo e outras existências ribeirinhas, como as águas, os peixes e outros bichos visíveis

⁸ Aviso desde já, depois deste percurso no mestrado e inspirado pelas reflexões de Ana Clara Damásio (2022) que “Isso Não é Uma Autoetnografia”. Poderia ser e não teria nenhum problema em identificar a minha pesquisa como etnográfica, mas o caminho que escolhi não foi o de etnografar minhas recordações, meus documentos e minha relação com minha família, os pescadores e os movimentos sociais de luta contra os empreendimentos no rio São Francisco. Todas essas memórias são parte da minha relação com o campo: meu pai, minha mãe, a casa onde morei, as pescarias da infância, a participação nos movimentos contra a transposição do rio São Francisco. Justamente por isso essas situações, lembranças, pessoas e seres não foram distanciadas, mas aproximadas para a realização da pesquisa, pois como escreve Damásio (2022, p. 4) “construímos dados com quem, por alguma razão, se aproxima da gente e possui a intenção de colaborar com nossa pesquisa. E essa é a lente que aqui será usada para ponderar como o trabalho de campo, a etnografia e a antropologia num sentido mais amplo do termo, são marcadas não por distanciamentos, mas sim por aproximações”. Esse é um aviso pois em alguns espaços acadêmicos a definição de autoetnografia é imputada externamente a alguns textos elaborados por corpos, especialmente de indígenas, negras/os e outros que historicamente foram aqueles estudados pelos “de fora” e ao ocuparem as universidades para produzir ciência a partir de suas trajetórias correm o risco de terem suas produções avaliadas externamente como “quase antropólogos, somos contaminados demais por aquilo que pesquisamos e assim não poderíamos verdadeiramente conhecer – ou saber o que estamos fazendo, com quem estamos dialogando, quais caminhos queremos seguir com nossas próprias pesquisas” (Damásio, 2022. p. 8). Se a autoetnografia fizer sentido para futuras pesquisas, lançarei mão com compromisso ético e epistemológico que muitas/muitos colegas têm assumido ao produzir incríveis autoetnografias.

e invisíveis? E, por fim, outra questão que me instigou desde o início da pesquisa foi conhecer a resistência criada pelo povo contra a instalação dos empreendimentos como a UHE Formoso. Para enfrentar a ameaça desses projetos, como se aliam diferentes atores, grupos e outros seres que não humanos? Quais são as criações que fazem prolongar o efeito político das denúncias contra a barragem? Quais estratégias criativas as/os pescadores/as, vazanteiros e artistas para resistir contra as ameaças e contra aquilo que aconteceu e deixou camadas de sedimentos tóxicos sobre os mundos ribeirinhos?

Algumas breves palavras sobre os mundos ribeirinhos, pois essa será uma proposta fundamental ao longo de toda a dissertação. Aprendi durante os encontros e conversas em campo que o rio São Francisco não é apenas água, tampouco é apenas aquilo que está localizado entre as duas margens, e neste caso, entre as cidades de Buritizeiro e Pirapora. O rio, como veremos, é uma composição de existências, que inclui a água, é claro, mas os peixes, os barcos, as pedras, as corredeiras, as vazantes. Mais que isso, extrapolando a ideia de que o rio é uma coisa “natural”, as narrativas enunciam que existências humanas e outras que humanas, como as carrancas⁹, também compõem o Velho Chico. Ao anunciar uma das propostas sobre a ecologia decolonial, Malcon Ferdinand (2022, p. 37) sublinha que “o mundo deve distinguir-se, aqui, da Terra ou do globo, com os quais ele é frequentemente confundido”. Nesse sentido, o mundo extrapola os limites físicos e geográficos e, por isso mesmo, não é algo dado, que vem de sempre e se arrastará como tal para sempre. O que chamo de mundos ribeirinhos, portanto, é um reconhecimento do São Francisco como tempo-lugar que reúne, flui, compõe, vive e morre com diferentes existências, passadas e presentes, com pescadoras/es, vazanteiros, artistas, águas, carrancas, peixes e outras existências.

O rio é um tempo-lugar porque ele é aquilo que está entre as duas margens, mas também é o quintal da casa de seo Clarindo na cidade e a sala da casa do artista davi com objetos e

⁹ Pirapora é uma das cidades destacadas no trecho navegável do rio São Francisco, que inicia na cidade mineira e termina próximo a Sobradinho, na Bahia. Isto é, pelo menos para a navegação de grandes embarcações, como os vapores que singraram nesse trecho até a segunda metade do século XX. Em boa parte desse trecho navegável, surgiram nas proas dos barcos de pequeno e médio porte as carrancas, desde aproximadamente os anos de 1875, como mostra o trabalho de Melo Junior e Barros (2017). As carrancas são objetos geralmente talhados em madeira, compostas por uma mistura de humanos e animais, olhos esbugalhados ou com a cara de quem comeu algo azedo, como davi de Jesus costuma observar. Os barqueiros e pescadores descrevem as carrancas como uma proteção contra perigos nas águas e para espantar espíritos malignos que possam provocar acidentes ou impedir a boa pescaria. Atualmente não é comum, pelo menos em Buritizeiro e Pirapora e nas cidades ribeirinhas que conheço em Minas (Ibiaí, Januária, São Francisco) encontrar embarcações com a carranca nas proas. No terceiro capítulo, veremos a observação de davi, recordando que seu pai lembra que as carrancas foram cerradas dos barcos desde que começou a circular pela região a conversa de que as carrancas eram seres malignos e perigosos, muito propagados pelo avanço de religiões cristãs reacionárias. Hoje, as carrancas continuam sendo talhadas, inclusive por mestres carranqueiros e carranqueiras em Pirapora, mas as criações são destinadas majoritariamente para decoração de casas, estabelecimentos comerciais e para exposições museais.

criações ribeirinhas.¹⁰ O rio é um tempo-lugar porque não é somente a água fluindo no presente, mas histórias, ocupações e memórias passadas de pessoas, famílias e outros seres. Por isso, mundos ribeirinhos se tornaram uma oportunidade neste trabalho para conhecer e descrever o rio como composição de existências além das duas margens, da superfície e das águas.

Cosmopoéticas ribeirinhas: uma opção etnográfica

Enquanto fui tomado pela preocupação de que a UHE Formoso estava desaparecendo das narrativas de meus interlocutores, reencontrei o texto “Ser afetado” de Favret-Saada (2005) e sua proposta para experimentar o campo não como uma representação, como terreno de observação ou participação despreziosa. A possibilidade de ser afetado coloca em xeque os projetos de conhecimentos onipresentes. A autora sublinha, ainda, que uma etnografia é possível quando “algo acontece”, em nossos trabalhos de campo, sem com isso deixar o projeto de conhecimento se perder.

No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado (Favret-Saada, 2005, p. 157).

A disponibilidade para deixar-me ser afetado, ou seja, de ser guiado pelos fluxos do rio sem que isso significasse um abandono das questões de pesquisa, me ajudou a levar a sério as observações e criações das/dos pescadoras/es, vazanteiros e artistas. Aprendi a encontrar brechas para reinventar situações, conceitos, práticas, teorias, métodos. Não foi possível me manter à distância, isto é, no campo e na escrita estão visíveis a minha participação, mesmo aquela do tempo em que atuei nos movimentos contra a transposição. Estão visíveis na escrita as relações com meus interlocutores, que não começaram durante os encontros e entrevistas, mas em momentos passados de nossas trajetórias pessoais, familiares e de luta política.

¹⁰ O escritor moçambicano Mia Couto (2003) escreveu em “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”, que “o rio é como o tempo. Nunca houve princípio, concluía. O primeiro dia surgiu quando o tempo já há muito se havia estreado. Do mesmo modo, é mentira haver fonte do rio. A nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício” (Couto, 2003, p. 61). Li esta obra em janeiro de 2016 e marquei o trecho citado, que voltou às minhas memórias ao escutar os meus interlocutores contando suas histórias com o São Francisco muito além das duas margens, além da superfície. Ora avançando no desejo de tempos melhores, ora recuando para lembrar do passado composto com o São Francisco. Agradeço ao amigo Daniel Carvalho, que durante uma conversa escutou sobre minha inquietação do rio como tempo-lugar e me lembrou das reflexões de Mia Couto.

Nesse sentido, lembra Bruce Albert (Kopenawa e Albert, 2015, p. 512), “o conhecimento etnográfico é profundamente tributário da singularidade das relações interpessoais e dos imponderáveis de uma experiência de desestabilização interior”. Acessar, conversar e entrevistar Geraldo, Jânio, Gelson, seo Clarindo, davi, seo Joel, Dona Pureza foi uma experiência facilitada pelas relações que meu pai e minha mãe, por exemplo, têm com alguns deles. E mesmo por encontros passados que me permitiram pelo menos compartilhar uma reunião ou o pátio do colégio, no caso de davi. Apesar do risco de ter o projeto de conhecimento ameaçado por essas escolhas metodológicas, a única possibilidade de pesquisar os alertas e as criações ribeirinhas em Buritizeiro e Pirapora foi saindo do lugar de observador.

Decidi, portanto, não me concentrar apenas nas margens, mas no fluxo do rio (Ingold, 2015) que promove reencontros com outros e comigo, um antropólogo nascido na beirada daquelas águas. Este trabalho nasce nos reencontros com essas pessoas nos mundos ribeirinhos. Seguir o fluxo, nessa pesquisa, não é apenas um andar desatento ou uma contemplação distante do movimento dos mundos ribeirinhos, humanos e outros que humanos.

Cosmopoética não é nem um fetiche nem uma marca registrada, apenas um termo, um modo entre outro de apontar para uma outra relação com o mundo que privilegie a escuta – o sentido das ressonâncias e das correspondências – mais do que a visão. É o privilégio excessivo concedido pelo Ocidente à *theoria*, levado ao seu paroxismo na era das imagens de síntese e da “visão aumentada”, que nos conduz a perceber nosso “ambiente” como um simples cenário, que pode ser modificado à vontade como as cenografias dos jogos virtuais (Touam Bona, 2020, p. 11).

Por isso, cosmopoética no meu trabalho é uma chave de leitura, mas principalmente uma opção metodológica, estética e política. No trabalho de Dénèm Touam Bona (2020), *Cosmopoéticas do Refúgio*, encontrei importantes inspirações teóricas, metodológicas e estéticas para a pesquisa. Como horizonte de reflexão, a proposta do escritor, filósofo e curador afro europeu me ajuda a compreender os mundos do rio São Francisco como existências, humanas e outras que humanas, porque quando conversei com meu pai, com as pescadoras/es e com davi, ou ainda no reencontro com minhas memórias, o rio não é um cenário a ser modificado ou alterado, mas o mundo composto por diferentes formas de existir. Essa é a experiência poética da qual fala Touam Bona no seu trabalho: o reconhecimento das relações e composições com todas as coisas.

Enquanto opção metodológica, a proposta cosmopoética me ajudou a definir os passos da pesquisa, principalmente quando estive em campo. A opção cosmopoética é uma priorização da escuta e de outros sentidos, mais do que a visão (Bona, 2020). Escutar minhas interlocutoras

e meus interlocutores e esforçar-me para estar com outras existências e conhecer as composições de mundos, especialmente as criações políticas para resistir diante das transformações ameaçadoras do tempo.

Optei por não observar ou manter-me à distância, por isso, a própria narrativa etnográfica mistura momentos em que estou diante das águas, nas suas margens e com as pessoas. A maior parte do texto aqui apresentado foi elaborada distante geograficamente do campo, mas em alguns trechos, como no início da introdução e dos capítulos, busquei inspirações para iniciar a escrita quando estava em Buritizeiro e Pirapora.¹¹

Não são apenas transcrições do caderno ou diário de campo, mas texto etnográfico nascido na beira das águas: uma antropologia ribeirinha, como convida o antropólogo Igor Rodrigues da Silva a partir de seu trabalho com as águas, as memórias e os sonhos com o São Francisco na região de Pão de Açúcar, em Alagoas.¹² Me juntei a esse convite para tornar cada vez mais possível uma antropologia que incorpore, reconheça, instigue, ouse a partir dos encontros entre diferentes mundos, humanos e outros que humanos. Ouso me juntar a quem se desafia a construir uma antropologia ribeirinha porque as barrancas do rio São Francisco me forjaram desde a infância a escolher os caminhos políticos e acadêmicos. Por isso, uma etnografia que nasce com os ribeirinhos e com o rio abre frestas que me permitem reinventar os métodos, os pensamentos, as teorias e o fazer antropológico: cosmopoética ribeirinha.

No texto foram incorporadas transcrições curtas e longas de algumas conversas. Sempre que pude, optei pelas anotações no caderno de campo ao invés do gravador. Em alguns casos pedi permissão para gravar: quando senti que era possível me deter mais na conversa e participar de outra forma além de um pesquisador-entrevistador. Em nenhuma das conversas gravadas, no entanto, optei por formulários estruturados ou semiestruturados. Minha tentativa foi de dar espaço, no trabalho de campo e em toda a pesquisa, àquilo que Jeanne Favret-Saada (2005, p. 160) reconhece como uma “comunicação involuntária e não intencional”, ou seja, uma

¹¹ Marilyn Strathern (2017) ao escrever sobre o momento etnográfico, recorda os desafios que atravessam o que a antropóloga chama de dois campos, ou seja, o momento da pesquisa e do recolhimento das informações, narrativas, observações e o momento da escrita. No trabalho antropológico, diz a autora, “em vez de ser uma atividade derivada ou residual, como se pode pensar de um relatório ou reportagem, a escrita etnográfica cria um segundo campo” (Strathern, 2017, p. 312).

¹² A pesquisa de doutorado de Igor Rodrigues da Silva, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina foi uma grande companhia ao longo da minha pesquisa, como inspiração etnográfica para aproximar-me cada vez mais dos mundos ribeirinhos. Além da leitura, tive a alegria de compartilhar as primeiras reflexões da minha pesquisa durante o Simpósio Temático “Antropologias Ribeirinhas: saberes e mundos ressurgentes diante das crises ecológicas e científicas”, coordenado por Igor durante a IX Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT) em novembro de 2023. Os diálogos com a etnografia do autor e as conversas no Simpósio prolongaram seus efeitos ao longo de toda dissertação.

comunicação que não acontece para testar com perguntas e mais perguntas um projeto construído previamente.

Ao fazer da participação um instrumento de conhecimento, como indica Cecília Mello (2022) num trabalho sobre as ferramentas de Favret-Saada, faço uma opção para tornar possível uma etnografia atenta à “pragmática da linguagem complexa e desconhecida”, como convida Suzane Alencar Vieira (2022) no mesmo trabalho citado acima. A disposição para lidar com a força das palavras, das relações e das existências ribeirinhas me ajudou a responder, indagar e suscitar os problemas de pesquisa que me inspiram, ao mesmo tempo que me deixaram disponível para outras questões.

Lancei mão dessas entrevistas gravadas, mas o trabalho de campo me desafiou a todo o tempo a sentar e escutar as pessoas, como ensinou os Songai ao antropólogo Paul Stoller (2022)¹³. Colocar a atenção para descrever os reencontros no campo foi um exercício de reinvenção para produzir uma etnografia sensível, atenta aos mundos ribeirinhos. Mais que isso, uma etnografia que ajude a “reinventar tudo: os conceitos, as abordagens, os hábitos, os métodos, as ferramentas, as nações, os espaços... tudo, hoje, desse ser reinventado” (Bona, 2020, p. 9). Não tenho pretensões de que esse trabalho reinvente tudo. Ainda assim, posso dizer que esta pesquisa me ajudou a criar uma narrativa etnográfica que leva a sério as observações, os alertas e as criações do povo barranqueiro¹⁴ diante do histórico de degradação dos mundos ribeirinhos. Isso não significa apresentar ou testar categorias ribeirinhas para que eles se tornem verdades antropológicas, mas que ao serem descritas em diálogo com a Antropologia essas enunciações prolonguem seus efeitos científicos e políticos diante da urgência de resistir contra os empreendimentos que ocupam violentamente todas as formas de existir com o São Francisco.

O esforço para prolongar os efeitos das enunciações ribeirinhas foi acompanhado daquilo que Bruce Albert (Kopenawa e Albert, 2015) chama de imperativos indissociáveis do trabalho etnográfico, a partir do seu trabalho de longa duração dos os Yanomami e de forma

¹³ Um ancião certa vez disse a ele que nada seria aprendido se “você somente for aos *compounds* das pessoas, fazer perguntas pessoais e escrever respostas. Mesmo que você permaneça aqui por um ou dois anos, e nos faça questões dessa maneira, nós ainda assim iremos mentir para você” (Stoller, 2022, p. 196).

¹⁴ Meus interlocutores e interlocutoras navegam entre a autodenominação de barranqueiras/os, ora como ribeirinhas/os. Barranqueiros, como assinala Pierson (1975), designa não apenas uma relação de ocupação social, mas um conhecimento de elementos físicos e sociais do São Francisco. Na maior parte das conversas que tive, a afirmação de ser barranqueira ou barranqueiro se referiu a uma noção do rio além de suas margens, isto é, podem ser todas as pessoas que moram em Buritizeiro e Pirapora, porque mesmo aquelas que não residem nas margens, não pescam ou não cultivam vazantes, por exemplo, tem constantemente uma relação com o São Francisco. Já a afirmação de ser ribeirinha ou ribeirinho apareceu nas conversas como demarcação da relação constante com as margens do rio, com os peixes, os barcos e as vazantes. Saliento, no entanto, que em nenhum momento das conversas meus interlocutores e minhas interlocutoras colocaram em conflito essas definições (barranqueira/os *versus* ribeirinha/o), motivo pelo qual utilizarei barranqueira/o ou ribeirinha/ para me referir às pessoas: pescadoras/es, vazanteiros, artistas e outras com as quais compartilhei o campo.

particular com o líder Davi Kopenawa. Os três imperativos são: fazer justiça à imaginação conceitual dos interlocutores; considerar o contexto sociopolítico local e global e manter um olhar crítico sobre a etnografia. Nesse sentido, o texto que apresento é uma criação que flui a partir do diálogo entre as narrativas dos meus interlocutores, as memórias, imagens e outros documentos, junto às reflexões da Antropologia, da Filosofia e de outras pensadoras e pensadores que me ajudaram a conhecer e descrever o que vi, escutei e vivi em campo e, dessa forma, prolongar o efeito dessa experiência na escritura do texto.¹⁵ O diálogo com leituras e inspirações antropológicas, filosóficas de outras áreas serão encontradas, sempre que possível, no próprio corpo do texto, mas nos momentos em que a narrativa poderia ser desfeita, optei por referenciar em notas de rodapé, o que em momento nenhum diminui a importância dos conceitos ou proposições ao longo de toda a escrita.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro narra um reencontro subjetivo, não apenas individual, mas coletivo. Mais do que contar a experiência de retorno ao campo, busco descrever um retorno ao que me forja constantemente como antropólogo, etnógrafo, pesquisador, trabalhador e como um ser nascido na beira do rio São Francisco, em Buritizeiro. Narrar essas experiências subjetivas no primeiro capítulo é uma opção ética, estética e política, no sentido que fala Félix Guattari, já que o retorno ao campo e as descobertas da pesquisa me libertaram de um projeto ilusório em que queria me distanciar das experiências passadas com o rio São Francisco. É uma opção ética e política porque busco articular, como sugere Guattari (2012, p. 8) “os três regimes ecológicos - a do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana” e é uma opção estética porque, tento elaborar um texto em que seja possível experimentar etnograficamente as palavras, as imagens, a memória, os encontros com os mundos ribeirinhos.

Os reencontros com a cidade, com meu pai e minha mãe, com o rio e com os pescadores foram experiências que fizeram “bifurcar o projeto inicial, para fazê-lo derivar longe das perspectivas anteriores mais seguras” (Guattari, 2012, p. 36). Portanto, mais do que uma narrativa de chegada ao campo, o primeiro capítulo é uma escrita sobre como a disponibilidade para estar nele criou arranjos que tornaram possíveis as relações com “outras e outros”, mas principalmente, que permitiu escutar e aprender sobre ocupações históricas que deterioram os mundos ribeirinhos e as criações para resistir contra elas e continuar existindo.

¹⁵ Ao longo do texto, serão encontradas palavras, frases e enunciados curtos que são parte do repertório narrativo das/dos minhas/meus interlocutoras/es. Na maior parte do texto esses destaques estão incorporados a minha escrita, como uma estratégia que adotei para deixar fluir as relações, aprendizados, insights e descobertas. Os trechos maiores dessas narrativas estão recuados, mas também em itálico.

O segundo capítulo, nomeado *Contratemplos*, é uma costura entre as observações de pescadoras e pescadores sobre as transformações do tempo do calendário e do tempo climático. *Contratempo*, como alertou Geraldo Babau, é um descompasso entre os dois tempos. Ao longo da pesquisa, alertas sobre essas mudanças emergiram vinculadas ao histórico de empreendimentos instalados para a produção de energia elétrica, produção de grãos como soja e milho e como consequência de desastres que depositaram minério de ferro no leito d'água do rio. Por isso, além de etnografar algumas das mudanças na temperatura das águas, na piracema e nas vazantes, este capítulo mostrará como, desde o período de colonização, aparatos estatais e do mercado habitam os mundos ribeirinhos para extrair valores e lucros.

No terceiro capítulo, o trabalho artístico de davi de jesus do nascimento¹⁶ me provocou a escrever sobre as criações subjetivas, sociais e ambientais que são criadas não apenas sobre o rio, mas com as existências ribeirinhas, ou seja, em alianças com outros seres, memórias e objetos que existem nas margens, na superfície e nos sorvedouros, no presente e no passado. Essas criações estéticas e políticas, encontradas em narrativas de outros interlocutores, são forjadas, ainda, como denúncia ao habitar colonial e agroindustriais e resistência contra as ameaças que se anunciam, como a UHE Formoso e outras ocupações predatórias dos mundos ribeirinhos. Neste derradeiro capítulo, o argumento principal é de que as criações estéticas e políticas não são apenas subjetivas, sociais ou ambientais, mas compostas entre esses três registros ecológicos.

Alertas sobre os *contratemplos*, alianças afetivas e existenciais e o fazer etnográfico, nesta pesquisa, são um exercício cosmopoético: criar e fazer mundos com a multiplicidade de formas de existir com o São Francisco. Entre os sedimentos perigosos deixados pelas formas de ocupações devastadoras, encontrei barranqueiras e barranqueiros que vão abrindo brechas para prolongar o efeito político das denúncias e enfrentamentos, criando sem cessar condições de habitabilidade que consideram a pluralidade de seres e formas de existir no Velho Chico.

¹⁶ Utilizarei a mesma grafia do artista em suas páginas, exposições e assinaturas de trabalhos. As iniciais de seu nome sempre são escritas com letras minúsculas.



REENCONTROS

1 PRIMEIRO CAPÍTULO: REENCONTROS

Depois de viajar a noite inteira, acordei quando o ônibus começava a atravessar a “ponte nova” na manhã do dia primeiro de abril de 2023, sábado, véspera do Domingo de Ramos. Ainda confuso, querendo entender onde estava, olhei pela janela e vi que estava chegando a Pirapora. Do lado de cá, Buritizeiro, do outro lado, Pirapora. Entre elas e com elas, o rio São Francisco. Eu tinha saído da rodoviária de Brasília na noite anterior, no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e três, e depois de percorrer o entorno de Brasília, parte de Goiás e o noroeste do estado de Minas Gerais, eu cheguei a Buritizeiro para experimentar um período mais longo do trabalho de campo.

Neste capítulo, narro os reencontros que tive durante esse período em campo, começando pelas conversas realizadas na casa da minha mãe, Estelita Afonso, e do meu pai, José Maria, de forma especial com meu pai. Depois disso, as conversas com os pescadores, alguns deles conhecidos desde a minha infância. Reencontros com as águas na beira do rio, e com eles tantas memórias com os barranqueiros e com as barranqueiras. A beira do rio, como mostra a etnografia de Izadora Pereira Acypreste (2021), vai além dos limites geográficos ou de uma porção de terra. É à beira do rio, diz ela, que conecta pessoas e outros viventes, e foi na beira do rio que pude me conectar, depois de algum tempo, com o povo e com as águas, com as lembranças, recordações conscientes e inconscientes que vieram quando me sentei de frente para o corpo d’água ao longo daquele mês de abril de 2023.

Com esta narrativa, encontro a possibilidade de me colocar no território da pesquisa de maneira subjetiva, individual e coletivamente, na relação com o povo e com outras existências ribeirinhas. Não se trata apenas de narrar conversas, de capturar falas e percepções e descrever a paisagem, a região, os pescadores e as águas, mas de fazer-pesquisa e fazer-mundo, reconhecendo a “pluridade dos humanos e dos não humanos como condição de pensamento” (Ferdinand, 2022, p. 254).

Eu nasci em Buritizeiro, vivi ali até os dezoito anos e ainda hoje retorno pelo menos três vezes ao ano à cidade para estar com minha família, que continua morando a cerca de quinhentos metros da “beira” do rio São Francisco. O rio, os pescadores, os peixes, a ponte, o

tempo das águas e o tempo da seca são parte de minha vida, de muitas memórias.¹⁷ Meu pai me ensinou a pescar na beira do rio, com vara ou linhada. Com ele e minha mãe, pescávamos no final de muitas tardes.¹⁸ Quando não ia, minha mãe ficava em casa esperando voltarmos com os mandis, o peixe que mais “saía” nas pescarias na beira do rio. Eu atravessasse a ponte que liga Buritizeiro a Pirapora quase diariamente, no período em que cursei os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Eu lembro de ficar atento toda vez que o Benjamim Guimarães, único barco movido a vapor no mundo, apitava para marcar seis da tarde, até que ele parou de soltar aquele “puuuu, puuuu” forte que se espalhava com o vento.

Eu estava em Pirapora, ainda adolescente, quando foi realizada uma audiência pública no ano de dois mil e quatro sobre a transposição do São Francisco, um projeto do primeiro mandato (2003-2006) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva que tinha objetivo de construir canais para retirar água do leito do rio São Francisco e distribuir para comunidades do semiárido brasileiro castigadas, de acordo com o governo, pela irregularidade das chuvas e falta de água. E antes de me mudar para Belo Horizonte, eu participei da Articulação Popular São Francisco Vivo, um fórum organizado por pastorais da Igreja Católica, movimentos sociais e associações de pescadores, vazanteiros e outros povos de toda a bacia do rio São Francisco para defender os direitos dos povos e lutar pelo projeto de revitalização do rio, com enfrentamentos a proposta de transposição levada a cabo por aquele e pelos governos que se seguiram.

Dessa vez, para a pesquisa do mestrado, cheguei a Buritizeiro na véspera de Semana Santa, tempo de silêncio e penitência para os cristãos, especialmente os católicos. Tempo de comer peixe e abominar certos tipos de extravagâncias, como conversar em voz alta, se envolver em conflitos com familiares e amigos. Guardo e vivo com as memórias das semanas santas na

¹⁷ Morávamos numa casa localizada na esquina entre a Rua Prefeito Antônio Cândido e Rua Caio Martins. Esta última começava/terminava direto na margem do rio. O São Francisco estava ali, a alguns metros da nossa casa: era só olhar pra baixo pra ver Pirapora, do outro lado, unida a Buritizeiro pelas águas. Eu não me aventurei para brincadeiras na beira do rio. Sempre escutei falar que ali era perigoso, que a água levava, que tinha cachoeira, que tinha “caixão”, um tipo de redemoinho que se forma pela força das águas entre as pedras, e suga qualquer coisa que passa para o fundo do leito d’água. Cresci ouvindo histórias de gente que morreu no caixão. O curso do rio em Buritizeiro e Pirapora é agitado por corredeiras. É a única região do São Francisco com esse tipo de formação geológica. Por isso, também, é o ponto final de navegação de embarcações de médio e grande porte. Só se aventuram pelas corredeiras os barcos, caiaques e botes menores e guiados por quem conhece os caminhos no meio das pedras.

¹⁸ Desde que me entendo por gente lembro de meu pai me levar para pescar. As vezes minha mãe, ele e eu. Às vezes ele e eu, enquanto minha mãe ficava em casa preparando comida e esperando o peixe Mandim pra jantar. Meu pai me ensinou a procurar minhoca na terra úmida do quintal, a colocar a minhoca no anzol. Me ajudou a conhecer o silêncio da espera pelo peixe, a fisgar o pescado, retirar da água. Me fez conhecer ferramentas criadas ali na beira do rio para guardar o peixe dentro da própria água, para que conseguisse esperar o retorno para casa. Minha mãe, depois do peixe tratado e limpo, temperava, fritava e a gente se fartava de comer mandim frito. Hoje eu sei que pra fritar bem é só passar no fubá. Guardo a memória dos fins de tarde e noites com o peixe que trazíamos do rio. Não era peixe grande. Quer dizer, às vezes a gente dava sorte de pegar um Piau ou uma Curimatã no anzol, e quando isso acontecia, era festa. Meu pai me ensinou a conhecer alguns tipos de peixe na beira do rio, antes mesmo dos livros e dos aquários que depois visitei.

minha infância em Buritizeiro, participando das celebrações litúrgicas, apresentações teatrais, cantando salmos nas missas, pescando com meu pai ou buscando um “peixinho maior” para comer durante os dias em que não comeríamos carne, ou seja, até o Sábado de Aleluia. Reencontro, nesta manhã, todas essas memórias. Quem me criou foram as ruas dessa cidade, as brincadeiras com os amigos e amigas, os grupos de adolescentes e jovens na paróquia Imaculada Conceição, a beira do rio nesta cidade.

1.1 Um rio desaguando em mim

Naquela manhã de sábado, depois de chegar e tomar café com meus pais, peguei o carro da minha mãe e segui até a orla do rio em Buritizeiro. Estacionei em frente ao Quiosque do Saruê, desci e fui para a calçada observar o rio. Dois homens pescavam com tarrafa¹⁹ no meio das corredeiras. Outros dois desciam pela encosta do cais, também com tarrafas. Eu lembro que na minha infância e adolescência, quando precisava passar em frente ao Quiosque para depois atravessar a ponte e chegar em Pirapora, era possível observar uma quantidade maior de pescadores, principalmente nas primeiras horas do dia.

Fiquei ali cerca de vinte minutos observando. Decidi pegar o carro e atravessar para Pirapora. Na travessia pela rodovia BR-365, a ponte nova²⁰, como é conhecida pelos moradores, estava tomada por cerca de vinte homens pescando com varas e molinetes. Não parei o carro próximo a margem do rio, mas segui até encontrar um local para estacionar. Caminhei até a margem, num lugar onde nunca estive antes. Avistei um banco de terra rachada, um barco ancorado e caminhei entre o barro e algum capim que nasce e toma de conta. Olhei o tanto que pude para as águas, as margens de cá e de lá, os dois pescadores de barco que estavam no meio do rio. Um jogava tarrafa, o outro remava buscando encontrar um local para continuar a pescaria.

¹⁹ Tarrafas são um tipo de rede para pesca, “em forma círculo ou de capuz, com uma malha dobrada na extremidade onde são colocados chumbos que provocam o fechamento da rede quando ela é jogada nas áreas do rio onde costumeiramente estão presentes cardumes de peixe menores ou peixes grandes com o hábito de ficar em locais (buracos entre pedras). No meio da circunferência sai uma corda pela qual o pescador puxa a tarrafa após o lance, fazendo com que esta se feche e capture os peixes que estiverem sob seu alvo” (Araújo *et al.*, 2019, p. 96).

²⁰ Buritizeiro e Pirapora são ligadas por duas vias. A Ponte Marechal Hermes, construção inaugurada em 1922, fez parte da Estrada de Ferro Central do Brasil, que no início do século XX pretendia ligar o Rio de Janeiro a Belém do Pará. A *ponte velha*, como é comumente chamada, foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) em 1985. Atualmente, pela ponte Marechal Hermes passam motocicletas, ciclistas e pedestres. A *ponte nova* está localizada na rodovia BR-365 e foi inaugurada em 1974 e é a única via de ligação entre as duas cidades para quem deseja fazê-la via automóveis e pelo serviço de transporte público.

Na beira do rio, perto de um barco inundado, mas não submerso, olhando os pescadores, com meu pé tocando o barro rachado, mas ainda molhado e com um sol estridente sobre mim e as águas, reencontrei o rio São Francisco.

Figura 1 - Um rio desaguando em mim



Fonte: Foto do autor, 2023.

Não se tratava apenas de um reencontro com as questões de pesquisa, mas com as águas que inspiram este percurso no mestrado e que me instigam para outros movimentos da vida, dos quais a pesquisa é parte. Pisar o barro encharcado e sentir o rio outra vez desaguar em mim, me mostram que talvez essas águas nunca tenham estado distantes.

Mas a terra natal é menos uma extensão que uma matéria; é um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que o nosso sonho adquire sua exata substância; é a ela que pedimos nossa cor fundamental. Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura.... Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes. (Bachelard, 2018, p. 9).

As águas do rio, barrentas com as chuvas dos últimos meses, me fazem rever toda a minha trajetória de vida, desde a infância, as pescarias, as notícias de alguém que morreu

afofado, aos peixes ora em grande quantidade, ora descendo mortos. Não levei caderno naquela manhã, não tinha nada para anotar algumas provocações que emergiram no reencontro com o rio. Abri meu celular e gravei um áudio para escutar mais tarde. Algumas semanas depois, de volta a minha casa em Brasília, eu transcrevi a mensagem.

Que força é essa que tem as águas de um rio sobre a memória? Que poder é esse que tem um rio de puxar nossas memórias, de me trazer pra infância, de me reconstruir, que poder é esse que tem esse rio? Não é poder de lenda, porque como é que eu viro para um amigo: ah, a história que o rio dorme é uma lenda. Como é que eu posso dizer isso pra um amigo que mora a cem metros do rio São Francisco, e ele me diz assim: realmente, tem noites que meia noite, quando o relógio marca meia noite eu já não escuto mais o rio, o barulho da cachoeira. É o rio dormindo. Eu não posso colocar nesse lugar da lenda, porque não é sobre lenda. Então, que força é essa que tem o rio sobre as nossas trajetórias? Que força é essa? Que força é essa que tem sobre mim, sobre meu pai, no imaginário, nas narrativas, que força é essa que esse rio tem pra me fazer, em alguns momentos inclusive parar, me paralisar diante da pesquisa?

O reencontro com as águas do rio, naquela manhã, me ajuda na decisão de seguir o fluxo do rio, como diz Tim Ingold (2015), de rastrear as águas, de caminhar com elas, com os pescadores e com minhas memórias. A força do rio se mostra tão presente neste regresso às margens do São Francisco que decidi não ficar apenas nelas, mas seguir o percurso das águas, e com elas narrar as histórias com rio, dos pescadores, do meu pai, instigada por minhas memórias e pelas opções acadêmicas, profissionais e políticas que tenho feito ao longo dos últimos tempos.

davi de Jesus do nascimento, um multiartista, pesquisador, escritor e curador ribeirinho que vive em Pirapora, em resposta a uma mensagem que escrevi nas suas redes sociais, disse que a gente precisa continuar se vendo no espelho d'água que é o rio. O rio é um espelho que se movimenta. Quero continuar olhando no espelho d'água do São Francisco para movimentar as histórias com o rio e com os barranqueiros que terei nos próximos dias. O espelho d'água se transforma porque a água flui, ela não fica parada. Eu me vejo nesse espelho, mas logo adiante meu pai se vê, Gelson, Geraldo, davi e outros pescadores, artistas e ribeirinhos também se veem e fluem com o rio.

1.2 Reencontrar meu pai

Voltei para casa, meu pai estava fazendo almoço. Conto para ele que fui à beira do rio, do lado de cá e em Pirapora, e imediatamente ele me pergunta:

Meu pai: *Foi lá ver a situação do rio?*

Eu: *Sim, fui lá. Estou assustado com a seca, com pouca água.*

Meu pai: *Não sei como vai ser em setembro e outubro. Nós estamos em abril, choveu demais, mas o rio tá lá desse jeito. E o povo ainda quer construir barragem aí pra cima. Eu não entendo essa seca, porque em outros rios o povo tá abrindo as comportas de represas. Mas parece que Três Marias segurou água e por isso o rio tá desse jeito.*

Eu: *Será por isso que o povo não tá pescando tanto? Eu não vi muitos pescadores.*

Meu pai: *Muitos mudaram o lugar de pescar lá pra baixo, outros estão pescando lá pra cima.*

A preocupação com a pouca quantidade de água no rio São Francisco será prolongada pelas observações de outros interlocutores no próximo capítulo. Naquele período em que estive em Buritizeiro e Pirapora, logo após a época de mais chuvas, as pedras no rio não deveriam estar se mostrando tanto e as águas deveriam cobrir ilhas e bancos de areia. Apesar da abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Três Marias, a montante de Buritizeiro, ter acontecido no mês de janeiro de 2023, nos meses seguintes o fechamento provocou uma diminuição drástica no volume de águas.

Apesar de não ser pescador profissional, com registro na Colônia de Pesca, meu pai está na beira do rio pescando algumas vezes por mês. Ele tece tarrafas, redes, organiza *as tralhas de pesca*, sabe os melhores lugares, o tipo de peixe em cada região da margem do rio. Retornar ao campo com o que poderia chamar de leveza etnográfica e continuar a pesquisa conversando com meu pai, aquele que primeiro me mostrou coisas sobre a pescaria e outras coisas do rio, foi uma deságua para reencontrar outros pescadores, conversar e compartilhar os dias no trabalho de campo.

Eu: *O senhor falou de Jânio, eu lembro que em 2011 fiz umas fotos dele pescando no rio, no barco. Quem são os pescadores que o senhor conhece e posso conversar?*

Meu pai: *Tem Geraldo Babau, João e Gelson de Dona Rosinha, tem Jânio, Antônio Carlos e Joaquim irmãos de Niltinho.*

Jânio, Gelson e João eu conheço porque desde criança, quando morávamos na casa do meu avô (que está localizada mais próxima ao rio do que a casa dos meus pais atualmente) eu sempre encontrava com os três. Gelson e João, filhos de Dona Rosinha, eram vizinhos e eu brincava com Leo e Michelle (filho e filha de João) e com Bruno (sobrinho de João e Gelson). Quando eu era criança, João, Gelson e Jânio subiam a rua Caio Martins e passavam na porta do bar do meu tio Zezé com surubins imensos, de mais de um metro e meio, carregados com a ajuda do remo. Era sempre uma festa quando eles passavam com esses peixes grandes, porque

não era todo dia que se pescavam grandes surubins. Um peixe de mais de um metro era maior que eu, naquela época.²¹

Eu emendo essa conversa e digo ao meu pai que resolvi mudar o rumo da minha pesquisa. Não mais fazer entrevistas sobre a chegada da barragem, mas contar histórias com pescadores, vazanteiros, quem vive ali no dia a dia da beira do rio. Ele me olhou, balançou a cabeça como quem estava curioso para saber mais. Eu nunca tinha conversado tanto tempo com meu pai sobre minha pesquisa, sempre foram coisas muito rápidas: vou fazer uma pesquisa sobre o rio e a barragem. Tampouco eu nunca soube a história do meu pai na sua relação com o rio e com a pesca. Enquanto meu pai preparava o almoço, perguntei sobre como ele tinha aprendido a pescar, com quem aprendeu ou o que havia motivado a se lançar pelas águas do São Francisco.

Ele estava na cozinha e eu sentado na mesa da varanda. Continuou cozinhando, mas aumentou o tom de voz como quem quisesse não deixar passar nada do que agora seria narrado.

Meu pai: *Os pescadores pegavam os peixes e geralmente a gente ia lá pra beira do rio porque era pra subir o peixe pra eles. Além de subir o peixe pra eles a gente ganhava um peixinho, né, que eles davam pra gente.*

Eu: *Ah, subir o peixe era tirar o peixe da beira do rio e levar lá pra cima?*

Meu pai: *É, levar lá pra cima. Eles chegavam com o barco, a gente colocava no saco e ia negociando. E a maioria desses pescadores hoje, quer dizer, muitos quando não era filho de pescador começou assim, né? Aí começou pescando na beirada do rio. Hoje muitos são pescadores ainda. Eu mesmo fico pensando, de vez em quando fico pensando: se eu não tivesse arrumado um outro servicinho quando eu era mais novo, menino, tava arriscado de ter sido era pescador também. Era uma opção que a gente tinha. Hoje em dia tá muito bom, o negócio era muito difícil. Era um peixinho que você tinha pra pescar. Eu lembro que quando comecei a pescar eu trabalhava lá em Tomé, no barzinho em frente à escola Marieta. Tomé tinha uma vendinha lá e eu trabalhava com ele. Quando dava no horário depois de meio dia eu não fazia outra coisa: eu pegava meus anzol e ficava no rio, todo dia, todo domingo. Eu não perdia um dia de pescar. Mas é igual eu tava falando: se eu não tivesse arrumado outro servicinho, tava arriscado eu ter sido pescador. Aí mesmo tinha um rapaz, ele até aposentou como pescador. Ele chama Adão, a gente chama ele de Adão Beira de Capim. Ele só pegava peixe grandão.*

Eu: *Mas é porque ele não entrava pra dentro do rio?*

Meu pai: *É, ele só ficava pescando assim na beira do capim. Agora hoje, depois, virou pescador. Eu pescava muito com João de Rosinha, na beira da Usina ali quando o rio baixava. Esperava o rio encher, aí quando o rio baixava, eu e João de Rosinha pescando o dia todinho.*

²¹ A imagem que abre este capítulo é um dos momentos de celebração que presenciei na minha infância. Segurando um *Surubim dos grandes* ou um *moleção daqueles* (moleque é um dos nome populares que algumas pessoas utilizam para se referir ao Surubim), como dizem os pescadores, estão Gelson (em pé, de camiseta branca), Jânio (em pé com camiseta de time de futebol, atrás dos demais). Segurando um único peixe está João (sem camiseta) e “Ciciu”, com camiseta regata. O pescador que está sem camisa do lado esquerdo não consegui identificar. Agradeço imensamente ao meu pai, José Maria, que procurou Gelson e João para encontrar imagens de pesca dos Surubins e por me cederem gentilmente para utilização no trabalho.

Eu: Mas isso depois que o senhor se casou com mãe?

Meu pai: Não, eu era moleque moço. Eu conhecia João de Dona Rosinha desde quando eu morava na Escola Caio Martins, moço. Ele sempre morou ali. Nós éramos moleque, jogava bola. Jogar bola não, eles não era de jogar bola não, mais de pescar.

Depois de um tempo, antes do almoço, ele voltou de dentro de casa, como quem queria me contar algo a mais que lembrou:

Meu pai: Eu aprendi a tecer tarrafa foi em 1985, porque lembrei que foi num dia que estava pescando com Jânio e o rio começou a encher. Eu estava com medo de atravessar para as pedras e fiquei no meio do rio. Jânio me chamava, mas eu não tinha coragem, com medo de ser arrastado. Fiquei lá até que um barco de outro pescador chegou e me ajudou a sair. Esse dia não sai da minha cabeça. Foi bem nesse período que aprendi a tecer tarrafa.

A relação com o rio produz narrativas, expressões e produz estoques de outros conhecimentos, como indica Harris (2016), como as canoas, redes, tarrafas, linhadas para pesca. Os pescadores que conheço, incluindo meu pai, não compram as tarrafas em casas de pesca, mas tecem (meu pai usa a expressão “*estou tecendo tarrafa*”) suas próprias tarrafas, e isso confirma o que mostra Harris (2016) e Acypreste (2021) de que a relação com o rio produz conhecimentos, constrói técnicas e instrumentos específicos.

Eu fui criado vendo meu pai tecer tarrafa e sempre fui fascinado pela habilidade técnica em manusear a linha de nylon, passar a linha mediada pela agulha de um lado para o outro. Demoravam semanas, às vezes meses até que uma tarrafa ficasse pronta. Depois de tecer vem o tempo de colocar os chumbos e o cabeçote, onde fica amarrada uma corda mais grossa que permita ao pescador segurar, armar, lançar e puxar de volta das águas, com esperança de ter pescado algo, é claro.

No final de 2003 e início de 2004, eu com então doze anos de idade, ganhei do meu pai uma tarrafa de tamanho pequeno. Media cerca de um metro e meio de comprimento e, quando lançada, chegava a quase dois metros de diâmetro. Foi com ela que eu aprendi a armar, jogar e puxar tarrafa, mas sempre na beira do rio ou em algum córrego. Sempre tive medo de entrar para a região mais funda do rio, nunca passei da beirada. Viajei para um encontro de adolescentes em Januária, outra cidade na margem direita do rio São Francisco, no caminho que o rio segue para a Bahia, e esqueci a tarrafa por lá. Uma frustração que demorei superar. Nunca mais tive outra tarrafa.

A conversa com meu pai abriu possibilidades de reencontros para os dias seguintes. Nos dias seguintes, com a ajuda dele, consegui conversar por muito tempo com Geraldo Babau, na beira do rio. Antes disso, porém, outros reencontros com pescadores que eu conhecia desde a

minha infância me lançaram ainda mais para o fluxo do rio, da pesca, do peixe e de toda a pesquisa.

1.3 Reencontrar os pescadores

Na manhã seguinte, no Domingo de Ramos, saímos cedo para preparar o almoço na casa da minha avó. Na porta da casa dela, reencontrei Gelson, filho de Dona Rosinha. Ele estava com outros homens, de várias idades, todos vizinhos e que frequentam o bar do meu tio Zezé. Quando eu desci do carro, Gelson me viu, levantou-se e veio me cumprimentar imediatamente.

Gelson: Moço, quanto tempo não via você!

Eu: Que coisa boa te ver, Gelson. Ontem mesmo eu lembrei porque estava conversando algumas coisas com meu pai e ele me disse que você poderia me ajudar.

Gelson: Ah é, em que?

Eu: Estou estudando mestrado, e quero contar algumas histórias sobre os pescadores, sobre o rio, os peixes. Fiquei lembrando quando eu morava aqui nessa casa, você e João passavam com aqueles surubins grandes, era uma festa pra gente.

Gelson: Moço, aquilo agora tá difícil. A gente pega, mas não é tanto mais.

Eu: Depois podemos conversar mais? Quero te acompanhar um dia na pescaria, se puder.

Gelson: Eu só estarei aqui na sexta, me procura. Seu tio, os meninos tem meu telefone.

Eu agradei a Gelson, digo que ainda queria conversar com ele e entro pra casa da minha avó. Depois de cumprimentar minha mãe, que tinha chegado mais cedo para preparar a comida, meus primos e meus tios, saí novamente e fui ao bar cumprimentar meu tio Zezé. Como lá estavam outros homens que conhecia desde a minha infância, sentei no degrau e comecei a conversar com Wender, outro vizinho da minha avó. Logo chegou meu pai, depois meu tio Adelson. Imediatamente começaram a conversar sobre pescaria, sobre os melhores lugares para pescar e sobre quais espécies de peixe estavam *saindo* naquele dia.

Naquele mesmo domingo, no fim da tarde, quando fui caminhar na *beira do* rio e decidi ficar por um tempo sentado num lugar onde estavam várias pessoas pescando, observo um jovem se aproximando. Ele estava pescando mais pra baixo, e quando parou em um novo local perto de onde eu estava, ele ajeitou um tipo de forquilha entre as pedras na água para utilizar como suporte de um dos seus molinetes. Isso é utilizado para que o pescador possa, ao mesmo tempo, estar com uma vara/molinete na mão e outro ao seu lado, armado. Caso perceba algum sinal na linha da vara/molinete armado, o pescador deixa imediatamente a ferramenta que está na sua mão para verificar se algum peixe foi fígado. Depois de vinte minutos, o jovem pegou

o molinete que estava armado e percebeu que estava enganchado em algum tronco, galhos ou lixo no fundo do rio.

Reencontrei, observando esse pescador com suas varas, molinetes e forquilha, as técnicas que meu pai e outros pescadores utilizam para aproveitar melhor a pescaria, preservar os materiais, salvaguardar os peixes capturados e evitar acidentes nas águas. Quando eu era criança, pescando com meu pai na beira do rio, a linha enganchava várias vezes no fundo do rio. O peso fazia parecer que era algum peixe capturado, mas na verdade eram galhos ou o anzol preso nas pedras. *Nada de força pra tirar, é preciso jeito*, dizia meu pai me ajudando a desenganchar a linha e o anzol. (arcabouço de conhecimentos construídos pelos pescadores na relação com o rio, com os peixes)

Na quarta-feira daquela semana eu me levantei para tomar café. Meu pai imediatamente se aproximou e diz: *“Geraldo Babau disse pra você encontrar com ele às 10:30 na beira do rio”*. A orla em Buritizeiro é extensa, tem vários pontos de observação, encontros, pesca, ancoragem de barcos. Mas a “beira do rio” é, ou pelo menos era enquanto eu vivia em Buritizeiro, a região onde fica o quiosque e Terezinha e a região conhecida como “usina”, que é um ponto de coleta e retirada da água do rio para o abastecimento da cidade.

Eu desmarquei uma reunião virtual de trabalho e me preparei para encontrar Geraldo no horário combinado. Preparei rapidamente algumas questões para orientar nossa conversa. *Me conta quem é você, Geraldo!? E o que você faz aqui no rio? Quem é esse rio pra você? Por que o rio tá assim, com pouca água, mesmo nesse período de chuva?*

Eram dez e vinte e sete da manhã, cheguei na “beira do rio”, sentei num banco com mesa ao lado do quiosque de Terezinha e liguei para Geraldo, que me diz: *“tô chegando aí agora”*.

Geraldo chegou, nos cumprimentamos e ele me perguntou se eu quero gravar. Não era esse o planejamento, porque gostaria apenas de conversar e anotar. Mas, como partiu dele a pergunta sobre o registro, decidi ligar o gravador no celular. As perguntas pensadas inicialmente, as quatro questões levantadas acima, foram apenas o pontapé. Não me ative a elas e não estava preocupado em seguir um roteiro de entrevista, tentando a qualquer custo buscar respostas para o que eu queria. A conversa fluíu como a água em nossa frente estava fluindo. Geraldo me contou sua história de vida, seu trabalho atual, suas experiências na beira, no fundo, nas locas e nas ilhas do rio e me ajudou a reencontrar o rio, esse *ser-rio* que é tem vontade própria, como ele mesmo disse.

Geraldo me contou que é filho de pescador: “mas era aquela história de pescador que nem pescava. Ele era aposentado, mas nas horas de lazer ele tava dando sua pescadinha aí no

rio. É como se fosse meu dia de hoje também”. Atualmente Geraldo trabalha com monitoramento das águas do rio São Francisco, num raio de quinze quilômetros a jusante de onde estávamos conversando, ou seja, após as corredeiras do rio em Buritizeiro e Pirapora. Algum tempo depois desse trabalho de campo, busco mais informações e descobri que o monitoramento das águas do qual participa Geraldo é um projeto da Nexa, uma empresa global de mineração que surgiu em 1956 e teve sua origem ligada a Companhia Mineira de Metais (CMM). A Nexa tem instalada uma refinaria de zinco na cidade de Três Marias, cidade também banhada pelo rio São Francisco e localizada a montante de Buritizeiro e Pirapora.

Na conversa com Geraldo, ele me contou sobre como lança seu conhecimento sobre as águas do rio São Francisco para oferecer informações diárias para a empresa e, com isso, se juntar a outros conhecimentos para monitorar a qualidade da água do rio e evitar possíveis problemas, como a mortandade de peixes.

Eu faço levantamento de dados, a gente faz de água. Porque eu mesmo, como diz o outro, eu não sou formado. Mas eles nos capacitaram através dum conhecimento deles, mais estudado. Nós cobrimos quase novecentos quilômetros de cobertura, pra gente dar um parecer do que que tá morrendo. Não é que a gente dá um dado bem específico, mas nossos dados que já foi passado para os estudiosos, para o pessoal já formado, sempre bate, sempre tá batendo da mesma maneira, a maneira quase correta. Até parece que a gente se formou, mas pelo dia a dia da gente, conhecimento de pai pra filho, de filho pra neto. Então, esse levantamento da gente bate com muitos acertos com eles. É claro que a gente não tem um dado bem preciso. (Diário de campo, áudio gravado, 05/04/2023).

Geraldo coleta diariamente amostras de água do rio São Francisco, em dois pontos distintos a jusante de onde conversamos. As amostras são enviadas para a empresa Nexa, que analisa a qualidade da água e a existência ou não de rejeitos tóxicos. Algum tempo depois, não mais em campo, lembro de algo que não é um detalhe: ele me disse que a coleta é para dar um parecer do que está morrendo. Geraldo conhece o mundo das águas, ele sabe onde e como estão vivendo e morrendo as águas e os peixes, e onde podem se concentrar mais resíduos de mineração e outras atividades industriais que provocam a morte.

Ao longo da conversa naquela manhã de quarta-feira da semana santa, Geraldo me ajudou a reencontrar o conhecimento do povo barranqueiro forjado na relação com outras existências ribeirinhas, com *o dia a dia da gente*, como ele me disse. São conhecimentos transmitidos de geração para geração, mas construídos sempre com outras formas de existir no e com o rio São Francisco. Ele me contou que *vai seguindo os lugares porque já sabe, que de*

tanto ficar na beira do rio é possível saber onde tem lugares para melhor coletar as amostras de água.

Eu comentei com Geraldo que lembrava do período em que tivemos uma mortandade absurda de peixes no rio São Francisco. Entre os anos de 2004 e 2005, período em que eu ainda vivia em Buritizeiro, morreram cerca de vinte toneladas de peixe entre Três Marias e Buritizeiro/Pirapora. Diante de nós e no meio do corpo d'água do Velho Chico, naqueles anos, passavam centenas de peixes, de todas as espécies e tamanhos, sem vida, mortos pela contaminação de metais pesados despejados pela Votorantim Metais nas águas do rio, em Três Marias. Alguns meses depois, a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM) detectou a presença de metais pesados na água, especialmente de zinco, e o Ministério Público Estadual em Minas Gerais autuou a empresa Votorantim Metais como a principal responsável pela mortandade de peixes.

Figura 02: Sedimentos de minério da Votorantim Metais às margens do rio São Francisco em Três Marias.



Foto: João Zinclar, 2007. FONTE: Arquivo CPT Nacional.

O trabalho fotográfico de João Zinclar foi um aliado dos movimentos sociais, como a Articulação Popular São Francisco Vivo ao longo de outras matanças de peixes.²² No início de 2007 uma nova mortandade revoltou o povo barranqueiro, e fez desaparecer a vida de mais de sete toneladas de peixes. Dessa vez, um imenso cardume tentava subir o rio e foi capturado por uma bacia na Usina de Três Marias. De acordo com a justificativa da CEMIG, empresa responsável pela produção de energia elétrica na Usina, o vertedouro estava fechado e, sem oxigênio, milhares e talvez milhões de peixes morreram.²³

Geraldo e eu conversamos sobre essas duas situações dramáticas e ele me contou que não foram somente esses dois eventos de mortandade. Ele se emocionou e começou a contar sobre a *vida dos peixes*, a dificuldade dos peixes para se reproduzirem em meio a problemas com volume de água, agronegócio, mineração e produção de energia elétrica.

Morreu muito. Esse ano mesmo nós já levantamos dados que você fica assim: mas gente o rio São Francisco toda época tinha piracema, tinha piracema. Esse ano nós não tivemos piracema. Aí você fala, o que que foi, o que que aconteceu? Porque no passado a gente dava peixe aqui, se tivesse uma enxada, ou uma toquinha de maçã, ou uma camisa pra você ficar pegando peixe, você não aguentava carregar o peixe pra casa na época da piracema. Porque é uma época que o peixe sai caçando lagoa, logradouros pra poder se reproduzir. E tem tipo de peixe que assim, a natureza, por ser um peixe, ele só procura subir rio. Tem época que ele desce, mas a gente vê a coisa mais difícil é você ver um peixe descendo. Você vê ele subindo. Aí ele sai entrando para as lagoas, entrando para os rios, algumas barra de córregos, pra poder fazer o período da piracema, que é o período de como se diz, a gente fala de acasalamento. E tem várias maneiras: eles escolhem a água, eles escolhem a época. Tudo de acordo com a natureza mesmo.

²² João Zinclar foi um primoroso fotógrafo dos movimentos sociais da cidade e do campo, da floresta, dos rios e dos cerrados brasileiros. Nascido em Rio Grande - RS em 1956, trabalhou como comerciário, operário da construção civil e encanador industrial. O trabalho nas fábricas despertou em João o compromisso pelas lutas por melhores condições de emprego e renda. Foi membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entre os anos 1980 e 1996, quando decidiu atuar como repórter fotográfico, oferecendo suas criações para as mobilizações de trabalhadores das fábricas e outras diversas lutas dos movimentos sociais brasileiros. Tive a alegria de conviver com João Zinclar entre 2006 e 2007, quando ele peregrinou por toda a bacia do São Francisco para registrar e denunciar a violência das indústrias siderúrgicas, da mineração, das hidrelétricas, das florestas e eucalipto e da transposição das águas do rio. As imagens fotografadas por João me fizeram viajar por territórios que eu ainda não tive a oportunidade de conhecer, e de forma especial, me conectaram às lutas de outros povos barranqueiros contra a transposição. João Zinclar faleceu num trágico acidente de ônibus em janeiro de 2013, quando retornava de uma atividade em Ipatinga - MG. Ao longo deste texto estão outras imagens fotografadas por ele, que atualmente são guardadas no arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Não são apenas imagens para ilustrar, são um agradecimento e um reencontro com as lutas passadas e presentes entre os mundos ribeirinhos. Lutas que João Zinclar assumiu e me ajudou a conhecer.

²³ Em abril de 2007, durante o Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros em Belo Horizonte, participei de uma manifestação com pescadoras/es e representantes da Articulação Popular São Francisco Vivo. Naquela ocasião, ocupamos a sede da empresa CEMIG, no bairro Santo Agostinho, e despejamos centenas de quilos de peixes mortos, que foram recolhidos desde o início da mortandade causada pelas operações da empresa de energia na UHE Três Marias.

O peixe escolhe a água. O peixe escolha a época para acasalar e se reproduzir. O peixe só procura subir rio. Geraldo observou que o rio tem força, mas que os peixes também têm força de escolha. *De primeiro*, ele salienta, *o peixe avisava quando era piracema*. Eles não se reproduzem de forma automática em qualquer lugar. Existe uma escolha, eles entram para os lugares certos, onde será possível reproduzir com segurança para os filhotes, com temperatura e condições climáticas favoráveis.

Tudo de acordo com a natureza foi o alerta que Geraldo emitiu para encerrar essa parte da conversa, para continuar fluindo outros assuntos. Geraldo não se relaciona com o rio porque precisa dele para sua sobrevivência. Não é uma relação construída sobre lógica de utilidade, como se Geraldo e outros pescadores/as se vivessem às margens do rio desejando algo em troca. É claro que a sobrevivência dos pescadores depende da fluidez do rio, da reprodução dos peixes e da qualidade da água. Mas as histórias que Geraldo me contou mostram que ele conhece as águas e compõe com elas para fazer mundos ribeirinhos, que não são apenas criados/vividos nas margens do São Francisco, mas além.

Ao dizer que *esse ano nós não tivemos piracema* e em seguida se perguntar “*o que aconteceu*”, Geraldo faz um alerta sobre os possíveis problemas que enfrenta o rio, as águas, os peixes e me ajudou a retomar algumas perguntas da pesquisa, especialmente sobre as ameaças com a construção de barragens e o avanço do agronegócio nas regiões próximas às margens do corpo d’água do São Francisco. Mais do que isso, Geraldo outra vez reconheceu a força dos peixes e das águas e a confusão causado pelo ser humano nas coisas. Mais adiante, como quem muito bem conhece as dinâmicas das águas, dos peixes e das pescarias, ele continuou me contando:

Hoje você vê uma época ainda de resto de piracema, era pro rio tá cheio. E o rio tá aí nessa baixa danada. Porque a água hoje virou comércio. Um comércio, um comércio grandioso. A gente fala, com tanta água, cada um tira seu copo d’água maior pra sua casa. As empresas, as barragens tiram água pra sua casa, pra poder fazer o sistema de energia. Outros, época período da seca.. hoje, você conta milhões e milhões de bomba jogando já pra poder fazer a irrigação. Quando chega a passagem de água aqui a gente fala: nosso rio tá ficando seco. Mas ele já teve mais seco que isso, mas dentro do natural, né? Tinha o período de chuva, tinha o período de seca, o período de tudo quando é transição do tempo, né? Hoje não. O ser humano estuda, acha que já tá estudado demais e quer fazer da maneira dele. E aí começa esses contratempos.

Contratempos. Geraldo alertou sobre a secura do rio e a diminuição das águas naquele mês de abril, ao mesmo tempo que lembra que o rio já esteve com uma vazão menor de água. Agora, porém, não era o que os pescadores, ribeirinhos, vazanteiros esperavam. No dicionário

de Oxford, um dos significados encontrados para a palavra *contratempo* é aquilo “que impede ou contraria o curso de um acontecimento”. Todavia, os *contratemplos* que narra Geraldo não são uma coisa passageira, passível de ser solucionada com um desvio qualquer ou uma transição rápida.

Os *contratemplos* causados pelo fluxo desconhecido das águas, o fechamento e abertura repentina das comportas da Usina Hidrelétrica de Três Marias, pela *retirada sem limites* de água para as fazendas irrigadas, tudo isso impede o fluxo do rio e perturba ainda os conhecimentos dos pescadores e ribeirinhos sobre o tempo das águas e o tempo da seca, por exemplo. Agora, a água que passa pode não ser aquilo que espera e precisam os pescadores, vazanteiros, os peixes, o rio. Como mostra Luiz Felipe Rocha Benites (2023) na sua pesquisa com a comunidade da Ribanceira, em São Romão, cidade a jusante de Buritizeiro, as águas e as *entendências* (Benites, 2023) dos povos ribeirinhos sobre ela são “*componente crucial da vida social*”.

Entre Buritizeiro e Pirapora, toda vez que a água abaixa após alguma cheia, forma-se uma grande praia, conhecida como Praia do Areião. Durante o período de estiagem, moradores e turistas estiram-se ao sol depois de um mergulho, tomam cerveja, caipirinha nos quiosques, caminham pelo imenso banco de areia. Outros levam cavalos e vacas para pastar no pouco capim que cresce em alguma fresta de terra molhada. Minha conversa com Geraldo naquela manhã aconteceu num banco de frente para esse banco de areia, que está do outro lado, em Pirapora.

O sobe e desce das águas, portanto, é conhecido pelos pescadores, vazanteiros e por quem faz diariamente a travessia da ponte entre Buritizeiro e Pirapora. O que agora não se conhece é o período do calendário em que as águas vão subir ou descer. Os *contratemplos*, como narrou Geraldo, perturbaram não apenas o fluxo das águas, mas o conhecimento dos pescadores e outras populações que vivem nas margens e ilhas do São Francisco. A perturbação inesperada para as águas, os peixes e pescadores, por outro lado, é planejada por sujeitos e grupos que se relacionam com a água como comércio.

Enquanto Geraldo me contou entristecido sobre os *contratemplos*, lembro de uma entrevista que li enquanto me preparava para o trabalho de campo. Nela reencontrei Josemar, um antigo conhecido do tempo em que nos movimentamos na Articulação Popular São Francisco Vivo.

“A piracema é uma dádiva de Deus e não tem data certa, dependemos do ciclo das águas, falo assim porque me incluo nesse ambiente inteiro, é só o processo de renovação da vida”. (Le Monde Diplomatique Brasil, 2020).

Em Buritizeiro e Pirapora esse período geralmente acontece entre os meses de outubro e novembro, mas como mencionado na fala de Josemar, “*não tem data certa*”, porque depende do ciclo das águas, da quantidade de chuvas, da vazão hídrica, da temperatura. Embora exista um período delimitado pelos órgãos de controle ambiental para regular a pesca na piracema, para os pescadores e vanzateiros, a piracema é marcada por movimentos como o salto dos peixes nas corredeiras e uma grande quantidade de cardumes em determinadas regiões do rio. Por isso, ainda que o calendário tradicional seja delimitado por datas situadas nos calendários modernos, para os sujeitos que se relacionam com o rio a vida não será organizada integralmente de acordo com essas unidades medidoras.

Conversando com Geraldo e, dias depois, relendo a entrevista com Josemar na reportagem citada, lembrei que eu mesmo nunca vi piracema, só escutei histórias desde a minha infância. Meu pai me contava. Os pescadores que passavam todos os dias no bar do meu tio Zezé²⁴ em frente à casa onde morávamos, contavam sobre a piracema.

A casa onde morei até meus 8 anos de idade, antes de meus pais bravamente conseguirem comprar um terreno, era de propriedade dos meus avós maternos. Ao lado dela, meu tio Zezé, um dos irmãos mais velhos da minha mãe, mantém desde aquela época um bar onde vende bebidas, petiscos e outros gêneros alimentícios. Todos os dias em que funciona o bar de tio Zezé é um local de encontro de pessoas para tomar cerveja, especialmente homens que moram nas proximidades. Lembro que, na minha infância, todo final de tarde e noite as mesas do bar ficavam ocupadas por alguns pescadores que, após a tarde de pescaria, paravam para conversar ou beber algo. Foi lá que vi os filhos de dona Rosinha passarem com imensos surubins, contarem histórias de tarrafas enganchadas ou de fugas da polícia quando no período de reprodução, onde era proibida a pesca com equipamentos maiores. Retornei em 2023 e 2024 para o trabalho de campo, e reencontrei alguns dos pescadores no final da tarde no bar de tio

²⁴ A casa onde morei até meus 8 anos de idade, antes de meus pais bravamente conseguirem comprar um terreno, era de propriedade dos meus avós. Ao lado dela, meu tio Zezé, um dos irmãos mais velhos da minha mãe, mantém desde aquela época um bar onde vende bebidas, petiscos e outros gêneros alimentícios. Todos os dias em que funciona o bar de tio Zezé é um local de encontro de pessoas para tomar cerveja, especialmente homens que moram nas proximidades. Lembro que, na minha infância, todo final de tarde e noite as mesas do bar ficavam ocupadas por alguns pescadores que, após a tarde de pescaria, paravam para conversar ou beber algo. Foi lá que vi os filhos de dona Rosinha passarem com imensos surubins, contarem histórias de tarrafas enganchadas ou de fugas da polícia quando no período de reprodução, onde era proibida a pesca com equipamentos maiores. Retornei em 2023 e 2024 para o trabalho de campo, e reencontrei alguns dos pescadores no final da tarde no bar de tio Zezé, tomando cerveja e contando sobre peixes, pescarias e as mudanças nas águas. Foi lá que conversei com Jânio, um dos pescadores que terá suas observações narradas no segundo capítulo.

Zezé, tomando cerveja e contando sobre peixes, pescarias e as mudanças nas águas. Foi lá que conversei com Jânio, um dos pescadores que terá suas observações narradas no segundo capítulo.

Desde a minha infância, andando entre as mesas dos pescadores no bar de tio Zezé, eu escutava sobre os peixes pulando por sobre as corredeiras. Mas isso foi diminuindo, diminuindo. Lembro que ano após ano meu pai e os pescadores diziam que já não tinha mais tanto peixe pulando. Os *contratempos* não são apenas dos últimos anos. As águas, os peixes, os pescadores e outras populações ribeirinhas estão há muito tempo perturbadas.

1.4 Outras margens do rio

Duas semanas após retornar da minha ida a campo, no início de abril de 2023, viajei para o Estado de São Paulo para duas agendas, uma de lazer com Gustavo, meu companheiro, e outro de trabalho. Antes de viajar, descobri que um conterrâneo barranqueiro estava com uma exposição em cartaz na capital, São Paulo. Davi de Jesus do Nascimento²⁵ nasceu em 1997 em Pirapora, e nos encontramos pela primeira vez na sua infância e minha adolescência/juventude. Estudamos na mesma escola, o Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, em anos escolares muito distantes. Quando terminei o ensino médio, Davi ainda estava no meio do ensino fundamental.

A mãe de Davi, Eliane, era bibliotecária do colégio. Com ela aprendi amar literatura e ficar sempre atento às novidades que estavam pra chegar no mundo da ciência, através de revistas, livros sobre astronomia, anatomia, geografia e história. Eliane atravessou para a outra margem da vida anos depois, e Davi agora festeja sua memória com obras de artes visuais e escrituras lindas sobre sua mãe, minha amiga.

Em São Paulo, naqueles dias de minha visita, estava em cartaz a exposição “na boca da noite os muruins”. Saí de Brasília decidido e com agenda fechada para visitar. Há mais de quatro anos acompanho o trabalho incrível de Davi pelas redes sociais, mas ainda não tinha experimentado uma exposição com suas obras. No dia vinte e dois de abril, tarde de sábado, eu e Gustavo chegamos ao Instituto Çarê, na Vila Leopoldina em São Paulo, para visitar a exposição.

²⁵ Convido o leitor a conhecer o trabalho de Davi de Jesus do Nascimento. Algumas de suas obras estão expostas na sua página da rede social Instagram. Davi apresenta suas criações estéticas, artísticas e literárias em espaços públicos e privados, no Brasil e em outros países, sempre inspirado pelas experiências passadas e presentes com o rio São Francisco, seu pai pescador e construtor de barcos para pesca, seu irmão (Bicho Carranca) fotógrafo e outras relações com a vizinhança, amigos e amigas. Para acessar o perfil de Davi, acesse: <https://www.instagram.com/nasceumdavi/>.

Nos dias que estava em Buritizeiro, tentei marcar uma conversa com davi, mas ele estava em São Paulo para a abertura da exposição. Agora, eu estava em São Paulo e davi havia retornado para Pirapora. Desencontro? Não. A experiência na exposição foi um reencontro com davi, que não vejo desde muito tempo. Um reencontro com Eliane, sua mãe encantada, e com as águas, as carrancas, a tarrafa de pesca.

Figura 3 - Reencontro com davi e os muruins



Fonte: Foto do autor, 2023.

“sou barranqueiro curimatá, arrimo de muvuca e escritor fiado. gerado às margens do Rio São Francisco – curso d’água de minha vida – trabalho coletando afetos da ancestralidade ribeirinha e percebendo “quase-rios”, no árido. fui criado dentro do emboloso da cumbuca de carranqueiros, pescadores e lavadeiras. o peso de carregar o rio nas costas bebe da nascente dos primeiros sóis que chorei na vida.” (davi de jesus do nascimento. Encarte da exposição na boca da noite os muruins. Instituto Cultural Çarê, 2023).

Fiquei parado por quase vinte minutos diante do painel de apresentação da exposição. Impossível não lembrar dos muruins na boca da noite enquanto meu pai e eu pescávamos na beira do rio. Muruins, conhecidos em outras bandas como maruins, são pequenas moscas, encontradas quase sempre em ambientes aquáticos ou semiaquáticos. Na beira do rio, então, os muruins fazem festa. Quando chegava a boca da noite, a hora em que o dia se despede lentamente, os muruins não perdiam tempo e se jogavam nas nossas pernas, braços, na cabeça, perto dos olhos. Não tinha o que fazer. Naquele período em que meu pai e eu pescávamos, não conhecíamos repelente. Era ficar na beira do rio com os muruins ou voltar para casa logo depois da boca da noite.

Figura 4 - Canoa encharcada de tamarindos e a benção de Eliane pescando



Fonte: foto do autor, 2023.

Figura 5 - Anzol guardando a tarrafa



Fonte: Foto do autor, 2023.

Quando saí de frente do painel e entrei na sala onde estava boa parte das obras da exposição, senti o cheiro de tamarindo. Essa fruta azeda, que fez parte da minha infância na fazenda do meu avô, estava aos montes dentro do barco, no centro da sala. Olhando pro barco, a foto de Eliane navegando em outro barco pelo São Francisco. Do outro lado, na mesma sala tomada pelo cheiro de tamarindo, um anzol sustentava uma tarrafa do mesmo tamanho da tarrafa que meu pai me deu quando tinha treze anos.

Naquela tarde não tinha água corrente, mas o barco e a tarrafa guardavam o cheiro de água do rio, mesmo a centenas de quilômetros de onde o São Francisco oferece as águas para Buritizeiro e Pirapora e acolhe o barco de tantos pescadores. O anzol não tinha um grande surubim fígado, mas sustentava uma tarrafa provavelmente tecida pelos conhecimentos e técnicas de davi pai, que é pescador em Pirapora.

Estar na beira do rio com meu pai, com Geraldo e com o próprio rio criou, em mim, memórias e narrativas do tempo presente e da minha infância e adolescência. Estar com o rio no reencontro com davi e suas obras em São Paulo, criaram possibilidades de conhecer a força do São Francisco para quem pesca e planta nas vazantes, mas também para quem ciroua partir da fruição das águas

Tão logo chegaram as primeiras notícias do projeto de construção da UHE Formoso, no início de 2020, davi *derramou* suas palavras, pinturas e fotografias pelas redes sociais, e ofereceu sua sensibilidade para os movimentos em defesa do rio São Francisco. davi e sua arte ampliam os alertas dos pescadores, vazanteiros, das lavadeiras e dos carranqueiros e carranqueiras. davi mergulha o São Francisco em nós porque, na sua vida-obra, o rio não é um cenário, mas é um ser-rio, com quem ele compartilha não apenas a sobrevivência, mas a vida nas suas mais variadas experiências.

1.5 Em busca do rio: alianças para criações estéticas e etnográficas

Quando visitei a exposição “*na boca da noite os muruins*” eu buscava o tempo inteiro objetos, fotografias, desenhos e séries que me lançassem diretamente àquilo que eu imaginava ser o rio nos trabalhos de davi. Talvez a mesma ânsia de encontrar “os movimentos em defesa do rio São Francisco” contra a UHE Formoso, aquilo que primeiro me instigou para a pesquisa de mestrado. Eu queria encontrar na superfície das águas, das conversas, das entrevistas e dos encontros as respostas para os meus desejos, para testar e quem sabe confirmar respostas às perguntas formuladas na primeira versão do projeto de pesquisa: o que é o rio para os pescadores e vazanteiros? Como pano de fundo eu teria um contexto de conflito em torno da construção da UHE Formoso, e como atuantes nessa arena de lutas eu encontraria os ribeirinhos em confronto com a empresa Quebec Engenharia, com o IBAMA, com o Governo de Minas Gerais e, possivelmente, conflitos entre ribeirinhos/as contrários/as e favoráveis à instalação de mais uma barragem sobre o corpo do rio.

Algum tempo depois de retornar da última viagem a Buritizeiro e Pirapora, em fevereiro de 2024, relendo meu diário de campo e escutando a conversa gravada com davi, me dei conta

de como essa obstinação em saber quem é o rio, o que o rio “significa” para as pessoas ou como o rio está ou não presente na vida das pessoas ainda estava presente em algumas perguntas que fazia nos encontros. Apesar de nos últimos meses, no reencontro com meu pai e com outros pescadores, na conversa com Geraldo e nas caminhadas constantes que fiz na beira do rio, ter permitido que o rio fluísse não apenas como água, mas como composições entre diferentes formas de existir, eu ainda me via, vez ou outra, focado numa busca excessiva por explicações prontas, superficiais, diretas sobre a relação dos pescadores, vazanteiros e do artista com o rio.

Digo isso porque, um dia antes de encontrar com davi em Pirapora, eu elaborei algumas questões que poderiam orientar nossa conversa. São oito perguntas, e em sete delas estão questionamentos como: me conte quem é o rio pra você? Me conte o que as carrancas são? Quais são os gritos de alerta do rio São Francisco? Esta última, fazendo referência a uma das séries de davi, chamada “*gritos de alerta*”, que mais adiante do capítulo será apresentada. Na sétima pergunta, eu o indagaria sobre “como é que você vê os problemas do rio? Tivemos a notícia do projeto da UHE Formoso, mas existem outros problemas e outros gritos que o rio tem vivido?”

Ainda bem que nosso encontro em Pirapora foi mediado por café, abraço e lembranças. Sinto que essa aproximação desacelerada, esse reencontro sutil e acolhedor com davi depois de tantos anos, me fez pelo menos inicialmente, deslocar minha busca incessante pelo rio para um outro lugar, que foi o lugar da escuta, da atenção, de que algo não é apenas aquilo que está dado. Quando pensei nesta conversa com davi, quando elaborei as perguntas para nosso encontro e quando entrei na sua casa, meu desejo, confesso, era o de reunir trechos de suas falas, algumas imagens de suas obras e postagens que ele faz na página do Instagram para justificar que seu trabalho é político e é de resistência, ou melhor, que é um novo jeito de fazer resistência política.

Mas, davi se derramou mansamente para iniciar nossa conversa, antes mesmo que eu pedisse permissão para iniciar a gravação²⁶, e começou a me contar que “*queria ser artista, mas não imaginava que ser artista seria o que se tornaria anos depois*”. Essa seria minha única chance de conversar com ele antes de retornar para Brasília e, portanto, a única oportunidade para dialogar pessoalmente sobre o rio antes da escrita deste trabalho. Eu não poderia deixar escapar esse momento porque o que me interessava não era fazer uma antropologia da arte, mas uma antropologia ribeirinha que me ajudasse a etnografar as relações com as águas, com os peixes, com as vazantes, e no caso de davi com as carrancas, com outros seres, com os cheiros, com os objetos do acervo de sua família.

²⁶ A maior parte da conversa com davi foi gravada e transcrita por mim, posteriormente. Os primeiros trinta minutos de nosso encontro estão registrados no meu caderno de campo com as anotações do que ele me narrou.

Porém, mais uma vez, eu estava disciplinado para conexões imediatas, com receio de ver minhas perguntas ruírem (as grandes perguntas de toda a pesquisa e aquelas que elaborei para a conversa com davi). E foi justamente nesse derramamento de davi, nessa antecipação do meu interlocutor para falar sobre “ser artista” que, tempos depois, ao reler o diário de campo e transcrever a entrevista, reencontrei algumas das inspirações primeiras do projeto de pesquisa: as relações e composições diversas para existir com o rio em meio à tanta destruição. Aprender para conhecer essas relações, recordando a distinção que Marisol de la Cadena (2020) faz entre o compromisso metodológico e epistemológico de estar com para aprender com e não para dominar o regime de realidade dos nossos interlocutores.²⁷

Enquanto eu estava ansioso no início da conversa, acelerado em busca das respostas óbvias, aquelas que provavelmente não me deixariam de boca aberta (De la Cadena, 2020), o próprio davi foi quem me disse, lá pelas tantas de nosso encontro, que *às vezes as conexões nem são tão. Também conectam e nem sempre estão muito conectadas. Mas eu acho que é também tomar essa liberdade. Tipo assim, as pessoas, as coisas não precisam fazer também tantos sentidos na hora, sabe?* Nesse momento, eu tinha perguntado sobre como são escolhidos os nomes das obras, séries e exposições. Ao me responder sobre as conexões que se compõem em diferentes momentos, e não desde sempre, davi me ajudou a compreender que a busca pelo rio, pelas relações que se estabelecem com os mundos ribeirinhos e pelos movimentos de resistência política contra as ocupações coloniais no São Francisco não estão dadas, não são inertes, imóveis, porque tal como me narraram todos os interlocutores, o rio se move, se transforma, segue fluxos para diante, mas também para o fundo, para a superfície, transpondo as margens.

O que aprendi no encontro com meus interlocutores, e naquela tarde em fevereiro de 2024 com davi, é que o processo de criação artística, estética e política se desloca o tempo inteiro, nunca é a mesma coisa que foi ontem, ou que foi pela manhã. Imersos em contexto de constantes fluxos, como são aqueles provocados pelo São Francisco, meus interlocutores e eu criamos arte, política e etnografia que se movimentam, se transformam, que não estão conectadas a isso ou aquilo de maneira única, imóvel, inerte.

²⁷ Enquanto escrevia o meu diário de campo, relatando o encontro com davi, recordava de muitas conversas com Suzane Vieira, minha orientadora, que desde o planejamento do primeiro retorno a campo me instigou a hesitar diante dos encontros no campo. A minha obsessão pelas respostas imediatas e superficiais foi tensionada durante todos os encontros que tive, e de modo particular no encontro com davi. Espero ter aprendido ao longo desse tempo, a fazer aquilo que Isabelle Stengers (2023) chama de “desaceleração das ciências”. Não sou eu, como pesquisador, que estou no centro do encontro com os pescadores, vazanteiros e artista. Eu estou situado por eles, pensando e aprendendo conjuntamente. “Desacelerar”, no caso da minha pesquisa, foi “aceitar o experimento do encontro, em torno de uma situação que lhes concerne, com outros protagonistas, cujos saberes diferem e não respondem aos critérios das ciências” (Stengers, 2023, p. 17).

Enquanto eu estava disciplinado a buscar as causas para a criação artística ou aquilo que inspira o processo criativo de davi, não consegui colocar minha atenção para observar os efeitos do seu encontro com as memórias de sua família, com a instalação de uma barragem, com a morte de sua mãe, Eliane, com a morte dos bichos dentro e fora das águas do rio, com seus parentes pescadores, carranqueiros e lavadeiras. Em algum momento, minha obsessão pela busca de um rio nas narrativas do artista quase me deixou escapar um dos argumentos da minha pesquisa, que é a história colonial sobre os mundos ribeirinhos, que desde que vivi em Buritizeiro ou quando participava dos movimentos sociais na região, escuto dizer que atingem ou afetam não apenas as águas, mas os pescadores, vazanteiros, lavadeiras e os carranqueiros.

Quando na pesquisa antropológica o pesquisador pressupõe que conhece por demais campo e os interlocutores, pode ser que as respostas desejadas sejam com os enunciados que nos soam familiares, com palavras, expressões e respostas que façam sentido imediato. Nesse sentido, Cecília Mello (2010, p. 175) assinala que

Um dos problemas centrais ao se fazer pesquisa antropológica numa coletividade que fala a mesma língua do observador é a expectativa de que o sentido daquilo sobre o que os nativos falam é auto-evidente, isto é, imediatamente familiar, por supostamente coincidir com as nossas próprias categorias.

Eu estava mais uma vez buscando o rio como algo inerte, uma coisa dada, talvez uma entidade, um rio virtual e não real. Parece que isso bastaria, desde que me fossem relatadas as categorias conhecidas desde minha infância. E o que emergiu naquela tarde de conversa com davi, e depois no trabalho com os recolhidos em campo, é que não se tratava de mudar as minhas questões de pesquisa, mas de permitir que as conexões para se chegar a elas não fossem imediatas. Se o que me inspira a pesquisar as relações entre formas de existência nos mundos do São Francisco, em Buritizeiro e Pirapora, é uma suspeita de que o rio não é somente um fluxo d'água que passa entre as duas cidades, a conexão entre todas as formas de existir com e no rio não são dadas a priori. As águas, o cheiro, a quantidade de madeira que desce depois de cada enchente, as vazantes, as espécies de peixes encontradas, a piracema, os empreendimentos que ocupam o corpo do rio, as carrancas e outros seres: tudo isso se transforma e se transformou desde que eu fui embora de Buritizeiro. Continua se movimentando e continuará se transformando nos tempos que virão.

Repito que não se trata de um reencontro que transformou radicalmente minhas questões de pesquisa, mas aquietou minhas ansiedades etnográficas em dar respostas imediatas a todas as perguntas. Pensando nas inquietações e nas transformações provocadas a partir do diálogo

com davi, mais uma vez recorro às indagações de Cecília Campello do Amaral Mello (2010), que ao discorrer sobre outra perspectiva de análise sobre os territórios, convoca a pensar o meio ambiente não como algo que está dado previamente, muito menos como aquilo que é representado por diferentes sujeitos e grupos. Ao abandonar essas perspectivas, diz Cecília, permanecem as formas heterogêneas da relação com o manguezal, no caso da sua pesquisa em Caravelas, sul do estado da Bahia.

O rio São Francisco não está dado, ele não é um meio ambiente ou uma natureza representada por davi, por Geraldo Babau, por seo Clarindo, Jânio, por meu pai ou por mim. O rio está se movimentando constantemente, e as diferentes formas de compor com ele também se transformam. O que aprendi na conversa com davi, e acessando seu trabalho através das redes sociais, dos catálogos de exposições e alguns textos elaborados sobre sua criação, é que o rio está vai se compondo ética, estética e politicamente.

Diante das observações de davi e de outros interlocutores no campo e desacelerando minha busca inicial por um rio autocontido entre duas margens e na superfície das águas, me proponho a descrever algumas alianças para criações ecológicas nos três planos que Félix Guattari propõe articular estética e politicamente na ecosofia: no plano subjetivo, no plano social e no plano mental. Estes são os mundos ribeirinhos: composições entre as três ecologias, que encontrei de forma latente, teimosa e ousada no trabalho de davi. As lutas políticas atravessam as criações do artista, como veremos no terceiro capítulo.

Todavia, não se trata apenas de uma luta política com o vocabulário de classe que eu esperava encontrar e que estava acostumado em outros espaços de resistência contra hidrelétricas, minerações, desmatamentos. A luta política contra as ocupações coloniais e capitalistas é subjetiva: davi é *interiorano*, com corpo e história dissidentes, que desafia os modos violentos do habitar colonial para quem todo o esforço deve ser em beneficiar homens brancos héteros, cristãos, modernos, civilizados. É uma luta política porque davi trabalha para criar melhores condições salariais para seu pai. É uma luta política porque ele cria peças que, como veremos na última sessão, são mobilizadas para denunciar a construção da UHE Formoso.

Na minha busca inicial para “ajudar” a narrar e de alguma forma, com as histórias e criar algo que permitisse ajudar na luta dos pescadores e vazanteiros contra a UHE Formoso, estava obcecado por respostas aceleradas. Agora percebo que me propus a criar uma etnografia talvez diferente, que se compõe graças a outras/os, por causa de outras/os e em atenção constante àquilo que não está na superfície, seja das águas ou das conversas, entrevistas e encontros no campo.

Esta etnografia aconteceu porque me permiti forjar alianças durante o campo e durante a escrita, o que não homogeniza ou iguala as relações entre meus interlocutores e eu, nem tampouco me coloca numa situação do que Jeanne Favret-Saada (2005) chama de empatia.²⁸ Ao me engajar com meus interlocutores para compor esta etnografia, escolhi ser-afetado sem que isso fizesse desaparecer minha condição de barranqueiro-antropólogo-pesquisador e dos meus interlocutores pescadores-vazanteiros-artista. O que aprendi durante os encontros no campo e o momento da escrita textual foi fazer aquilo que Luiza Dias Flores (2020) chama de uma emergência da diferença em relação, isto é

Uma “aceitação” da pesquisadora e do pesquisador – aproximar-nos ao máximo, e com o maior respeito, das verdades desses ‘outros’ para fazer prolongar os efeitos que produzem em ‘nós’, enquanto antropólogas e antropólogos. Não se trata de adotar verdades, “enquanto” antropólogas e antropólogos, mas de estabelecer relações entre verdade (Flores, 2020, p. 259)

Nesse sentido, ao me aliar com Geraldo, seo Clarindo, davi, Jânio, meu pai e com memórias minhas e de outros, não o faço negando que estamos em diferentes tempos-lugares, mas justamente afirmando que nossos mundos não é apenas um, mas não são dois²⁹. O que nos conecta é esse espaço-tempo composto por ecologias subjetivas, sociais e ambientais, do passado e do presente, que podem ser aqui descritos como “lugares conectados, ecologicamente conectados”.³⁰ Esta criação etnográfica, portanto, é uma reunião de diferentes, sem que isso se

²⁸ Empatia pressupõe, de acordo com as reflexões de Favret-Saada (2005) um distanciamento: o etnógrafo não estaria no lugar do outro (do “nativo”) e por isso tenta imaginar e representar o que são as sensações, percepções e pensamentos do outro. Ao aceitar ocupar esse lugar de “afetada” no estudo da feitiçaria no Bocage, a antropóloga rompe com o ideário de “imaginar-se lá”. É um lugar inimaginável, diz ela. Esse lugar é constituído por afetos. E o que são afetos? São intensidades específicas. Não é possível representar essas intensidades, por isso é necessário experimentá-las. A segunda concepção de empatia seria traçada a partir da ideia de “comunhão afetiva”, de quem se funde com o outro para identificar-se com ela e com ele. Favret-Saada, no entanto, refuta essa ideia porque não se atinge esse “ponto de vista do nativo”, pra lembrar Malinowski. Ao ocupar esse lugar, ao deixar ser afetada o que se pode transformar são os próprios estoques de percepções, sentimentos, imagens da pesquisadora/pesquisador.

²⁹ Marisol de la Cadena e Jorge Legoas Peña (2014) tomam como inspiração a proposta de Strathern para falar sobre como as políticas indígenas afetam a política. Para os dois, o que conecta aqueles que estão em aliança é complexo porque não existem partes da vida desconectadas, o que não indica que exista unidade. Compartilham-se identidades, ferramentas, objetos, histórias, mas as fronteiras não se mesclam completamente. A autora e o autor utilizam esse argumento para descrever como as formações indígenas participam da vida moderna, que ora podem aparecer em defesa de um ou outro projeto favorável ao crescimento econômico, ora podem figurar como defensores dos modelos hegemônicos de política e economia, em outros espaços e momentos se aliam com ambientalistas, ora com pesquisadores, outras vezes com partidos políticos ou intelectuais.

³⁰ Essa expressão foi utilizada por Marisol de la Cadena (2021), no diálogo de abertura do Seres-Rio Festival, realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG Cultural). No diálogo com Ailton Krenak, a antropóloga peruana agradece a ele por recuperar a importância dos lugares, que é a importância do tempo. “Então colapsa passado e presente, mas também colapsa espaço e tempo. E, ao separar espaço e tempo, recupera a importância do lugar, de lugares, em companhias.” Convido a leitora e o leitor a escutar o diálogo de abertura do Seres-Rio Festival, disponível integralmente no Youtube. Para acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=JPWjZcOoe0>. Acesso em: 10 abr. 2024. No mesmo evento, davi participou com a obra *singra*, com fotos e vídeos de Caio Esgário e a marcenaria de seu pai, Davi Nascimento. A capa da

converta em algo que realmente não é: uma única forma de fazer luta, fazer resistência, criar arte, pescar, resistir politicamente. Penso com Ailton Krenak (2022) e com Marisol de la Cadena (2021) que as alianças que fazemos com o rio, seja para denunciar as ocupações por hidrelétricas ou pelos sedimentos de mineração da barragem de Brumadinho, seja para a criação etnográfica, todas elas mantêm nossas diferenças radicais, ao mesmo tempo que reúnem nossos afetos. Não é uma resistência política pela natureza, mas pela recomposição dos mundos ribeirinhos nos três planos: mental, social e ambiental, porque as transformações provocadas pelo habitar colonial e por atividades agrícolas e hidrelétricas deterioram não apenas o rio como corpo d'água, mas todas as existências humanas e outras que humanas no São Francisco.

publicação final, chamada “seres-rios: são francisco - jequitinhonha - doce” é uma de suas aquarelas. Fotografias do acervo de sua família compõem páginas do mesmo livro. Particpei de boa parte da programação do Festival, transmitida pelo canal do Youtube, e esse foi um outro momento em que me senti disposto a pesquisar e etnografar as relações entre os mundos ribeirinhos do São Francisco.



CONTRATEMPOS

2 SEGUNDO CAPÍTULO: CONTRATEMPOS

Amontoados de pau, raízes ou *madeira de enchente*, como diz davi de jesus do nascimento, não costumam aparecer nas margens do rio São Francisco em qualquer período do ano. Desde que meu pai me contou, na minha infância, que aquele tanto de toco de pau descendo era sinal de chuva *rio acima*, ou seja, de aumento no volume das águas, eu entendi que aquilo só era possível no período de chuva, no tempo das águas, que costumava acontecer entre os meses de outubro e março naquelas bandas do sertão.

A presença da madeira fragmentada descendo pelo corpo d'água era sinal da chegada das cheias. Mas, no dia em que fotografei a imagem que abre este capítulo, em 31 de janeiro de 2024, a madeira de enchente estava deitada sobre a margem. Naquela tarde, o pescador seo Joel me contou que o rio tinha subido, mas desceu cerca de um metro nas últimas duas horas, desde que ele e dona Pureza tinham chegado para pescar, como fazem diariamente há mais de 45 anos.

Seo Joel: Mas era pra ter subido muito em dezembro, em novembro, moço! Olha pra você vê, amanhã já é fevereiro, e só agora de uns dias pra cá essa água sujou. Quem é que já viu isso?

Eu: Então, seo Joel, eu tive aqui em outubro e novembro, e o rio tava com a água clarinha.

Seo Joel: É o que eu tô falando, sabe? Porque a gente sabia que a água sujava era no início das chuva, quando tinha muita chuva. Dava pra saber que o rio ia subir, sujar, que ia ter mandi numa época. Agora não, é... agora a gente não sabe!

Enquanto ele me contava não saber mais o tempo certo da “água suja e rio cheio”, dona Pureza sentada na cadeira jogava o molinete. Durante nossa conversa naquele final de tarde, antes que a chuva viesse, ela pescou alguns pequenos mandis, porém lamentou os poucos resultados da empreitada: “*agora a gente vem é pra fazer hora, pra passar tempo. Meu Deus, eu pegava muito mandi amarelo aqui quando a água tava suja, agora nada, ó pra você vê!*”.

Durante meu último reencontro com o campo, em abril de 2023, Geraldo Babau me contou sobre as mudanças e as *novidades*, mas falou com muita preocupação sobre os *contratempos* no rio e com o rio. Naquele momento, eu retornei para Brasília inquieto com as observações de Babau sobre os problemas do rio, imaginando que os *contratempos* seriam uma forma de ele narrar o problema da seca, da formação dos bancos de areia, da diminuição de espécies de peixes ou do aparecimento de outras exóticas, da irrigação ou da presença do agronegócio. Porém, quando voltei às anotações do diário, à entrevista gravada e às memórias, entendi que o pescador observou como *contratempo* o desajuste profundo entre aquilo que Michel Serres (1990) reconheceu como o “tempo que passa e corre” e o “tempo que faz”. Não

se trata somente de um problema para o qual podem existir ajustes ou arranjos para superação. Serres assinala que, de acordo com outras gerações, nossos antepassados, o tempo climático não dependia das intervenções, das vontades e das práticas humanas. Agora, as variações desse tempo climático são incertas, imprevisíveis e confusas, isso porque, “os ritmos e os tempos de resposta variam de modo colossal” (Serres, 1990, p. 49).³¹

Os *contratempos* narrados por Geraldo – que depois emergiram em distintas palavras, gestos e artes de meus interlocutores – é um descompasso entre o tempo que passa e o tempo que faz, porque, como me contou Babau:

Geraldo Babau: *Quando chega a passagem de água aqui, a gente fala: “nosso rio tá ficando seco”. Mas ele já teve mais seco que isso, mas dentro do natural, né? Tinha o período de chuva, tinha o período de seca, o período de tudo quanto é transição do tempo, né? Hoje não.*

[...]

Lugar que não tá chovendo tá tendo grandes enchentes. Outros lugares que chovia pouco, hoje tá chovendo bastante. Rios inundando porque, às vezes, o pessoal quer fazer uma coisa, nem é pra natureza, é pelo jeito dele. E nem tudo o ser humano tem base no que ele faz.

Neste capítulo, elaboro algumas observações sobre os alertas relacionados às transformações do tempo, experimentada pelos ribeirinhos e ribeirinhas entre e com os mundos existentes no rio São Francisco: com as enchentes, a temperatura e o oxigênio das águas, os peixes, as plantas, as pedras, a cachoeira, a piracema. Ao emitir alertas sobre os *contratempos*, observo que um dos meus interlocutores considera as ocupações violentas, que desde a colonização habitam o São Francisco³², como causa dessas transformações. Aqui, chamo essa forma de ocupação de “habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos”,³³ atualizado

³¹ No mesmo texto, Michel Serres destaca que é para o tempo climático que estão voltadas as atenções, porque ele foi profundamente transformado pelas atividades industriais, por toneladas de dióxido de carbono despejadas na atmosfera e pela crescente capacidade técnica atrelada a todas essas práticas. Diante da incerteza do que pode acontecer no tempo climático, as atenções científicas e políticas, pelo menos algumas, se perguntam “que perigo é que corremos” (Serres, 1990, p. 50) e o que fazer diante dele, e talvez, mais importante, quem decidirá o que fazer diante das variações climáticas. Para os meus interlocutores, especialmente os pescadores, as previsões meteorológicas de cheia ou seca do São Francisco são importantes, mas não são suficientes porque, como veremos adiante, não é possível prever minimamente, como em anos anteriores, qual será o movimento e a temperatura das águas, a migração dos peixes, o cultivo das plantas nas vazantes etc.

³² Geraldo Babau utilizou o termo *contratempos* para se referir às transformações no tempo do calendário, no tempo climático e o descompasso entre os dois. Outros interlocutores, como Jânio e seo Clarindo, apesar de não utilizarem a mesma palavra, emitiram alertas constantes sobre as mudanças e transformações das águas, da piracema, das enchentes e do período de chuva, seca e vazantes.

³³ Malcon Ferdinand (2022) descreve alguns dos atos de fundação das companhias francesas no Caribe, como a Companhia de São Cristóvão, e a intenção europeia de fazer-habitar aquele território. Para ele, a colonização implementou um modo único e extremamente violento sobre a terra, descrito em suas reflexões como “o habitar colonial”. Tomo emprestado o termo de Malcon Ferdinand porque, tal qual aconteceu (e segue acontecendo, talvez) no Caribe, sobre os mundos ribeirinhos o habitar não é uma coisa evidente, como se todos os que vivem nas margens ou próximos ao rio habitassem. No caso caribenho, Ferdinand descreve com vocabulários como as terras e as casas dos colonizadores sustentaram as fronteiras entre os que habitam e os que não habitam: “as

constantemente pelo poder exercido sobre todas as formas de existir. Nesse contexto, os *contratempos* não são uma ameaça ou o fruto de uma crise ecológica futura. Como veremos, eles são acontecimentos em curso, resultados da instalação da Usina Hidrelétrica de Três Marias; da mineração da empresa Vale em uma região distante do leito de águas do São Francisco; das fazendas que utilizam a água para irrigar grandes áreas de monocultura; e da mais recente promessa de resolução da crise climática, que é a instalação de usinas fotovoltaicas na região do Médio São Francisco, onde estão Buritizeiro e Pirapora.

O tempo do calendário e o tempo climático³⁴, para os ribeirinhos com quem compartilhei esta pesquisa, eram compassados porque tanto a seca ou quanto as enchentes estavam *dentro do natural*, ou seja, aconteciam ao longo de períodos conhecidos e esperados. Era o tempo que faz – a chuva, a seca, a subida das águas para as lagoas, a formação das vazantes, a piracema – que fazia a transição para o tempo que corre, para os meses, dias e anos, ou como etnografou Suzane de Alencar Vieira (2023) na sua longa pesquisa com os quilombolas no Alto Sertão da Bahia, o tempo meteorológico e o tempo do calendário em articulação inextrincável.

Se agora o rio não tem mais as águas barrentas e o aumento do volume esperado a partir dos meses de outubro e novembro, existe um descompasso entre o calendário e a precipitação das chuvas que transforma profundamente a experiência do rio e com o rio, marcando, por exemplo, aquilo que Vieira chama de “um colapso profundo no fluxo da criação”, porque “não somente os animais e as plantas experimentam o enfraquecimento de sua potência criativa,

parcelas de florestas desbravadas [*défrichées*] para plantar tabaco ou cana-de-açúcar foram designadas como terras habitadas [*habituées*]. As casas dos colonizadores escravagistas nas imediações das plantações foram chamadas – e o são ainda hoje – habitações ou bitations, em crioulo. O ocupante homem de uma dessas habitações é, então, chamado de habitante” (Ferdinand, 2022, p. 48). Estou mobilizado pelas provocações do autor, porque o que escutei e o que observei no tempo em que vivi mais próximo às lutas políticas com o São Francisco é que as hidrelétricas, o agronegócio, a transposição do rio e as fazendas irrigadas lidam com a terra e com os pescadores e vazanteiros como se eles fossem imóveis ou como se a beira do rio fosse apenas um lugar onde moram, pescam e cultivam. Habitar é diferente de um *habitat*, escreve Ferdinand. Para descrever algumas das formas do habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, não basta dizer que esse ou aquele povo vive na beira do rio, mas é preciso reconhecer “o interesse por esses outros e seus devires, por essas outras terras, por esses outros humanos e por esses outros não humanos” (Ibid). Habitar com o rio não é apenas morar ou pescar nas suas margens; habitar com o rio começa na relação com outros, humanos e não humanos. Não existe rio São Francisco sem os pescadores, sem os peixes, as águas, as carrancas e outras formas de existência. É essa condição de presença de outros que o habitar colonial sempre negou.

³⁴ A etnografia da minha conterrânea Izadora Pereira Acypreste (2021) sobre as plantas, o gado e o tempo na beira do rio São Francisco, na região de Januária-MG, apresenta as narrativas quilombolas sobre as variações do tempo, nas paisagens e nas vidas. Mesmo sem questionar os interlocutores sobre as mudanças climáticas, os quilombolas sempre apresentavam comentários sobre a falta ou diminuição das chuvas, a perda de roças e sementes, sobre o milho que não concluiu o ciclo de produção, a falta de água para beber e sobre as lagoas que secaram. O último capítulo da tese de doutorado de Izadora me ajudou a refletir sobre o tempo climático e suas variações, a partir dos alertas dos quilombolas sobre a “diferenciação” temporal e as incertezas acerca da colheita nas vazantes, da pesca e do tempo das chuvas.

como também a capacidade criativa ou produtiva das pessoas sofre bloqueios” (Vieira, 2023, p. 350), como me contou dona Pureza sobre o desaparecimento dos mandis amarelos.

Contratempo não é, a partir das narrativas que mantive com meus interlocutores, algo para o qual possam ser realizados ajustes rápidos, para o qual alternativas são criadas sem prejuízos. Se em outras descrições o contratempo é um acontecimento passível de remediações, remarcando datas no calendário, indo ao mercado comprar um produto substituto ou escolhendo uma estrada diferente para fugir de um obstáculo, nas existências do e com o rio, os *contratempos* transformam profundamente as experiências ribeirinhas com o tempo que passa e com o tempo que faz.

Durante nossa conversa, que aconteceu durante o período da Quaresma para os cristãos, Geraldo me contou que em outras épocas, ao se aproximar da Semana Santa, as pessoas tinham peixes guardados em casa, porque ao longo dos quarenta dias de preparação para a Páscoa, os pescadores conseguiam pescar variadas espécies, de diferentes tamanhos e em quantidades que satisfaziam as necessidades de suas famílias e de outras pessoas. Hoje não, porque segundo ele, não é mais possível “*seguir por data, por mês*”. Nem na pesca, nem na plantação das vazantes, pois, “*hoje você planta, quando você pensa em colher, daqui a pouco vem enchente e põe tudo no fundo d’água*”.

2.1 Tempo – *contratempo* da enchente

O antigo ela seguia por data, agora não! (Geraldo Babau)

Apesar das mudanças profundas na relação dos ribeirinhos com os dois tempos, existe pelo menos um período no tempo do calendário que marca a experiência dos pescadores com os quais conversei, que são os meses em que a *lei dos homens*³⁵ reconhece como o período de reprodução dos peixes na bacia do rio São Francisco.

³⁵ Em outros momentos de conversa com meus interlocutores, observei que eles utilizam as expressões *lei dos homens* e *lei de Deus* ou *lei da natureza* para se referir aos regramentos relacionados à piracema, ao barramento das águas, à proibição da pesca de espécies e mesmo sobre a temperatura das águas. No caso da piracema, a *lei dos homens* corresponde a todo o ordenamento jurídico elaborado por órgãos estatais, como o IBAMA, que define a data de início e de término do período em que se pode pescar. Na *lei dos homens*, entre o final de outubro e o final de fevereiro, os peixes sobem rio acima em busca das lagoas marginais e nelas se reproduzem. Nas cheias, o volume de água das lagoas levam os peixes e os filhotes de volta ao corpo d’água do São Francisco. Na *lei de Deus* ou na *lei da natureza*, a reprodução dos peixes não corresponde, de forma fixa, a um período do tempo do calendário, porque depende de outras questões, como a temperatura da água e o acesso às lagoas marginais. Com a diminuição das lagoas para a reprodução, a contaminação por agrotóxicos e o controle da vazão das águas por Três Marias, a reprodução dos peixes no São Francisco depende mais da *lei de Deus* e da *lei da natureza* do que da *lei dos homens*.

Cheguei na casa de seo Clarindo na manhã de um sábado, o penúltimo dia da minha viagem a campo em fevereiro de 2024. Antes de viajar para Buritizeiro, conversei por telefone com ele, falei sobre o meu projeto de pesquisa e disse que gostaria de encontrá-lo para ouvir mais sobre sua história de pescador, vazanteiro e militante nos movimentos da pesca artesanal e em defesa do rio São Francisco. Perguntei, ainda ao telefone, se seria possível visitá-lo na roça, na beira do rio onde me contaram que ele vivia, pescava e cultivava. Seo Clarindo, gentilmente, falou-me que *“naqueles dias, ele estava na cidade porque a pesca tava suspensa, e eu tô indo na roça só pra olhar as coisas rapindinho. Mas, se não fosse isso, companheiro, seria uma alegria”*.

Seo Clarindo mora em Canabrava – comunidade pesqueira e vazanteira compartilhada por quarenta e cinco famílias na margem esquerda do São Francisco, em Buritizeiro, e por trinta famílias na Ilha de Manoel Ribeiro, no mesmo município. Há registros de ocupação da comunidade desde a primeira metade do século XX, mas, a partir dos anos 1970, a expansão de políticas de irrigação, criação de gado e de plantio de soja e eucalipto, subsidiadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), alterou as relações dos/das pescadores/as e vazanteiros/as de Canabrava com o ciclo das águas, o plantio, a criação de animais, com a pesca e com outras existências que algumas pessoas da comunidade chamam de “sagradas” ou “encantadas”³⁶. Desde o avanço violento das operações do Estado para tornar viável a implementação das chamadas “políticas de desenvolvimento” do polígono das secas, as pessoas que viviam nessa porção de terra e em profunda relação com a dinâmica das águas do São Francisco foram forçadas a deixarem o lugar.

Em 2005, com o acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, as famílias retomaram a luta pela posse tradicional por meio da regularização fundiária operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O órgão arquivou o processo de regularização dez anos depois; em resposta a essa decisão, os/as pescadores/as e vazanteiros/as ocuparam a sede da fazenda Bananal/Canabrava no ano de 2015. No dia 18 de julho de 2017, mesmo após expedida a decisão judicial que impedia a reintegração de posse deferida em benefício do fazendeiro, jagunços particulares invadiram a área ocupada pela comunidade e derrubaram 45 casas, além de deflagrar tiros e impedir o trânsito dos pescadores e vazanteiros pela estrada. Diante da ofensiva, as famílias se

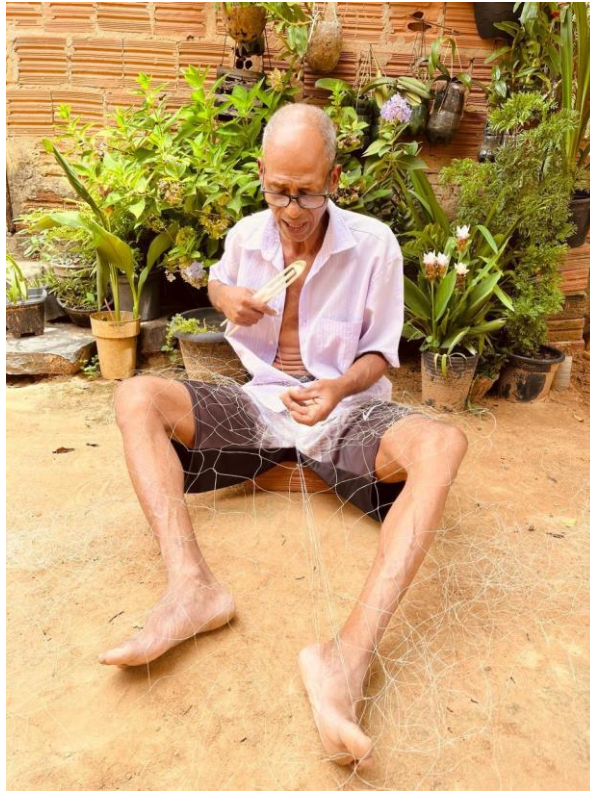
³⁶ No fascículo sobre a Comunidade Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, publicado na *Nova Cartografia Social do Nordeste* (2022), o pescador Antônio Pedro dos Santos recorda que, antigamente, eram oferecidos fumo e cachaça para os caboclos d’água. Em troca, os pescadores pediam que fossem ofertados peixes. Porém, o pescador lamenta que, nos últimos tempos, os encantados não atendem mais aos pedidos “você bate (a rede), e não pega quase nada”, diz Antônio.

refugiaram na Ilha da Esperança, uma porção de terra formada no meio do rio depois de uma das enchentes do São Francisco, conforme seo Clarindo me contou ³⁷. A Ilha da Esperança foi um refúgio, porque, como lembra o pescador, *é uma Ilha que mesmo sendo um impacto da natureza, mas ela, Ele criou ela pra nos acolher, porque ali foi aonde nós enfrentamos um conflito muito grande, família sendo alvejada de tiro, fazendeiro... isso de 2017 pra 2018.*

Se não foi possível conversar com seo Clarindo na beira do rio, na comunidade pesqueira-vazanteira de Canabrava, tivemos um encontro na sua casa, que está localizada no centro de Buritizeiro, distante 4 quadras da margem esquerda do São Francisco. Bati no portão, ele me atendeu na companhia de seus dois cachorros, Betowen e Spiker, e me convidou para entrar. Caminhei até o fundo do quintal em que, estirada por cerca de 4 metros, estava uma rede de pesca. Logo perguntei o que ele fazia ali com a rede, e enquanto pegava uma cadeira, me respondeu: *“eu tô remendando essa rede, companheiro, porque daqui uns dias a pesca volta. É dia 01 de março que ela volta. Então, eu tô aproveitando pra isso”*. Seo Clarindo me ofereceu a cadeira, sentou-se no chão, pegou a agulha e voltou a remendar sua rede, sem parar de conversar. Logo que nos sentamos, uma pessoa bateu ao portão, e Meire – sua esposa que acabara de chegar – disse que seu primo estava à procura de peixe. Ele foi até a porta da casa, conversou rapidamente com o homem e retornou me dizendo que, durante os quatro meses do período de reprodução, ele segue à risca todas as regras e, por isso, não tinha peixe à venda entre os meses de novembro e fevereiro.

³⁷ Numa nota pública lançada no dia 24/08/2017, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), organismo vinculado à Igreja Católica que acompanha a luta de comunidades pesqueiras em todo o Brasil, denunciou a ação truculenta e ilegal dos fazendeiros herdeiros do espólio de Breno Gonzaga Júnior. Além disso, o documento destaca o posicionamento do representante do Ministério Público Federal e da visita *in loco* do representante da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que não deixaram dúvidas de que a porção ocupada pelas famílias é de propriedade da União por estar localizada às margens de um rio. As terras que margeiam os rios são de propriedade da União, segundo definição dada pela Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946; além disso, há um decreto expedido em 2007 e uma portaria de 2010 que asseguram aos vazanteiros viver na área de vazante dos rios. Desde 2017 o conflito se estende, e as famílias pescadoras e vazanteiras estão empenhadas para acessar o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Esse procedimento legal foi instituído pela SPU por meio da Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010, como forma de garantir o acesso, a permanência e a proteção de comunidades tradicionais nos seus territórios. A Comunidade Pesqueira e Vazanteira de Canabrava já teve esse pedido indeferido em 2019, quando o *lobby* do fazendeiro Adriano Pinto Coelho conseguiu chegar a instâncias nacionais e barrar as negociações da SPU com a comunidade. Seo Clarindo me contou que agora *“o processo tá bem adiantado”*, que estão esperando a demarcação pelo INCRA.

Figura 6 - Seo Clarindo remendando a rede de pesca.



Fonte: Foto do autor, 2024.

Uma rede em reconstrução. Entre seo Clarindo e eu não tinha a água do rio, como imaginei que seria quando fiz o contato com ele por telefone, mas havia a rede que compõe os mundos do rio com os modos de ser, fazer e sentir dos ribeirinhos com o São Francisco. Entre os meses de novembro e fevereiro, quando a pesca é suspensa para resguardar a reprodução de peixes, o rio é também o quintal de seo Clarindo na cidade, é sua rede sendo remendada e são suas constantes viagens para negociações com o IBAMA, o ICMBio ou com o Ministério do Meio Ambiente para lutar e defender o acesso ao seguro-defeso, benefício assegurado aos pescadores artesanais que não podem exercer a pesca no período de reprodução.

Ao longo de nossa conversa, seo Clarindo narrou várias vezes sobre as mudanças do *tempo da pesca*, nas vazantes, na piracema, na lua. Mas, antes disso, ele me contou que foi criado no *lameiro do rio*, para afirmar que vive à beira do São Francisco desde nascido, e que os movimentos de chegar, sair e retornar para as margens do rio sempre foram *naturais*, de acordo, principalmente, com o tempo que faz: das águas, da pesca, das vazantes. Com a agulha com que remendava sua rede de pesca, seo Clarindo desenhou no chão os movimentos de *subida e descida das água* e explicou como faziam parte de sua vida ribeirinha, de sua família e do próprio rio.

Seo Clarindo: Até o próprio rio mudava você, sem você nem perceber, porque às vezes ele tira. Tinha uma vazante grande aqui, ó [começa a desenhar no chão com a agulha que está remendando a rede, às vezes, ele tirava essa vazante daqui, jogava na própria curva de cá, aí você era obrigado a sair dessa vazante aqui e passava pra cá. Às vezes, mantinha um ranchinho com a terra alta aqui, mas cê tinha tanta terra disponível que você não esquentava a cabeça com isso, num tinha esse negócio. Era natural, a gente vivia assim, sabe?

Natural era aquilo esperado porque, de acordo com ele e com Geraldo, existia data certa para a enchente e para a seca. O tempo que faz estava ajustado ou compassado ao tempo que passa e corre. Entre meados de outubro e de março, os pescadores e vazanteiros sabiam que a água aumentaria o volume, e com isso seria necessário sair para o ranchinho na terra alta, onde a enchente não alagaria, sendo possível criar pequenos animais e plantar hortas e roças. Após o período de enchentes, os ribeirinhos voltavam a ocupar as terras mais próximas ao rio, lavadas pela água e, segundo eles, boas para plantar melancia, quiabo e outras plantas.

A mudança natural se difere de uma mudança forçada, porque natural é *o rio que te muda sem você nem perceber*. Nas observações do pescador Clarindo, fica evidente que ele, sua família e outros pescadores-vazanteiros conhecem e não problematizam as mudanças periódicas, porque essa não é uma transformação brusca e violenta, mas um movimento compassado entre os dois tempos e entre as formas de existir nos mundos ribeirinhos: água, terra, enchentes, seca, peixes, pescadores, vazanteiros. A mudança de uma vazante de um lado para o outro, de acordo com a observação de seo Clarindo, guia o fluxo dos ribeirinhos que, com o rio, seguem vivendo.

Todavia, desde a primeira metade do século passado, o corpo do rio São Francisco foi violentamente invadido “por processos de segmentação e interrupções de suas águas que correm” (Silva, 2022, p. 196) para a construção de Usinas Hidrelétricas. A primeira, a Usina Hidrelétrica de Angicos, foi inaugurada em 1913 pelo Presidente Delmiro Golveia, na cachoeira de Paulo Afonso, no estado da Bahia. A segunda grande hidrelétrica construída, que violentou o corpo do rio e provocou mudanças bruscas do tempo, foi a UHE Três Marias, em Minas Gerais, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 01 de janeiro de 1961, no bojo de seu projeto desenvolvimentista para o Brasil operacionalizado por meio do Plano de Metas. A Usina de Três Marias só começou sua operação em junho de 1962, com a promessa de levar energia e desenvolver a região do Vale do São Francisco.

Três Marias é a cidade da região central de Minas Gerais onde estão localizados o muro da barragem, as turbinas e o vertedouro dessa UHE, e é também o nome que meus interlocutores utilizam para se referir a usina. Em algumas situações, eles utilizam a expressão *barragem de*

Três Marias, mas, na maior parte dos diálogos, é apenas Três Marias, motivo pelo qual também utilizarei as mesmas expressões, daqui em diante, para me referir à UHE Três Marias.

O pai de seo Clarindo sempre viveu na beira do rio, *cuidando de vazante, de pesca, de roça*. No período de construção da barragem de Três Marias, ele deixou suas terras próximas à beira do rio para trabalhar na obra, com a promessa de que, além do salário, após a estabilização das águas, as terras abandonadas seriam ocupadas novamente. Porém, após a estabilização do lago, ou seja, após a ocupação de toda a área da represa pelas águas, “*não tinha mais condições de posseiro nenhum, de vazanteiro nenhum se instalar ali*”, narrou seo Clarindo com emoção. Além de ser expulso da terra, seu pai foi acometido por uma doença por andar descalço, com os pés em constante contato com cimento e outros produtos químicos utilizados na construção da barragem.

A construção e operação de Três Marias, portanto, transformou profundamente a relação dos ribeirinhos com a beira do rio – pedaço de terra onde pescadores e vazanteiros vivem, pescam, criam seus animais – e com a experiência do tempo, porque a partir do barramento das águas, quem vive a jusante do barramento depende do controle da vazão coordenado pela CEMIG, a empresa estatal responsável pela barragem. Se antes era o rio quem tirava os ribeirinhos de um lugar e passava para outro, agora as águas, os peixes, os pescadores, vazanteiros e os mundos do rio estão confusos, pois o tempo que passa e corre está descompassado do tempo que faz, ou seja, do tempo da chuva, da seca e da lua.

No discurso proferido durante a inauguração de Três Marias, o Presidente Juscelino utilizou alguns dos conhecidos jargões para justificar os projetos de hidrelétricas, mineradoras, expansão do agronegócio e de outras formas daquilo que Touam Bona (2020), recordando o trabalho de George Bataille, chama de “estupro do que é virgem”; isto é, de algo que pode ser explorado em prol dos projetos mais diversos de ocupação econômica. Imaginado como um grande jardim a ser explorado, o rio São Francisco “remete à imagem bíblica do jardim do Éden, à ideia de uma natureza inocente, pura, autêntica” (Touam Bona, 2020, p. 75). Era preciso colocar em “marcha esta nação”, disse Juscelino na ocasião, e para isso, segue o mandatário: “as perturbações, os desequilíbrios que hoje conhecemos serão compensados devidamente pelo desenvolvimento de nossa pátria, tarefa que desafia todos os dias o nosso esforço, que nos convida a um outro estilo de vida”³⁸.

³⁸ Conferir: KUBITSCHEK, Juscelino. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek inaugurando as obras da Barragem de Três Marias, MG. **Arquivo Nacional Brasil**. Disponível em: <https://www.mixcloud.com/ArquivoNacionalBrasil/discurso-do-presidente-juscelino-kubitschek-inaugurando-as-obras-da-barragem-de-tr%C3%AAs-marias-mg/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Para colocar a nação em marcha, um corpo d'água é barrado com um lago de mais de dois mil quilômetros de extensão; milhares de plantas, bichos e outras formas de existir são afundados numa represa que, no período de estabilização das águas, tinha cerca de 75 metros de profundidade. A energia elétrica chegou, mas uma perturbação e um desequilíbrio não foram nunca compensados: o desequilíbrio do tempo nos mundos do rio, que tem parte de suas águas controlada desde a construção dessa barragem. Desde 1962, quem vive abaixo de Três Marias não consegue mais saber em qual período do ano – dias, meses ou épocas de festa e reza, como a Semana Santa – o rio estará com muita ou pouca água ou se haverá pesca de surubim, mandi ou dourado para a compor a mesa dos ribeirinhos na Sexta-Feira da Paixão, data em que os católicos e católicas costumam comer somente o peixe como proteína.

O controle da vazão de água que é liberada por Três Marias está diretamente relacionado ao volume do seu reservatório, que depende das chuvas no próprio São Francisco e da quantidade de água que os afluentes despejam no rio, antes da área do barramento. Para manter a produção de energia elétrica dentro dos padrões que permitam colocar “em marcha esta nação”, o lago precisa manter um volume médio durante todo o ano, seja no tempo das águas ou no tempo da seca. Se chove muito, Três Marias precisa recuperar seu volume, “*eles vão segurar água*”, me contou um pescador. Ao mesmo tempo, se tem “*um evento grande que eles querem promover barqueata e passeio de caiaque, passeio a bordo, eles vão soltando água*”, disse seo Clarindo, no período em que o rio deveria estar mais baixo.

Seo Clarindo: Porque não era a hora de soltar a água, porque o peixe tava no período de reprodução, já. Isso foi antes da piracema. Aí sumiu o peixe. Quando eles fecharam a água lá um pouquinho, que já foi no dia 27 pra 28 de outubro, o peixe estourou, saiu. Como nós tava mais a Irmã fazendo um trabalho, um encontro do Movimento lá em Januária, aí nós perdemos. Porque é um momento que você enche as latas, sabe? Que a gente aproveita, que é o momento que o peixe sai, aí você enche as latas, pra você se preparar para a piracema, porque você vai ficar quatro meses sem pescar. E aí eu mais ela tava fora d'água, foi 28... não, foi do dia 28 pra 29, 30 e 31. Peixe... é, ano passado agora de outubro. Aí, quando chegou dia 01 de novembro pra cá, a pesca já tava fechada, a gente foi só cuidando de tirar o material, e eu não gosto.

“*Quando o ser humano quer saber demais*”, como me disse Babau, ele confunde até as coisas. Nessa, os peixes ficam confusos por não saberem mais quando é o período de reprodução; o lameiro do rio não tem mais um período no tempo do calendário para se encharcar das águas que sobem; os vazanteiros não sabem mais quando plantar e quando colher. E seo Clarindo, que tinha organizado a pesca a partir do calendário, considerando que após o dia 31 de outubro não seria mais permitido pescar, foi surpreendido pela soltura das águas sem aviso

prévio. Ele e Rosemeire estavam *fora d'água* e não conseguiram pescar e guardar alguns peixes para o longo período que começaria em 01 de novembro.

2.2 Tempo da reprodução e tempo da piracema

Quando eu era criança, sempre escutava do meu pai e de outros pescadores que paravam no bar do meu tio Zezé que a piracema estava bonita, que havia muitos peixes pulando a cachoeira ou que a Polícia Florestal estava prendendo a tarrafa de muita gente na beira do rio. Apesar de ter vivido em Buritizeiro até os meus dezoito anos, nunca “vi a piracema” ou, pelo menos, nunca vi os peixes pulando a cachoeira em grandes quantidades. Cresci, porém, escutando sobre o desaparecimento paulatino desse evento, sobre o desaparecimento dos peixes em decorrência da diminuição das águas do rio.

Desde que passei a acompanhar os movimentos de pescadores/as, vazanteiros/as e contra a transposição do rio São Francisco, na minha adolescência, a piracema emergiu como uma coisa a mais do que apenas a subida dos peixes pelas cachoeiras de Buritizeiro e Pirapora. Seria, segundo as conversas e discussões dos movimentos sociais, órgãos ambientais e dos governos, o período de reprodução das espécies de peixe no rio, período de suspensão das atividades pesqueiras, com a proibição, por exemplo, de utilização de tarrafas, redes e outras técnicas que possibilitam a captura dos peixes em grandes quantidades.

Nas conversas com Babau, seo Clarindo e Jânio, os três me contaram sobre a piracema. Com eles, aprendi que a piracema é uma composição ribeirinha entre os tempos dos peixes, das lagoas, da temperatura das águas, dos pescadores. E, lamentavelmente, me contaram, nos últimos anos a piracema tem desaparecido por causa dos descompassos dos mundos ribeirinhos. No tempo do calendário, a piracema é nomeada por órgãos estatais e descrita em documentos legislativos como o “período de reprodução ou período de defeso”. É marcada no calendário, com data para iniciar e para acabar – delimitada cronologicamente pela *lei do homem*, como me disse seo Clarindo. No entanto, a piracema é, sobretudo, uma *lei da natureza* ou uma composição entre várias formas de existir no e com o rio São Francisco, que estão marcadas pela ocupação violenta, pela poluição das águas por veneno, pelo cercamento das lagoas marginais ou pelo controle da vazão de águas por Três Marias.

De acordo com as resoluções 195 e 106, emitidas pelo IBAMA em 2008, o órgão estatal que normatiza o serviço de pesca durante período de reprodução de peixes dentro de um calendário fixado de datas,

A piracema é o período em que ocorre a migração reprodutiva de diversas espécies e permite que essas completem seu ciclo de vida naturalmente. Dessa maneira, a proibição da pesca, definida a partir das características reprodutivas das espécies que compõem os rios das bacias hidrográficas, visa garantir a proteção das espécies de peixes nesse período tão relevante (Marques, 2023).

A partir das observações de seo Clarindo, Geraldo e Jânio, dispus-me a compreender a piracema para além do tempo do calendário, que marca o início e o fim do evento entre 01 de novembro e 28 de fevereiro, respectivamente.

Seo Clarindo: Porque muitos fala assim: ah, o que que é piracema? A piracema é quando há uma reprodução pesqueira, e aquele peixe sobe buscando outros territórios, buscando lugar pra reproduzir. Busca é...o aumento daquela espécie nativa, né? Agora, a reprodução é que traz a piracema. Então, como a reprodução tá sendo tão pouca, que num tá tendo mais piracema. Você não vê mais o peixe, o peixe saltar em cachoeira, aquele montão. Você vê aquele tanto de peixe, o balé do peixe. Você vê assim na beira do rio, a gente via aquele... é... os grande subia, os pequeno descia [seo Clarindo faz os gestos com a mão e com a agulha de tecer rede para me mostrar o movimento dos peixes na piracema]. Depois os pequeno subia, os grande descia. Era aquele monte, você pegava até de mão.

O mesmo movimento dos peixes subindo o rio, próximo a cachoeira, foi narrado num longo trecho da conversa que tive com Jânio, enquanto ele tomava uma cerveja no bar do meu tio Zezé.

Jânio: Moço, cê vê aquelas nuvem, água limpinha assim, ó! Você olhava assim aquela luz, cê pensava que era pedra, agora que você vê começava a mexer. Só cumatá, só peixe. Aí deslocava...aí daqui a pouco vinha outra Navona. Tipo, quase assim na flor d'água. É bonito demais, moço! Parecendo um lençol, assim... aquele [faz um som com a boca] aquela tipo... e um bocado ali esperando o tempo pra elas pular também pra ir embora. Aí é pulando aquela cabeçada, vai chegando na cachoeira outra. Você parava ficava olhando assim aquelas nuvens, chegava escurecer. Passava aquela temporada ali de pulou, já passou as outras chegava. Aí desmanchava aquela, já vinha outra. Era meses e meses. Não tem aquilo mais não. Eu pelo menos nunca vi mais não. É bonito demais. Meses e meses assim, ó. Quarenta, quarenta e cinco dias assim. Dia e noite... dentro dos corguinho aqui. Onde tinha um dreno igual aqueles rasgão de lagoa ia embocando caçando espaço porque é muito. Se o rio enche já lava logo tudo já volta pro rio. Da lagoa entra no rio, do rio vai. Sai da lagoa vai pro rio, do rio entra por baixo e vai pra lagoa. O cara tava me explicando. Vamos supor, o rio nesse sentido aqui [me explica com gestos na mesa do bar] aqui tem a lagoa aqui. O peixe que tá aqui dois anos antes que num choveu, tá aqui dentro. Já procriou aqui dentro da lagoa, ele tá aqui. Aí o rio vem, enche, entra dentro da lagoa e sai cá embaixo, né? O que tá aqui dentro da lagoa que recebe aquela água nova do rio sai, vem subindo pra cima. O que vem do rio recebe aquela água mais fina que é da lagoa, já entra. Aí fica ali dentro. Aí o rio baixa, fica tudo lá dentro. Aí, num ano pro outro vai só rendendo. Aí manda a enchentona de

novo, lava tudo de novo. É lei da natureza, né, bicho? O trem é cabuloso. Tem lagoa aqui que num deu peixe mais, que já cabou, nunca mais dá peixe. Num teve enchente, e é a enchente que manda aqui. A lagoa que é os berçário do rio, moço. As lagoas tudo nas margem do rio que é o berçário, tipo cria. Quando chega a época que o rio enche de novo, já joga tudo pra dentro do rio. E os que vem já entra pra dentro da lagoa, às vezes o rio baixa no período de um mês o rio baixa, já fica ali dentro. Aí só no próximo ano que vai encher de novo, aqueles ali já cresceu, já tá desse tamanho, já volta pro rio. E os do rio entra pra dentro da lagoa. Às vezes entra, só passa e vai embora também. Aí naquele período que o rio baixa duma vez, fica tudo ali dentro, não sai nem por cima nem por baixo. Aí até durar um ano, um ano e meio duma enchente pra outra, já tá grandão. É ciclo...o trem é cabuloso.

No calendário, quem organiza a reprodução dos peixes é a *lei dos homens*: suspende a pesca com redes, tarrafas, desloca contingentes de policiais do *meio ambiente* para fiscalização, oferece o benefício do seguro-defeso para pescadores associados às colônias de pescadores. Mas a *lei da natureza* é quem organiza a piracema, esse ciclo, balé ou beleza, como me disse Jânio. A piracema acontece nos mundos do rio: com as enchentes, a temperatura das águas e da conexão entre o São Francisco, as lagoas e os “corguinho”. A piracema não acontece durante todo o período marcado no calendário, porque entre os meses de novembro e março o que acontece é a reprodução das espécies de peixes. Em outros termos, a piracema não é somente a reprodução, vai além disso.

Quando encontrei com Babau em abril de 2023, o período de reprodução – a piracema marcada no tempo do calendário – havia encerrado há algumas semanas, mas ele se questionou por alguns minutos sobre o que estaria acontecendo com o rio São Francisco, já que naquele ano *não teve piracema*, ele me contou. “*Toda época tinha piracema*”, ou seja, em todo período de reprodução dos peixes, era possível observar aquilo que seo Clarindo e Jânio chamaram de “o balé dos peixes”, o salto de várias espécies nas corredeiras do rio. No entanto, no lugar da abundância, o que os ribeirinhos observam é o desaparecimento. Se a *lei dos homens* marca no calendário esse período, a *lei da natureza* não tem falhado em cobrar de quem a infringe e de todos os outros, como disse seo Clarindo.

Geraldo Babau: *Porque é uma época que o peixe sai caçando lagoa e logradouros pra poder se reproduzir. E tem tipo de peixe que assim, a natureza, por ser um peixe, ele só procura subir rio. Tem época que ele desce, mas a gente vê a coisa mais difícil é você ver um peixe descendo. Você vê ele subindo. Aí ele sai entrando para as lagoas, entrando para os rios, algumas barra de córregos, pra poder fazer o período da piracema, que é o período de...de... como se diz, a gente fala de acasalamento, e tem várias maneiras, eles escolhem a água, eles escolhem a época. Tudo de acordo com a natureza mesmo.*

Aqui, além de me contar mais detalhes sobre esse acontecimento, Babau observa que os peixes *escolhem a água e a época* para se reproduzir e fazer a piracema. Mais adiante, ele me diz que *de primeiro o peixe avisava*. O aviso do peixe de que estava em período de reprodução era o salto nas cachoeiras para subir o rio na procura por lagoas, logradouros e barras de córrego para o período de acasalamento. Quando Jânio observou que *quem manda é a enchente*, e que *esse ano não teve enchente*, coloquei atenção para pensar de qual enchente ele falava. É a enchente das chuvas, como em outro momento ele narrou. A subida repentina das águas, que também é considerada enchente pelos ribeirinhos, é um problema que provoca um *contratempo*, porque desajusta bruscamente a relação entre o calendário e o clima e as relações que compõem os mundos ribeirinhos.

Se o barramento das águas em Três Marias e as confusões provocadas pelo controle no seu fluxo provocam *contratempos* para os pescadores e vazanteiros, que precisam correr para colher uma roça plantada ou não conseguem guardar peixe para a temporada de defeso, Babau e seo Clarindo narraram histórias de *contratempos* para outros que humanos que compõem os mundos do São Francisco. Existe uma época, que no calendário costuma acontecer entre novembro e fevereiro, na qual os peixes escolhem a água para a reprodução. Porém, como pontua Geraldo, “*a água virou comércio*”, ladeado por “*essa gente que está empestando o planeta só percebe os rios como potencial energético para construção de barragens ou como volume de água a ser usado na agricultura*” (Krenak, 2022, p. 22).

A Usina de Três Marias é um “*aparato de infraestrutura que o governo teima em implantar*” (Krenak, 2022, p. 21). Ao controlar a quantidade de água que será liberada a jusante da barragem, a variação no tempo do calendário “*modifica e confunde até as coisas*”, como me disse Geraldo. Confusos, os peixes não conseguem escolher a água e a época propícia à reprodução, e a piracema vai escasseando. Depois de me contar que a soltura das águas em Três Marias modifica o período das vazantes, perguntei a seo Clarindo sobre como estão os peixes com o aumento ou com a diminuição repentina das águas, e ele imediatamente me disse que eles sentem.

Seo Clarindo: Os peixes sente e sente...vixe! E sente muito. Porque a gente já tem a questão do clima, da lua, né? Que a gente sabe os períodos bons pro peixe e tudo. Aí agora a gente perde tudo porque, às vezes, é uma lua boa, mas o rio tá subindo de uma vez, outras vez dá aquela descida, aquela baixada de uma vez também. O peixe sente. O peixe ele detecta tudo que tem dentro da água muito mais do que a gente ser humano, né? Então ele sente e acaba afugentando.

As *plantas também sente*, continuou a me contar, observando que mesmo que o aumento de volume não cause o alagamento total das áreas de vazantes, *a água vem por baixo e a planta sente a umidade na terra*, o que resulta no apodrecimento das raízes e na sua morte.

A CEMIG disponibiliza diariamente dados sobre a volume e vazão do seu reservatório³⁹, e em situações em que é preciso liberar maior quantidade de água, a empresa emite alertas, numa tentativa de prevenir danos às populações que vivem a jusante da hidrelétrica, principalmente nas ilhas e áreas de vazantes. Em janeiro de 2023, último período com liberação de vazão de água acima de 800 metros cúbicos por segundo, a empresa emitiu avisos e justificou que tal “manobra” seria necessária para controlar a subida de nível da água e garantir a segurança do reservatório, devido ao grande volume de chuvas que, naquele período, precipitava-se na região de Três Marias.

Os avisos, porém, são emitidos para prevenir as prefeituras, órgãos de governo nos municípios e os humanos que compõem os mundos do rio com outras formas de existir, e como descreve Anna Tsing, “uma coisa me chama a atenção sobre a genética de populações: ela depende de uma compreensão profundamente empobrecida da sociedade” (Tsing, 2019, p. 137). As plantas que sentem e os peixes que detectam tudo, como narra seo Clarindo, são seres mutilados por uma “apropriação indevida da paisagem” (Krenak, 2022, p. 20). Os avisos emitidos alguns dias, às vezes horas antes da abertura das comportas de Três Marias, resguardam a vida dos pescadores, vazanteiros e de outros viventes humanos, mas fazem com que outras existências sejam afogadas, porque essas advertências não consideram relações sociais outras que humanas.

Durante o mês de janeiro de 2022, quando grandes volumes de chuva foram registrados na região a montante e a jusante de Três Marias, os alertas da CEMIG e da Defesa Civil em municípios como Pirapora salientaram que era necessário, com urgência, que as pessoas que viviam nas ilhas ou muito próximas às margens deixassem imediatamente suas casas. Nesse sentido, os danos à população pesqueira e vazanteira são percebidos apenas em termos arquitetônicos, como se o *habitat* dessa população se restringisse às casas e ranchos na beira do rio. A gestão dos riscos provocados pelos alagamentos não considera as relações de pescadores e vazanteiros com outras existências ribeirinhas. Existências outras que humanas não são consideradas pelos alertas da CEMIG e da Defesa Civil, o que empobrece as sociabilidades e relega às populações humanas situações ainda mais precarizadas, já que alagamento não

³⁹ Para acessar os boletins diários com informações sobre a UGE Três Marias, incluindo volume e vazão, acessar o site da empresa. Disponível em <<https://www.cemig.com.br/usina/tres-marias/>>. Acesso em 15/02/2024.

significa apenas a perda de casas, eletrodomésticos e móveis, mas de um conjunto de relações com os peixes, com as águas e com as terras de vazantes, fundamentais para a continuidade das vidas dos humanos. Ao propor uma desdramatização do humano a partir da reflexão sobre o geontopoder, Alyne Costa diz que o “humano enquanto forma de vida isolada de outros existentes, não existe” (Costa, 2016, p. 146). Portanto, a genética e a gestão das populações humanas nas ilhas e margens do São Francisco não apenas empobrece a sociedade, como destrói as condições de existência dos próprios humanos.

Resguardados do afogamento, os pescadores e vazanteiros, porém, são forçados a colher as coisas antes do período de maturação nas vazantes. Isso quando é possível colher alguma melancia, quiabo e abóbora. Avisados de que a água vai subir, os ribeirinhos que vivem nas ilhas, vazantes ou na beira do rio não têm tempo de pescar, apenas organizam roupas, os itens de alimentação e higiene e, talvez, retiram das casas e ranchos alguns utensílios e móveis. A narrativa etnográfica de Suzane de Alencar Vieira (2023) sobre o colapso no fluxo da criação entre os quilombolas na Bahia, mais uma vez, me ajuda a observar que, mesmo avisados de mudanças na vazão da água do São Francisco, os seres que compõem os mundos do rio entram em descompasso, porque o tempo climático e o tempo do calendário foram alterados profundamente por quem controla a vazão das águas em Três Marias.

Não são apenas os pescadores e vazanteiros que compõem os mundos ribeirinhos, mas eles coexistem com outras espécies que “[...] trabalham juntas para criar condições de vida” (Tsing, 2019, p. 109). Pescadores, vazanteiros, peixes e plantas “*graças a Deus são bem acolhidos pelo rio*”. Afogados pela água que repentinamente sobe e faz sentir peixes e plantas, torna-se impossível a vida de quem pesca e planta nas vazantes. Nesse sentido, Anna Tsing observa que os “humanos não podem viver sem outras espécies. Isso não é só porque nós o comemos. Paisagens multiespécies são cenários de habitabilidade” (Tsing, 2019, p. 114).

Inspirado pelo convite de Anna Tsing para fazer com que as paisagens multiespécies sejam levadas a sério pela antropologia, reafirmo que as observações dos ribeirinhos marcam os mundos do São Francisco não como uma paisagem a ser explorada ou um “ambiente como um simples cenário, que pode ser modificado à vontade como as cenografias dos jogos virtuais” (Touam Bona, 2020, p. 11). Ao se deslocarem forçadamente da beira do rio para resguardar suas vidas das enchentes provocadas pelo aumento de vazão em Três Marias, pescadores e vazanteiros deixam de fazer mundos para si, para os outros humanos e outras formas de existir.

2.3 O adoecimento das águas

O aumento ou a diminuição repentina das águas – movimento que causa surpresa, tristeza e incerteza – é desconhecido pelos ribeirinhos no calendário em que organizam as atividades na beira do rio e foi assunto de quase todas as conversas longas que tive com meus interlocutores durante o trabalho de campo. Como narrei anteriormente, os pescadores e vazanteiros reconhecem que essa foi uma mudança provocada pela instalação e operação de Três Marias, que nos últimos vinte anos tem acentuado os *contratempos* para quem é acolhido pelo rio São Francisco.

No entanto, o que alguns ribeirinhos observam é que Três Marias não opera somente no controle da vazão das águas, mas nas características da água que corre a jusante da barragem. A água que chega ao reservatório do lago, depois de represada por longos períodos, “*fica ali tipo choca*” e sem oxigênio, de acordo com as observações atentas de seo Clarindo e Jânio. Ao longo da conversa com Jânio, perguntei sobre a quantidade de peixes que ele consegue pescar no rio atualmente. Recordei que, durante minha infância, ele e os filhos de dona Rosinha, vizinhos de nossa casa, subiam com surubins enormes de muitos quilos amarrados no remo. Imediatamente, ele responde que diminuiu muito a quantidade de peixes, porque *mudou, mudou, mudou*. Observei que todos os meus interlocutores colocam ênfase nas mudanças, o que indica que as transformações do tempo são percebidas e experimentadas por todos eles, mesmo que de maneiras diferentes.

Mudaram os períodos de ova e desova das espécies de peixe, contou-me Jânio, mas principalmente, a temperatura da água e a presença de oxigênio – necessária à reprodução de qualquer vivente.

Jânio: Até as temperaturas da água muda. Tem os horários que tá quente, tem horário que tá frio. Tem a água da barragem que é choca, num tem oxigênio. Fica anos e anos lá acumulado. Água que tem oxigênio é da chuva, porque assanha tudo. Água que fica lá em Três Marias num tem oxigênio... é choca. Agora, água de chuva mesmo tem... A água da barragem é choca, moço. A gente que pesca, você vê que a água não tem oxigênio. Você sai pelo rio de madrugada a água tá quente, você chega outro tempo todinho a água gelada, a água da barragem.

A *gente que pesca* foi uma expressão que me chamou a atenção quando revisitei a conversa com Jânio nas minhas anotações. Quem passa todos os dias por sobre a Ponte Marechal Hermes, que liga as cidades de Buritizeiro e Pirapora, ou quem vai à beira do rio no cais de qualquer uma dessas cidades, consegue ver o rio. Quem pesca se lança sobre as águas,

joga tarrafa, linhada e rede, toca as águas e sente sua temperatura, consegue identificar a presença ou não de oxigênio ou se a água que chega àquela região é da barragem ou das chuvas.

Água choca são águas paradas, que não se movimentam e são por isso despojadas de características fundamentais para a reprodução de outros seres, como os peixes. Mesmo após serem despejadas pelo vertedouro de Três Marias, a água que ficou barrada *por anos e anos* não recupera as características de temperatura e o oxigênio suficientes para permitir a reprodução dos peixes a jusante da barragem.⁴⁰ Quem apenas observa a água do rio, à distância, pode não perceber essas mudanças. Os pescadores com quem conversei – *a gente que pesca* – sente que *mudou, mudou, mudou*, porque compõem com as águas para além daquilo que veem nas águas, são pessoas que constroem relações com os mundos do rio e que privilegiam “o sentido das ressonâncias e das correspondências, mais do que a visão” (Bona, 2020, p. 11). As águas e os peixes não são apenas visualizados pelos pescadores, mas ressoam em seus corpos, no toque, no cheiro. O São Francisco não é apenas observado por Geraldo, Jânio, seo Clarindo, Joel, Pureza e por meu pai: ele ressoa através de outros sentidos, e é essa correspondência que constrói as relações entre humanos e todas as outras formas ribeirinhas de existir.

A *água choca* e sem oxigênio é *uma água que está adoecendo*. Seo Clarindo contou-me que, a convite de um amigo pescador que vive em Três Marias, atuante nos movimentos sociais da pesca artesanal, visitou a região da barragem em 2023, e o *fedô* que saía de dentro das comportas *não tem quem suporta*, inclusive tem causado incômodo nos grupos de turistas que passeiam de barco na região. Em seguida, observando que franzi a testa como quem queria entender melhor esse *fedozão* em Três Marias, ele logo me diz que não era um *fedô* normal, resultado da decomposição de árvores, de animais ou de outra matéria orgânica, mas um cheiro desconhecido. Seo Clarindo e os pescadores conhecem os cheiros naturais da água, afinal, são *gente que pesca* e, por isso, conseguem identificar quando se trata de odores relacionados às dinâmicas de decomposição de outros seres (árvores, peixes, crustáceos).

O cheiro forte e desconhecido identificado pelos pescadores no lago de Três Marias e próximo às comportas da UHE é levado rio a fora após a soltura das águas.

⁴⁰ Na Terra Indígena Trancheira-Bacajá, os indígenas que vivem a “era dos impactos” com a construção da Barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, descrevem constantemente a água barrada como “água suja, água podre, água parada”. Na sua etnografia sobre os indígenas Xikrin da TITB e a sua crítica à política dos brancos na construção da Usina, Thais Mantovanelli da Silva (2016) descreve como o barramento das águas para a formação do lago provocou transformações no cheiro, na cor e em todos os fluxos da água. Na pesquisa, a autora mostra a negligência do que ela chama de cálculos técnicos da obra, que nunca consideram a água podre e suja como um impacto na vida das pessoas e de outros que humanos, já que os indígenas compõem seus mundos e vivem na relação com outras existências no Xingu. O barramento das águas naquela região fez desaparecer espécies aquáticas, matou as plantas e força ainda a evasão de animais diversos que acabam fugindo das margens do Xingu, como observam os Xikrins na pesquisa de Mantovanelli.

Bona (2020) chama de estupro e que Krenak (2022) reconhece como a mutilação ou apropriação indevida da paisagem. O rio Paraopeba, um dos afluentes do Velho Chico que deságua justamente no lago de Três Marias, por exemplo, foi violentamente atingido pelos rejeitos de minério de uma das barragens da Mina do Feijão, que se rompeu em Brumadinho-MG, em 25 de janeiro de 2019, aniquilando a vida de 272 pessoas que imediatamente foram soterradas por mais de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração, perpetrada historicamente como promessa de desenvolvimento e progresso para colocar “esta nação em marcha”.

Desde o rompimento da barragem de rejeitos naquele período, comunidades ribeirinhas no São Francisco, ambientalistas e pesquisadoras/es manifestaram a preocupação com a contaminação do rio, o que foi confirmado meses depois por alguns estudos ⁴¹. Se no corpo do São Francisco não chegaram diretamente as toneladas de lama do minério, ela vem vindo, e *a coisa muda*, como disse seo Clarindo, que reconhece essa catástrofe como um crime. Nesse sentido, ele observa que desde 2019 tem acompanhado a contaminação do lago de Três Marias, e que na jusante da UHE o rejeito tóxico não é visto a olho nu, mas *vem pelo fundo* da água, sendo depositado gradativamente e em pequenas quantidades. Segundo contou seo Clarindo, quando a água desce, após as enchentes, é possível observar a presença dos rejeitos de minério

⁴¹ No dia 28/03/2019, o Centro Integrado de Estudos Georreferenciados, para a Pesquisa Social (CIEG) da Fundação Joaquim Nabuco, divulgou uma nota técnica na qual apresenta um novo método de pesquisa para identificar a presença de rejeitos nas águas do rio Paraopeba, afluente do rio São Francisco. O documento diz que a partir de imagens de satélites, americano e francês, os pesquisadores utilizaram um método inovador que calcula a diferença da energia eletromagnética refletida pelo rio Paraopeba antes e depois do rompimento da barragem em Brumadinho, em janeiro de 2019. Com essa metodologia, segue a nota, é possível identificar a presença de rejeitos que não são vistos a olho nu. Os pesquisadores responsáveis pela pesquisa e que assinam o documento técnico calcularam, a partir de dados sobre a velocidade da água no rio Paraopeba, que no dia 12/03/2019, os rejeitos de minério atingiram a represa de Três Marias e continuaram se diluindo na água liberada a jusante da barragem. Num outro estudo realizado pela ONG SOS Mata Atlântica e divulgado em relatório, os pesquisadores confirmam que o rio São Francisco foi contaminado pelos rejeitos de minério do rompimento em Brumadinho. O relatório não está mais disponível para ser acessado na página web da ONG. No dia 07/02/2019, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu uma nota informativa relatando que, apesar de naquele momento (12 dias após o rompimento da barragem em Brumadinho) os rejeitos não terem chegado ao lago da UHE Três Marias, seria necessário manter uma observação contínua, pois se tratava de um “desastre complexo”, cujas dinâmicas dependeriam, por exemplo, do volume de chuvas que poderiam levar com mais ou menos rapidez os rejeitos para o corpo d’água do rio São Francisco. Em 2022, o Instituto Guaicuy, organização da sociedade civil que trabalha na assessoria técnica aos atingidos pelo rompimento da barragem, lançou o documentário “*Depois da represa tem um rio – comunidades do São Francisco buscam reparação*”, no qual são apresentadas narrativas de ribeirinhos dos municípios de São Gonçalo do Abaeté e de Três Marias, que continuam sofrendo com as consequências dos rejeitos da mineração. O documentário está disponível no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=2JmPcJzc9Jw&t=3s>. Na contramão das notas técnicas de institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora (SAAE), publicou uma matéria em outubro de 2019, com o seguinte título: “Ponto final: rejeitos não contaminaram o rio a jusante de Três Marias”. Menos de 10 meses após o rompimento da barragem, a autarquia municipal quis encerrar as discussões e afastar, ao que parece, qualquer suspeita de que o rio São Francisco tivesse sido atingido pelos rejeitos de minério. O que o posicionamento desconsidera, no entanto, é a complexidade do desastre e as dinâmicas que poderiam ser desencadeadas nos meses seguintes, como foi mostrado pelas notas e outros estudos publicados posteriormente, ou ainda pela conversa de um dos meus interlocutores com um funcionário da CEMIG em Três Marias.

nas vazantes e nas plantações, além de *uma lama podre no fundo do rio, uma lama que tem um cheiro diferente*, esquisito, e que *não é de folha podre* como os pescadores e vazanteiros estão acostumados a encontrar ao fincarem estacas de madeira para segurar as redes de pesca.

Foi a primeira vez que, durante o campo, escutei sobre a presença dos rejeitos de minério de Brumadinho no corpo do rio em Buritizeiro, Pirapora e *rio abaixo*. Confesso que, mesmo antes da pesquisa, não havia me atentado para a possibilidade de encontrar os rastros de Brumadinho a jusante de Três Marias. Talvez porque, como na maior parte do imaginário criado diante desse e de outros crimes da mineração, somos constantemente direcionados a reconhecer como atingidas as existências que são sufocadas e mortas pela maior quantidade de lama. Mesmo que ao longo da minha trajetória acadêmica e militante eu tivesse debatido a própria ideia de atingido⁴², sejam eles humanos ou outros que humanos, a presença do rejeito de Brumadinho no São Francisco após o barramento de Três Marias só me saltou aos olhos depois da conversa com seo Clarindo, o único interlocutor que observou com detalhes a presença desses rejeitos.

Quando o pescador começou a relatar sobre esse *outro crime que tamo enfrentando*, que é a presença de rejeitos da barragem da Vale no rio São Francisco, perguntei como isso chega na região a jusante de Três Marias. Nesse momento, ele parou de remendar sua rede de pesca, pegou mais uma vez a agulha de tecer e voltou a desenhar no chão, dessa vez, lançando mão de duas metáforas: a do “coador de café” e a do “hipertenso”. Na primeira, ele quis indagar se seria possível uma tela de proteção colocada em Três Marias segurar toda a contaminação dos rejeitos. Com a figura do hipertenso, seo Clarindo explicou como um funcionário da CEMIG descreveu a operação silenciosa da catástrofe para negar responsabilidades diante de possíveis mortes, de humanos e de outras existências.

⁴² Desde o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana – MG, no ano de 2015, acompanhei através de leituras e mesas de debates as reflexões de pesquisadoras/es sobre o desastre-crime. No mesmo período, eu trabalhava na Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, uma das organizações escolhidas para a assessoria técnica aos atingidos pelos rejeitos. A Cáritas Minas atua também na assessoria aos atingidos pelo rompimento em Brumadinho, ocorrido em 2019. Antes, porém, durante o período em que atuei como pesquisador de iniciação científica e de extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), tive a oportunidade de realizar trabalhos de campo em comunidades atingidas pela construção da UHE Irapé, no Vale do Jequitinhonha – MG, e de comunidades atingidas pela expansão dos agrocombustíveis, entre os anos de 2011 e 2013, na região do Triângulo Mineiro. Tanto a experiência acadêmica quanto o trabalho na Cáritas e, principalmente, a relação com as comunidades atingidas, me faz assumir que atingidos não são apenas aqueles humanos e outros que humanos para os quais é possível mensurar um sofrimento ou uma perda material demonstrável por meio de laudos, diagnósticos e exames. As/os atingidas/os são aqueles que estão em sofrimento social (Zhour et al., 2016), ou seja, aqueles/as para quem o evento/crime/catástrofe é experimentado através de uma intersecção de fatores. Além disso, em contraponto ao que está definido no *Glossário Proteção e Defesa Civil*, que trata os atingidos como pessoas afetadas, ou seja, prejudicadas materialmente por um desastre, assumo que atingido, no caso dos humanos, são aquelas/es que têm suas vidas transformadas bruscamente, inclusive pelas mudanças contínuas no tempo e no espaço (Costa et al. 2020) após a catástrofe da lama, da barragem ou de qualquer tipo de ocupação das formas de existência.

Seo Clarindo: Porque eles colocaram uma rede lá, uma tela dizendo que era pra parar rejeito. Eu falei: pera aí! Um coador de coar café ele é bem mais sólido, mas a gente coa ali, só tira aquela parte mais grossa. O sabor do café e tudo que tá no café vai tudo ali, num vai? Por que que isso aqui vai parar, que a gente tá vendo que essa tela aqui.

[...]

E o cara falou: moço, o negócio é o seguinte, rapaz. Você sabe uma pessoa que ele é hipertenso? É, sabemos! [respondeu Clarindo e um colega para o funcionário da CEMIG]. Pois é, você pega uma colher de sal, pega um copo desses de um quarto, pega uma colher de sal e dissolve nesse copo de água e dá pra um hipertenso beber. O que que vai acontecer? Moço, talvez ele vai morrer na hora ali, né? Pois é, agora você pega essa mesma colher de sal e dissolve ela em um litro, dois litros... até dez litros e dá pra ele beber. Ele vai bebendo talvez o organismo dele vai, é... vai digerindo aquilo ali, talvez ele vai até morrer, mas é bem mais pra frente, e não vai acusar que foi o sal. Aí eu vejo, tá vendo como esse povo é maldoso? Por quê? Ninguém pra baixo [a jusante de Buritizeiro] tá contaminado; o peixe, que é o peixe de fundo, que é o surubim, o mandi, qualquer peixe de coro de fundo é que tá mais arriscado, porque o metal ele vem pelo fundo, né?

No trecho apresentado acima, do qual o coador e o hipertenso emergiram, ele contou como descobriu que o rio estava contaminado pela lama que desceu de Brumadinho e como, escapando da tela de proteção colocada na UHE de Três Marias, os rejeitos chegaram à região a jusante da barragem. Para isso, seo Clarindo e outros colegas de militância indagaram funcionários da CEMIG durante visitas à região.

Se o rejeito continua vindo sem ser observado a olho nu pelos ribeirinhos, ou mesmo que já tenha sedimentado no fundo do leito das águas, a observação do pescador indica um problema de longo prazo e uma violência sutil que, aos poucos, mata as águas, os peixes, as plantas, os pescadores, vazanteiros e outras existências que compõem os mundos do São Francisco. Uma tela de proteção fincada em algum lugar da UHE de Três Marias talvez possa ser a barreira para pedaços visíveis a olho nu dos rejeitos tóxicos da barragem rompida em Brumadinho, mas outros corpos invisíveis continuam descendo *rio abaixo* e contaminando as existências humanas e outras que humanas.

2.4 Uma catástrofe ancestral: ocupações históricas sobre os mundos ribeirinhos

Instigado por essa conversa com seo Clarindo, que me narrou a atualização cotidiana dos problemas que circulam, encerralam, afogam e matam os ribeirinhos e outras formas de existência no e com o rio São Francisco, tomo emprestado de Povinelli (2023) suas reflexões sobre as geontologias e o geontopoder. Muitos dramas hoje não se localizam, diz a antropóloga, entre a vida e a morte, mas numa forma de morte que “começa e termina na Não Vida”

(Povinelli, 2023, p. 29). O apagamento de 272 vidas humanas pela lama em Brumadinho começou com a ocupação das cadeias de montanhas e com a retirada de uma quantidade incalculável de minerais. Cobertos pela lama tóxica, também desapareceram outras existências e continuam expirando no leito e nas margens por onde correm as águas dos rios Paraopeba e São Francisco. Esses dramas começaram com a implosão de pedras, de grandes áreas de terra, com o barramento das águas, com a retirada de minério do solo, tudo isso considerado, pelo liberalismo tardio, como sem vida. A morte, porém, legada por cada uma dessas catástrofes, faz morrer os peixes, as plantas, as pedras, os pequenos e grandes animais e deixa morrer os pescadores e vazanteiros que não podem pescar, plantar e circular entre os mundos do São Francisco.

Os *contratempos* aqui emergem porque o tempo do calendário e o tempo climático são transformados profundamente pelas operações das mineradoras, da CEMIG e de outros agentes do mercado e do Estado para os quais a água e outras existências no e com o rio são apenas água e pedra, portanto “Não Vida”. Para esses agentes, o que importa é o progresso para uma parcela dos humanos, aqueles que são distanciados da natureza, aqueles cosmo-fóbicos, como recorda Antônio Bispo dos Santos (2023). A cosmo-fobia poderia ser ainda compreendida como o horror àquilo que Povinelli (2021) chama de existência entrelaçada, já que:

Apesar de serem criaturas da natureza, os humanistas se descolam da natureza e se torna criadores. Daí sua necessidade de sintetizar o orgânico, de chamar todas as vidas de matéria prima. Essa matéria-prima passa a ser um objeto a ser melhorado, beneficiado e sintetizado pelos humanos. Eles se sentem os donos da inteligência, se sentem o próprio deus – o deus na lógica da verticalidade, na lógica do poder, da interferência na vida alheia e da manipulação (Bispo dos Santos, 2023, p. 30).

Essa parte da catástrofe que vai pouco a pouco sedimentando rejeitos da mineração, do agronegócio e das barragens no corpo d’água – e em outras formas de existir que compõem seus mundos – é uma oportunidade difícil, mas talvez urgente, para olhar o que acontece na beira do rio, com o rio e seus mundos, mas também além daquele espaço. É uma oportunidade para ampliar a escala, sem necessariamente chegar ao “Humano” (Povinelli, 2023), ao mesmo tempo que permanecemos no local, porque é nele que a catástrofe se sedimenta. Na quarta sessão do workshop *Semiotics after Geontopower*, realizado em Goiânia no mês de abril de 2024, Povinelli recordou que os sedimentos da catástrofe não estão no passado e muito menos

parados. Eles se movimentam no presente, nos espaços em que pessoas e outras formas de existir criam modos de permanecer e de se relacionar ⁴³.

Enquanto numa escala global podemos construir narrativas, teorias e enfrentamentos às mudanças climáticas, com as existências ribeirinhas, os pescadores constroem um repertório para explicar as mudanças na temperatura da água, a morte de milhões de peixes que não têm lagoas marginais para desovar, o desaparecimento da piracema, a pouca oxigenação da água e a existência dos rejeitos de minério que, acumulados no fundo do rio, transformam-se numa lama com cheiro desconhecido. Repertório esse que pode acessar a partir de suas narrativas. Portanto, “permanecer mais ou menos aqui” (Povinelli, 2023, p. 36) é um exercício epistemológico e político que pode, primeiro, tornar mais conhecidos e ridicularizados os problemas causadores e as consequências das profundas transformações ecológicas, ao mesmo tempo que vincula essas mudanças às ocupações anteriores da terra, das águas e daqueles corpos humanos pensados pelo Ocidente como muito próximos da natureza.

Ao permanecer aqui, conversando com os ribeirinhos e compartilhando com outras existências os mundos do rio, pude compreender que as transformações climáticas, sociais, econômicas são narradas como *contratempos*. Permanecer aqui, escutando e narrando histórias sobre as formas de existência com e no São Francisco, em Buritizeiro e Pirapora, é uma oportunidade para conversar seriamente sobre as transformações ecológicas sentidas, vividas e enfrentadas nos *contratempos*, resultados de um longo histórico de ocupação das águas, das pedras, das terras nas margens do rio, dos outros rios que compõem o São Francisco, mas também da ocupação dos corpos e da violência contra as formas de existir de pescadores, vazanteiros e outros humanos.

Marisol De La Cadena (2019), ao escrever sobre a emergência de seres outros que humanos na política, sublinhou que

O biopoder hegemônico – exercido tanto pelo socialismo quanto pelo liberalismo – transformou o político em um aceito campo de batalha pela vida. Neste campo de batalha, são tomadas decisões sobre quem são os inimigos,

⁴³ Em abril de 2024, participei do Workshop *Semiotics after Geontopower*, realizado presencialmente na Universidade Federal de Goiás (UFG), com a presença de Elizabeth Povinelli. Num diálogo com as pesquisadoras Isabel Martinez e Suzane Vieira, Povinelli salientou que, a partir de sua longa pesquisa com os aborígenes australianos, a catástrofe não é um evento, tampouco uma violência lenta ou quase-evento. O que ela chama de catástrofe ancestral são situações que distribuem uma toxicidade histórica, muitas vezes difícil de ser percebida ou vista. Se o foco das políticas e do capital é o horizonte futuro, o lugar em que serão redimidas as catástrofes, aquilo que está sedimentado como violência por parte das ocupações coloniais, nunca será levado em conta, ou seja, a catástrofe continuará sendo um evento passageiro, gerido sempre com medidas de mitigação e adequação tecnológica e econômica.

mas tão importante quanto, sobre aqueles que, resistindo ao antagonismo, sequer são dignos do estatuto de inimigo (De La Cadena, 2019, p. 12).

As ocupações do capitalismo industrial sobre as formas de existência que compõem os mundos do rio São Francisco, todavia, mostram que o geontopoder atua na demarcação entre a Vida e a Não Vida: as pedras, as águas, a terra das vazantes, outros seres que habitam o mundo desconhecido debaixo das águas, como me contaram Babau e Davi. Os inimigos, para o capital industrial, são, portanto, algumas formas de existência da Vida e da Não Vida, o que sugere que, na base dessas operações sobre os modos de existir ribeirinhos, está o geontopoder, que se difere de biopoder, na medida em que “não opera pela governança da vida e pelas táticas de morte, e sim se apresenta como um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizados no liberalismo tardio para manter e dar forma à relação futura da distinção entre Vida e Não vida” (Povinelli, 2023, p. 22) ⁴⁴.

Escolho seguir com a proposta de Elizabeth Povinelli sobre o geontopoder, mas estou igualmente instigado pelo argumento de De La Cadena (2019) de que nesses campos de batalhas são definidos os amigos e os inimigos. Os amigos são os que apoiam, os que defendem e abrem espaço para a chegada do desenvolvimento prometido pelas barragens, pela mineração e pelo agronegócio. Os inimigos são os outros que “não valem a pena nem serem mortos; eles podem ser deixados para morrer porque, embora incluídos no conceito de Humanidade, eles não contam – de forma alguma, pois estão muito próximos da Natureza” (De La Cadena, 2019, p. 12). Seguir o fluxo anterior e contínuo dessas catástrofes ancestrais, das operações do geontopoder sobre as existências nos mundos do rio, pode nos levar à história da ocupação pelas empresas do setor elétrico e das mineradoras, ao mesmo tempo que pode indicar quais outras formas de extração de valores daquilo que é considerado Não Vida operam desde os tempos coloniais sobre e entre as existências ribeirinhas.

Como ficou perceptível em vários momentos de diálogo com os meus interlocutores, não se trata apenas de um problema isolado, mas de um conjunto de operações empreendidas

⁴⁴ As observações dos interlocutores com quem compartilhei esta pesquisa não separam vida e não vida, biologia e geologia. Ou melhor, eles reconhecem as distinções de composições entre águas, terras, peixes, carrancas, barcos, plantas, pescadores, vazanteiros e artista, ao mesmo tempo que enunciam suas existências em relação contínua com outras. Nesse sentido, Alyne Costa, ao comentar a proposta do geontopoder e as definições de vida e não vida no antropoceno, escreve que: “no arranjo dos existentes no plano de existência, entes humanos e não-humanos criam conjuntamente um lar para seus ocupantes; é a vinculação entre eles que mantém o conjunto existindo sob uma determinada forma” (Costa, 2016, p. 144). Uma das tarefas apontadas por Alyne para a Antropologia é evidenciar como esses arranjos têm sido subjugados e, muitas vezes, ridicularizados pelas ocupações coloniais e capitalistas. A pretensa universalidade da biologia ocidental continua demarcando o que merece alguma atenção ou mitigação diante do habitar colonial. Diante dos alagamentos provocados pela abertura repentina das comportas de Três Marias, por exemplo, apenas algumas vidas são consideradas nos avisos da CEMIG e da Defesa Civil, sem considerar que outros existentes são parte indispensável para o lar ribeirinho recriado constantemente.

pela CEMIG, pelas empresas siderúrgicas instaladas nas margens do rio em Três Marias e em Pirapora, pelas fazendas de soja e de eucalipto e por outros grupos estatais e do mercado, desse modo, como escreve Pedro Silveira⁴⁵,

Não é possível compreender os fenômenos do capitalismo global senão a partir de suas conexões e manifestações locais, em que as forças capitalistas acontecem em interações baseadas na diferença, tanto como conflitos quanto como alianças, empréstimos, fusões, traduções e acomodações (Cardoso *et al.*, 2020, p. 105).

Portanto, não se trata apenas de ameaças alhures, tampouco de uma catástrofe vindoura com possíveis problemas a serem mitigados num plano de compensação ambiental. Os *contratempos* estão em curso, a catástrofe não é apenas uma ameaça, mas é ancestral⁴⁶, para tomar emprestado mais uma vez uma ideia de Povinelli (2021). Ela vem há muito tempo gestada no calendário e está no corpo do rio, dos peixes, das vazantes e dos ribeirinhos; a catástrofe não é algo que vai chegar, que está no horizonte como uma possibilidade ou como um evento futuro. Sua urgência existe no tempo presente. Ao escutar sobre os *contratempos* narrados por Geraldo, em Buritizeiro, penso que um dos elementos cruciais para as crises, ameaças e lutas que os barraqueiros têm travado é a compreensão de que a catástrofe mobilizadora da crise climática é produzida e se expande com o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos. Nesse sentido, não é possível traçar uma separação entre o passado e futuro, pelo contrário. Qualquer possibilidade de prolongamento das existências ribeirinhas, humanas e outras que humanas não deve deixar para trás a reconstrução de relações sociais e de superação das injustiças perpetradas sobre as pessoas, grupos e sobre o meio ambiente.

Os *contratempos* são, para os ribeirinhos e a partir de suas observações, aquilo que Indira Caballero, Suzane Vieira e Alejandro Fujiaki Lares (2022) chamam de uma crise no tempo, na medida em que “alguns povos pescadores e do campesinato vivem nestes dois

⁴⁵ O capítulo elaborado pelo autor compõe um artigo com relato de cinco experiências relacionadas às águas turvas nas ruínas do Antropoceno: barragens e rompimentos, jardins e experiências educacionais e mapeamentos como experiência de resistência contra a instalação dos projetos coloniais sobre as águas e outras existências. O capítulo de autoria de Pedro Silveira descreve algumas colaborações entre pesquisas de campo em cinco áreas com mangues na região Nordeste brasileira. No decorrer do percurso na região, os pesquisadores estão interessados em contar as histórias de cada uma dessas paisagens e de que forma o manguezal faz política, como ele produz diferentes formas de vida. O artigo conta, ainda, com relatos de experiências de Thiago Mota Cardoso, Cristiana Losekann, Rafael Buti, Natalia Seeger e Diego Kern Lopes.

⁴⁶ Elizabeth Povinelli (2021) discorre sobre a catástrofe ancestral que deve ser considerada nas reflexões sobre a catástrofe climática, aquela que muitas vezes é vista apenas como uma ameaça vindo em nossa direção. Ao falar sobre uma catástrofe ancestral, porém, a autora busca reconhecer que a catástrofe é resultado de processos históricos, políticos, econômicos, epistemológicos empregados pelo ocidente para ocupação dos corpos de humanos e outros que humanos, especialmente de indígenas, negros e outras populações e territórios do Atlântico e do Pacífico. Nesse sentido, ancestral aqui tem como objetivo reconhecer as camadas de composição da presente catástrofe ambiental e climática.

tempos. Tem uma atenção contínua ao que acontece nos seus arredores, aos pequenos sinais dos tempos” (Lares et al., 2022, p. 22). Para esses povos, na beira e com o rio, a catástrofe ambiental não é uma promessa no horizonte, mas o resultado de uma camada de ocupações e infraestruturas passadas e presentes do capitalismo impostas sobre as distintas formas de existência no e com o rio São Francisco.

Isso não significa que os ribeirinhos com quem compartilhei algumas conversas não reconheçam que existem ameaças futuras às existências entrelaçadas no mundo do rio. Pelo contrário, nos diálogos com Babau, Jânio, seo Clarindo, com meu pai e com davi, as preocupações com o que virá para o rio, com a construção de possíveis barragens e com a diminuição das chuvas como consequência das mudanças estavam presentes. O que observei, no entanto, é que essas ameaças reais expectadas no horizonte são incorporadas ao momento presente, porque é nele que os ribeirinhos precisam lidar com os *contratemplos*, e não no futuro. É no agora que eles compõem com o São Francisco diante de tantas transformações profundas, resultadas de operações cosmo-fóbicas que vieram antes, e para as quais o rio é apenas uma matéria-prima de onde deve ser extraída água e energia para sustentar as barragens e as fazendas do agronegócio.

Os ribeirinhos com quem compartilhei o campo estão lutando de maneira improvisada cotidianamente, para manterem a si, os seus e a outros existentes no meio das ocupações das barragens, da mineração e do agronegócio. Os peixes, as plantas, as vazantes, as águas e as pedras são importantes para os ribeirinhos, mas não apenas isso. São necessários, como disse Bispo dos Santos (2023), mas não apenas isso. É a partir da composição de mundos outros, do engajamento e das alianças, como veremos no capítulo 3, que esses ribeirinhos conjuram as práticas violentas que destroem formas de existência, vivas e aquelas consideradas não vivas pelo capital industrial e pelo Estado. Improvisado nem de longe quer dizer falta de organização ou de estratégia nas lutas, diz mais de um movimento de vida, criativo e constante, que leva adiante os próprios pescadores, vazanteiros e artistas.

Improvisação, aqui, implica fazer aquilo que Tim Ingold marca como “seguir os caminhos do mundo, na medida em que se abrem, ao invés de recuperar a cadeia de conexões, desde um ponto-final para um ponto de partida, uma rota já percorrida” (Ingold, 2015, p. 309). Ao improvisar diante da água que sobe e baixa repentinamente ou diante da *água choca*, sem oxigênio e contaminada pelo minério, os meus interlocutores criam formas de existir com outras existências ribeirinhas. Ao passo que seguem com suas vidas, tal como os artistas e artesãos

(Ingold, 2015), eles produzem lutas políticas para prosseguir não apenas em seus mundos subjetivos, mas também nas relações sociais e nos ambientes do São Francisco.⁴⁷

A opção que faço por tratar as situações narradas pelos meus interlocutores como uma catástrofe ancestral é ainda uma tentativa de me distanciar e problematizar as ações, narrativas e práticas de sujeitos guiados pelo capitalismo global; para quem, mesmo diante de um apocalipse que se anuncia, o horizonte continua distante e para onde deve caminhar a “Humanidade” é ainda uma questão abstrata, homogênea, universal. Desorientados pela catástrofe anunciada no horizonte, esses que historicamente mutilam as formas de existência do rio com o rio reatualizam suas práticas de destruição a partir de outras justificativas e narrativas, resguardadas sob o manto da responsabilidade social, do capitalismo verde e de outras artimanhas e adequações tecnológicas.

Nessa toada, Seo Clarindo me contou sobre uma empresa de mineração cuja fábrica está instalada às margens do rio, em Três Marias, “*agora eles mudaram. Ela é a menina dos olhos do governo agora, né? Porque ela se conscientizou, porque ela é ambientalista, num sei o que, selo verde*”. Para a Vale, responsável pela barragem que rompeu em Brumadinho, para o Governo do Estado de Minas Gerais – proprietário da CEMIG – e para outros que do rio e das águas querem extrair valor, basta realizar adequações nas usinas, instalar telas para barrar os rejeitos ou soltar peixes para repovoar as águas do rio São Francisco de espécies. Para esses agentes, a crise ecológica será remediada pelas mesmas soluções tecnocráticas que, historicamente, apenas serviram para sedimentar os rejeitos da violência contra os mundos ribeirinhos.

Manter o foco no apocalipse, na crise que está por vir é manter o que Malcon Ferdinand (2022) chama de arrogância colonial. Pensar a crise ecológica a partir dos imaginários brancos, na medida do “Homem” supostamente universal, é parte do projeto para postergar a negação dos vínculos coloniais com as escravidões modernas, com os racismos, com o genocídio dos povos e com a destruição dos mundos que compõem suas existências. Ferdinand acrescenta que essa é a narrativa de parte dos estudiosos e defensores do colapso, para quem a catástrofe ainda não chegou, apesar de que pode estar dando sinais. No entanto, para os que estão no e com o rio São Francisco, a crise ecológica não apenas chegou, como é narrada para além da janela de tempo desta pesquisa, ou da construção de Três Marias. A crise, *os contratempos*, está em

⁴⁷ Sobre as alianças entre os ribeirinhos e outras existências falarei no último capítulo, mas sublinho desde já para mostrar como pescadores, vazanteiros e artista existem no meio e apesar de uma série de operações históricas que constituem a catástrofe e de que forma, compartilhando os mundos do rio com outras formas de existir, conjuram as tentativas ininterruptas do capitalismo de transformar tudo em valor extraído.

constante emergência, desde que o habitar colonial foi implementado na beira, dentro e entre os mundos existentes no São Francisco.

2.5 O habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos

Se a catástrofe é apenas vindoura, se ela vem do horizonte para o qual o estilo de vida urbano-capitalista sempre marchou, a crise, a violência e as transformações podem se borrar no meio das promessas renovadas de desenvolvimento, emprego, melhoria na qualidade de vida, inclusive de proteção ao meio ambiente. Mais que isso, se a catástrofe vem vindo apenas de longe, ela esconde camadas e mais camadas de violências que atingem os povos indígenas, outros ribeirinhos e as várias formas de existir com o São Francisco, desde pelo menos 1501, quando os colonizadores Américo Vespúcio e André Gonçalves alcançaram a foz do Opará – o rio mar para os indígenas, nomeado a partir daquele dia, 04 de outubro, como São Francisco em homenagem ao santo europeu pelo qual era celebrada a memória.

Os *contratempos* percebidos, sentidos, vividos pelos meus interlocutores hoje são, portanto, mudanças que vieram após e por causa de muitas formas de apropriação, usurpação e violência ao longo de todo o período histórico, daquilo que veio antes, e por isso ancestral. Os *contratempos*, narrados como uma crise dos tempos ribeirinhos, entrelaçados entre as crises ecológicas local e global, revelam “danos e problemas associados a certas maneiras de habitar a Terra próprias da modernidade” (Ferdinand, 2022, p. 47). Ao descrever o “habitar colonial” que marca o processo de ocupação das Américas pelos europeus, Malcon Ferdinand destaca, ao longo de toda sua obra, a dupla fratura que “apaga as continuidades em que humanos e não humanos foram confundidos como recursos que alimentavam um mesmo projeto colonial, uma mesma concepção da Terra e do mundo” (Ferdinand, 2022, p. 47).

Portanto, ao reconhecer que os *contratempos* nos mundos ribeirinhos são gestados ao longo de toda a ocupação das formas de existência com o São Francisco, não é possível descrever a crise ecológica nos mundos ribeirinhos sem colocar em evidência esse modo peculiar do colonialismo de habitar as águas, as terras próximas ou mais distantes da beira do rio, e sem reconhecer que tal processo violentou sistematicamente populações indígenas, num primeiro momento, em decorrência das invasões de colonizadores, sesmeiros, bandeirantes. Se olharmos para a história de ocupação dos mundos ribeirinhos no São Francisco após a colonização, podemos perceber que o habitar colonial tem se atualizado constantemente, sempre de maneira violenta, e negando a alguns humanos – pescadores, vazanteiros, quilombolas, indígenas – a possibilidade de compor com outros que humanos.

O habitar colonial, de acordo com Malcon Ferdinand, “Designa uma concepção singular de existência de certos humanos sobre a Terra – os colonizadores –, de suas relações com outros humanos – os não colonizadores, assim como de suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos” (Ferdinand, 2022, p. 49). Atualizado constantemente, esse modo de habitar nega aos humanos – indígenas, pescadores e vazanteiros – a possibilidade de viver e de compor vida com outras formas de existência. Para os povos que viveram e os que resistem com as existências ribeirinhas, o mundo só é possível na relação com o rio, com as águas, com os peixes, as vazantes, as pedras e com outros que humanos. Nessa perspectiva, descrever os *contratempos* e com eles elaborar algumas observações sobre as crises ecológicas requer, neste momento, um compromisso metodológico, ético e político para não deixar que seja esquecido o processo histórico de ocupação dos mundos no São Francisco. Seria impossível, neste trabalho, descrever todas as fases, mecanismos estatais e do mercado elaborados para habitar as existências ribeirinhas, mas, nas próximas páginas, apresento de forma breve alguns dos processos e eventos que marcam a paisagem e a história dos mundos humanos e outros que humanos com o Velho Chico.

Em pesquisa sobre os modos de apropriação e significação cultural do Quilombo da Lapinha e da Comunidade Vazanteira de Pau de Légua, na região do médio São Francisco, região norte de Minas Gerais, Elisa Cotta de Araújo (2009) descreve alguns dos mecanismos políticos, e eu acrescentaria econômicos, de territorialização da região. A ocupação política e econômica do mundo do rio São Francisco é, sem dúvidas, diversa desde o início da colonização no Brasil, e em cada região diferentes atividades foram empregadas para sustentar o projeto de ocupação. O trabalho de Elisa ajuda a identificar alguns dos mecanismos instaurados violentamente sobre as formas de existir na região do médio São Francisco, onde também estão localizadas as cidades de Buritizeiro e Pirapora.

Na região do médio e em outras regiões por onde correm as águas do São Francisco, viveram os indígenas Abatirá, Amoipira, Acoroá, Bokeré, Canacan, Kariri, Kraó, Rodelas, Tupinaken, Kururu, Xacriabá e Kiriri. A instalação da sesmaria como mecanismo político de ocupação cedeu a Garcia D’ávila, em 1573, o controle sobre parte das terras onde corriam as águas e outras formas de existência ribeirinhas. Após as sesmarias e a chegada das Bandeiras, como aquela capitaneada por Mathias Cardoso na região do norte de Minas Gerais, lutas foram travadas contra os povos indígenas e negros aquilombados para tomar suas terras e iniciar a criação de gado, equinos e muares, além da produção de cachaça e rapadura para a comercialização (Araújo, 2009, p. 127).

Nas margens do São Francisco, a formação de fazendas para a criação de gado foi de tamanha intensidade, que, nos documentos, literaturas e em outros materiais, o rio ficou conhecido como “rio dos currais” (Araújo, 2009). Elisa ainda assinala que a criação da Lei de Terras, em 1850, e a consequente instauração pela República da figura do coronel, transformou as relações políticas e econômicas no médio São Francisco e fez da ocupação de terras, das águas nas margens do rio e da violência contra povos e comunidades que viviam na beira e com o Velho Chico um estado constante. Nesse contexto, tanto a ocupação de grandes porções de terra para a instalação das sesmarias quanto a criação das fazendas de gado e a promulgação da Lei de Terras constituem atos violentos que consagram o habitar colonial. Novamente, junto às elaborações de Malcon Ferdinand sobre o processo colonial no Caribe, destaco que a invasão dos colonizadores, dos sesmeiros, dos bandeirantes e dos coronéis são movimentos que indicam a articulação intrínseca dos três atos centrais das formas de habitação colonial dos territórios ribeirinhos. O primeiro é a apropriação das terras; o segundo, o desbravamento; e o terceiro é o massacre de populações ameríndias.

Os colonizadores portugueses e seus aliados nas sesmarias, as Bandeiras e, mais tarde, os coronéis, empregaram toda a força necessária para desbravar e ocupar as terras próximas ao corpo d’água do São Francisco e massacrar, primeiro, as populações indígenas e, depois, qualquer rastro de humanidade que não estivesse em consonância com o projeto colonizador e coronelista. Ao lançar mão de gestos simbólicos para marcar o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, os colonizadores rebatizaram o rio, que, a partir do dia 04 de outubro de 1501, passou a ser chamado de São Francisco, e não de Opará.

O habitar colonial ribeirinho é ainda marcado, nos atos de desbravamento, pelo abatimento de existências outras que humanas: de árvores, de pedaços de terra, de peixes. Na beira do rio, as árvores foram destruídas para dar lugar às fazendas e currais de gado. O habitar colonial começa quando árvores são destruídas, lembra Ferdinand (2022). No processo de ocupação dos mundos ribeirinhos, colonizadores, coronéis, o Estado e o mercado abateram e abatem existências outras que humanas num exercício de demonstração e manutenção do seu poder de nomear, ocupar, destruir, deixar viver, fazer morrer ou matar qualquer forma de existência que seja um empecilho ao desenvolvimento.

As ocupações dos mundos ribeirinhos sempre tiveram a participação do Estado, seja na colônia, no império ou na República. Durante o segundo reinado de Dom Pedro II, por exemplo, senadores discutiram o projeto de encanamento das águas do rio São Francisco. Surge ali, ao final do regime de colônia, o projeto de transposição das águas do Velho Chico – intensamente debatido pelo senado durante a segunda metade do século XIX. Momento em que, preocupado

com possíveis movimentos separatistas, o imperador empreendeu uma série de visitas às províncias do Norte entre 1859 e 1860; dentre as quais, estava justamente a região de Paulo Afonso, no estado da Bahia. Era preciso conter esses movimentos com a promessa de progresso para a região Norte e Nordeste, e para isso o rio São Francisco seria utilizado como terreno de ocupação e vitrine para demonstrar a força do Estado.

No seu trabalho sobre os projetos para a implantação de canais no São Francisco durante o Brasil Império, o historiador Gabriel Pereira de Oliveira (2015) observa que na região de Paulo Afonso, onde o corpo d'água do rio se encontrava com as pedras e formava uma cachoeira, Dom Pedro quis demonstrar a força estatal nos ajustes da natureza, que seria um entrave aos projetos de melhoramento moral e material, nas palavras do próprio Imperador (Oliveira, 2015, p. 29). O projeto de transposição das águas do São Francisco emergiu, portanto, dessa maneira colonial de conceber o mundo ribeirinho a partir de outras referências, aquilo que Ferdinand (2022) chama de uma subordinação a outras formas de habitar metropolitanas, materialmente melhores e “verdadeiras”. Era preciso transformar não apenas o curso d'água, mas também outras relações entre as populações humanas e delas com os mundos ribeirinhos, tendo como referência o jeito de fazer e viver de cidades como o Rio de Janeiro.

Dom Pedro II quis ocupar o rio para transpor suas águas – um recurso, a fim de “torná-lo uma via moderna de navegação entre os férteis sertões e o Oceano Atlântico” (Pereira, 2015, p. 30). Em 1868, após as primeiras promessas do imperador de promover o desvio das águas, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas acrescentou que o São Francisco estava privado da vida moderna e, portanto, como um livro com páginas em branco, deveria escrever a história do progresso dos povos da região. Ao longo do século XX, propostas de transpor as águas do rio seguiram em marcha nos governos de Nilo Peçanha, que criou a Inspeção Federal de Obras Contra a Seca. De acordo com Henkes (2008), um dos empecilhos para o seguimento do projeto por Peçanha foi a inexistência de bombas capazes de superar barreiras que superavam os 200 metros.

Durante a Ditadura Militar, entre os anos 1964 e 1988, o projeto de transposição do São Francisco foi aventado como promessa para o “desenvolvimento da nação”, como mostra a pesquisa de Brito (2017). Porém, de acordo com a descrição do autor, uma mortandade de peixes no rio, em 1984, amedrontou o governo, visto que a causa da morte das espécies poderia ser a má qualidade da água, ou seja, a transposição para outras regiões poderia contaminar outros rios e açudes do Nordeste. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, avançaram não apenas os argumentos do executivo nacional, como os debates

legislativos através de um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados⁴⁸. Mello (2008) mostra que logo no início do primeiro governo de Fernando Henrique, a transposição foi projetada com um custo estimado entre 2,7 e 3 bilhões de reais. Na segunda gestão do presidente (1998-2002), o argumento era de oferecer mais água e racionalidade na utilização dos recursos hídricos, sempre com a narrativa de que “o semiárido dispunha de condições objetivas para ocupar este nicho de mercado e desenvolver uma agricultura de exportação, a partir do uso intensivo de tecnologias de irrigação” (Mello, 2008, p. 112).

Antes de apresentar alguns outros atos que marcaram o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos no século XX, é importante recordar que o projeto de transposição do São Francisco foi concluído em fevereiro de 2002, com a entrega de todos os canais principais e secundários que sugam a água do rio para despejar em outros canais e açudes dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e de Pernambuco. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2004, seu governo recuperou o projeto imperial para o desvio das águas. A licença para a instalação do empreendimento foi concedida no segundo mandato de Lula, em 2007. Nesse ínterim, ao mesmo tempo que o projeto recebia aportes bilionários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), avançava a resistência dos movimentos sociais contra a transposição.

Organizações da sociedade civil, movimentos sociais, colônias e associações de pescadores, vazanteiros, universidades e pastorais sociais católicas⁴⁹ se colocaram em posição contrária à operacionalização do projeto. Projeto esse construído sem a participação dos ribeirinhos e sobre o qual sempre pairou uma Desconfiança⁵⁰, a exemplo daquela encontrada

⁴⁸ O Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, instituiu o Grupo de Trabalho no dia 13 de abril de 2000.

⁴⁹ Recuperei alguns arquivos, fotografias e relatórios de eventos que participei entre 2004 e 2008 para recordar algumas das organizações e movimentos que participaram das mobilizações contrárias à transposição do São Francisco na região do alto-médio São Francisco. A maior parte dos engajamentos aconteceram por meio da Articulação Popular São Francisco Vivo – Terra, Água, Rio e Povo, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Desse espaço, participavam ativamente o Movimento do Graal do Brasil, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e as Cáritas Diocesanas localizadas na Bacia do São Francisco, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, Pirapora, Rio Pardo de Minas e Porteirinha, Colônias de Pescadores de Buritizeiro, Pirapora, Três Marias e Ibiaí, além de pescadores e vazanteiros que, até então, não estavam envolvidos diretamente com nenhum movimento social. Além disso, desde o início da Articulação, houve a participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁵⁰ Em sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Teixeira (2016) descreve a dominação histórica que ocupa historicamente o território dos agricultores e agricultoras na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte. Diante das constantes desqualificações epistêmicas lançadas sobre as enunciações e práticas de resistência contra a implementação de projetos desenvolvimentistas, a etnografia de Maiana Teixeira descreve como a Recusa e a Desconfiança não são apenas estratégias de oposição, mas uma das formas de dar sentido e de configurar modos de vida dos e das agricultores e agricultoras. Nesse sentido, a Desconfiança ou a Recusa aos projetos, incluindo o de transposição do São Francisco que inclui parte da Chapada do Apodi, não é uma teimosia

por Maiana Teixeira (2016) junto aos agricultores e agricultoras da Chapada do Apodi - RN, de que a transposição do São Francisco beneficiaria apenas o agronegócio, as empresas de energia e de mineração, e não os povos do semiárido nordestino, como difundido por todos os governos que defenderam o empreendimento. Além disso, existia uma preocupação, principalmente por parte dos pescadores e vazanteiros, de que o desvio das águas com a instalação de grandes obras de infraestrutura fosse provocar ainda mais a destruição do rio, o assoreamento e a mortandade de peixes.

Figura 8 - Dom Frei Luiz Flávio Cappio em oração com os fiéis durante greve de fome contra a transposição do São Francisco.

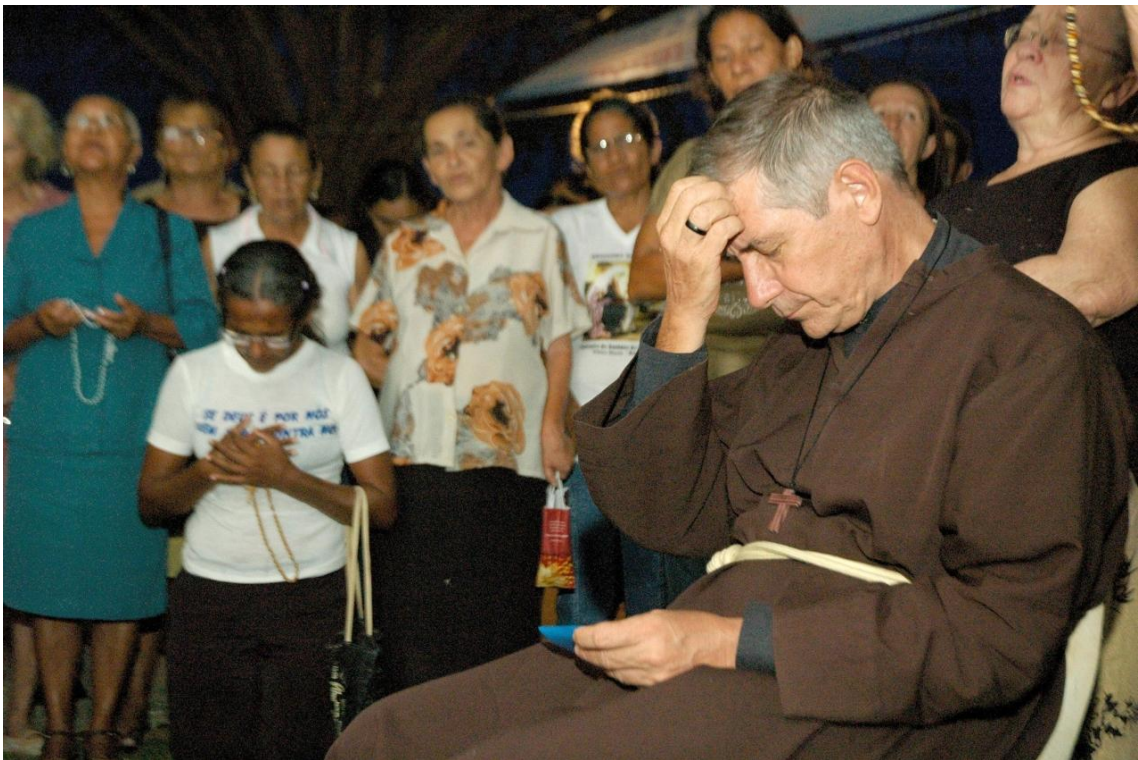


Foto: João Zinclar, 2007. Fonte: Arquivo CPT Nacional.

ignorante ou medrosa. A Desconfiança das agricultoras com os projetos estava diretamente vinculada à manutenção de suas vidas, pois, diferente da lógica que opera nos grandes, como mostra a etnografia de Maiana, “para os pequenos há o risco grave e irreversível de morte que lhes leva a prezar pela primazia da vida, a desconfiar e a recusar o que lhe ameaça” (Teixeira, 2016, p. 118). No caso das lutas que acompanhei contra a transposição do São Francisco, essa Desconfiança também não era ignorante, porque historicamente vários povos ao longo de todo o curso do rio São Francisco foram vítimas das promessas de desenvolvimento com as obras do DNOCS, da SUDENE e de outros órgãos de Estado e de governos. No período em que o primeiro mandato do presidente Lula anunciava o retorno da transposição, várias regiões do São Francisco sofriam com o assoreamento, com a diminuição das águas, a mortandade de peixes e com o avanço dos perímetros irrigados próximos ao rio, que destruíam ainda mais as condições de existência de comunidades pesqueiras, vazanteiras e de outras existências ribeirinhas. A Desconfiança, portanto, não é ignorância, medo ou posicionamento de quem seria contrário ao dito desenvolvimento, mas uma recusa à continuidade da destruição dos mundos ribeirinhos.

Figura 9 – Mobilização de comunidades ribeirinhas e movimentos sociais contra a transposição do rio São Francisco.



Foto: João Zinclar, 2007. Fonte: Arquivo CPT Nacional.

A luta contra a transposição das águas do rio São Francisco me marcou profundamente. Numa manhã quente de maio de 2004, na Avenida Beira Rio, em Pirapora, um palco recebeu dezenas de autoridades do governo federal que partiram em caravana pelas cidades da bacia do São Francisco para “escutar” a população sobre o projeto de transposição das águas. Lembro-me de ver Ciro Gomes, Heloísa Helena, deputados federais e estaduais. Eu já ouvia falar dessa gente, mas aquele era o primeiro contato que eu efetivamente estabelecia com essas figuras, e isso causou alguma euforia no adolescente de treze anos de idade que assistia ao evento. O engajamento que tive posteriormente com a Articulação Popular São Francisco Vivo, coordenada pela CPT, sem dúvida foi um ato que me lançou com mais força para os mundos ribeirinhos, incluindo uma atenção para o processo colonial de habitar os corpos humanos e outras existências por parte de estruturas do Estado e do mercado, como a SUDENE e a CODESVASF, nomes que daquele período em diante eu escutei várias vezes.

Em dezembro de 1959, o Congresso Nacional promulgou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia criada no mesmo bojo das políticas do presidente Juscelino Kubitschek para “fazer progredir a nação”. O foco desse ideal desenvolvimentista agora eram os Estados do Nordeste brasileiro e a região norte do estado de

Minas Gerais onde, segundo o relatório apresentado pelo Coronel Orlando Ramagem, operava a indústria da seca, dos trabalhadores fantasmas nas obras de estradas do DNOCS e o coronelismo (Ramagem, 1961)⁵¹. A SUDENE foi criada sob a promessa de enfrentar essas situações, com o objetivo de industrializar o Nordeste e parte de Minas Gerais, a partir da cessão, ampliação e facilitação da comercialização de terras, inclusive as localizadas nas margens do rio São Francisco (Araújo, 2009).

Desde sua criação, os incentivos da SUDENE – extinta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001 e recriada em 2007 durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva – permitiu a instalação de infraestruturas diversas nas terras próximas ao curso d'água do São Francisco e, conseqüentemente, a ocupação de seus mundos para atividades de irrigação, pecuária e energia. Articulada desde sua criação com o mercado, a Superintendência financiou projetos produtivos em larga escala e, com isso, incorporou insumos e defensivos agrícolas, além de mecanização especializada e grandes infraestruturas para a irrigação nas atividades de agriculturas que ocupavam as fazendas próximas e às margens do rio São Francisco.

Outra instância vinculada ao Estado brasileiro e criada para dar seguimento e sustentar o habitat colonial ribeirinho foi a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, a CODEVASF, criada em 1974⁵². Na página *web* da empresa, sua criação é descrita como parte da preocupação do Estado e dos constituintes de 1946 em tratar o rio São Francisco como fator importante para o desenvolvimento social e econômico do país. A CODEVASF substituiu a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que funcionava desde 1948. Durante o ano de 2022, a Companhia desembolsou mais de 330 milhões de reais para o que ela chama de “desenvolvimento em Minas Gerais”, com foco principal na aquisição de tratores, caminhões, retroescavadeiras, tanques de resfriamento de leite e investimentos em projetos de apicultura, psicultura, além de recursos destinados aos projetos de irrigação nas regiões de Pirapora, Jaíba e no rio Gorotuba (CODEVASF, 2023)⁵³.

⁵¹ RAMAGEM, O. **Relatório Ramagem**: relatório elaborado a pedido do presidente Juscelino Kubithesck sobre a seca de 1958. S/L, 1961.

⁵² Inicialmente instalada apenas para a região do Rio São Francisco, a empresa passou por uma reestruturação no início dos anos 2000 para incorporar regiões que não estão localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Em 2017, 2018 e 2020, novas leis foram publicadas para ampliar a abrangência da CODEVASF que, desde então, passou a atuar nas seguintes bacias, além do São Francisco e do Parnaíba: Gurupi, Paraíba, Mundaú e Tocantins, Jequiá, Munim, Pericumã e Turiaçu, Vaza-barris, Itapicuru e Paraguaçu, Pardo, Jequitinhonha e Mucuri, Araguari no Amapá e do rio Araguari em Minas Gerais.

⁵³ CODEVASF investe R\$330 milhões em ações para o desenvolvimento de Minas Gerais. **Codevasf** (site). Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2023/codevasf-investe-r-330-milhoes-em-aco-es-para-desenvolvimento-de-minas-gerais>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Figura 10 - Áreas de cultivo irrigadas por pivôs nas margens do rio São Francisco entre Três Marias e Buritizeiro/Pirapora.



Fonte: *Google Earth*. Organização do autor, 2024.

Ao lado, no meio, entre, por cima e por baixo dos mundos ribeirinhos operam a pleno vapor as formas de habitar coloniais, inclusive aquelas atualizadas em tempos pós-coloniais, que violentam os pescadores, as águas, as terras próximas ou distantes da beira do rio, os peixes, as plantas e outros que humanos. Se na colônia o habitar era marcado pela presença da *plantation* como uma composição de campos de cultivo, oficinas, casa-grande e engenho (Ferdinand, 2022), agora a *plantation* se instala sobre as formas de existências ribeirinhas a partir dos campos cultivados em círculos, dos grandes pivôs para irrigação com água e agrotóxicos e dos grandes galpões construídos para guardar os maquinários financiados pela SUDENE e pela CODEVASF.

Os mundos ribeirinhos no rio São Francisco continuam sendo transformados radicalmente com a instalação desse “quebra-cabeças de plantações”, para usar uma expressão de Malcon Ferdinand (2022, p. 58), que não apenas ocupa as paisagens ribeirinhas de outra forma, mas principalmente destroem as formas de existir Vivas e Não Vivas. Nesse sentido, a presença do Estado com o financiamento de infraestruturas para o agronegócio, a energia e a mineração é “um imperialismo ecológico, um imperialismo socioeconômico e político que subjuga humanos e não humanos a essas plantations; e um imperialismo ontológico, ou seja, a imposição de uma concepção singular do que são a Terra e seus existentes” (Ferdinand, 2022, p. 59).

O Estado, portanto, opera em articulação, parceria e sustenta parte das empresas do agronegócio, do setor elétrico e da mineração para transformar os mundos ribeirinhos num aglomerado de círculos, onde são cultivados soja e milho, em detrimento de uma variedade de

plantações cultivadas pelos vazanteiros. Nessa lógica, na beira do rio – uma das partes do mundo do São Francisco – só são possíveis relações de mercado que possibilitem a extração cada vez mais veloz de valores e lucro. Os vazanteiros e pescadores, para os quais o mundo do rio não é somente a água, os peixe ou a vazante, são retirados violentamente para tornar possível a produção de *commodities* de exportação. Quando não são expulsos pelos jagunços, como seo Clarindo foi em 2017, o Estado deixa morrer esses e outros sujeitos para quem o rio é uma composição, um mundo de coisas vivas e não vivas, um mundo ribeirinho.

Enquanto conversávamos sobre as mobilizações da Comunidade Canabrava para retomar e viver no seu território, seo Clarindo me contou que *a moda hoje é as terras da beira do rio*. É provável que desde as sesmarias, as Bandeiras, com os coronéis mandando e desmandando, com a Lei de Terras, com a SUDENE, a CODEVASF e outras estruturas do Estado e do mercado para ocupação do São Francisco, as terras às suas margens tenham sido sempre terrenos de especulação e disputas. Afinal, as fazendas de pecuária precisavam das águas para dar de beber ao gado; os engenhos de rapadura precisavam da força da água para movimentar os moinhos; e as obras da SUDENE precisavam, por exemplo, de irrigação constante, já que em toda a região Nordeste e no Norte de Minas a precipitação das chuvas é diferenciada, e as culturas agrícolas trazidas de fora para serem cultivadas ali demandavam água em grandes volumes.

Mas, seo Clarindo observa que depois da grande onda de plantio de reflorestamento na região de Buritizeiro e Pirapora, especialmente com as plantações de eucalipto e de pinho, as terras mais distantes da margem do rio estão destruídas. A beira do rio é, portanto, a última fronteira do agronegócio – que avança sobre as margens e destrói formas de existir no e com o rio. Obviamente, os impactos são sentidos. Algumas espécies de plantas que seo Clarindo e sua família têm na dieta alimentar, por exemplo, não vingam mais quando plantadas na vazante.

Seo Clarindo: Aí, isso ali, ó! Milho, tá vendo? Milho crioulo. Com esse milho aí nós fazemos uma roça. Mas lá, a gente não colhe essa mesma qualidade que a gente vai colher aqui. Porque aqui você vê que não tem outro milho transgênico por perto, e lá nós já tamo cheio de transgênico. Tudo quanto é lugar tem milho transgênico. Então pra gente conseguir apurar uma semente crioula, tem que ser aqui. Aqui é tipo um laboratório da gente. Por lá, contamina. Tem lugar na beira do rio aqui, ó [torna pegar a agulha de tecer rede para desenhar no chão e me mostrar] que o pivô já tá chegando na beira do rio. Então o pólen do milho ele vai longe. Você planta, quando você pensa que não o milho tá chocho, ele dá uma espigona dessa grossura, mas se você for comer, praticamente é quase só sabugo. Então, fica difícil, porque é o milho que eles usam mais é pra óleo, é pra cilagem, então fica difícil. Aí a gente faz esses canteirinho e cuida, porque aqui não tem veneno nenhum, é só com o adubo orgânico. Então daí é que a gente tira pra fazer a rocinha da gente, pra conseguir colher uma quantidade melhor.

Aí pra você apurar de novo, você tem que tornar trazer pra um lugar distante e tornar plantar pra dá de novo uma semente, que você possa tá cultivando.

A narrativa preocupada de seo Clarindo, nesse e em outros momentos da nossa conversa, como também as observações de outros interlocutores sobre as causas dos *contratempos*, indicam a camada de processos históricos que constituem a catástrofe ambiental em curso. As mudanças não serão provocadas apenas pela barragem anunciada – contra a qual já existe uma luta organizada. As transformações no tempo do calendário e no tempo climático vividas pelos ribeirinhos com outros existentes no e com o São Francisco emergem não como uma ameaça futura, mas no meio do acúmulo de sedimentos das barragens já construídas; do veneno despejado na terra em que estão as lagoas marginais; e no plantio cada vez mais constante de transgênicos que não deixa nascer e faz morrer o milho crioulo plantado por seo Clarindo. Meses antes, Babau também havia me dito que a água tinha *virado um comércio grandioso*, porque cada um queria *tirar seu copo d'água* do rio, principalmente as empresas do setor hidroelétrico.

Figura 11 - Eucalipto plantado na região abastece as indústrias siderúrgicas instaladas em Pirapora.



Foto: João Zinclar, 2006. Fonte: Arquivo CPT Nacional.

Os *contratempos* não estão no futuro, sabemos; tampouco atingem apenas o corpo-fluxo d'água, na medida em que o espaço-tempo do rio é uma existência entrelaçada, complexa e

coletiva. Nesses termos, até o quintal de seo Clarindo no perímetro urbano de Buritizeiro, distante alguns quilômetros da Comunidade Canabrava, na beira do rio, faz parte desse modo de existir – esse é um dos aprendizados etnográficos que nos lega esta pesquisa. Assim, mesmo que os produtos químicos lançados nas plantações de soja e de milho não alcancem diretamente a água, eles destroem a terra, as pedras e os ventos que circulam as águas. Tudo isso é parte da existência ribeirinha.

Revestida das velhas e novas roupagens para colocar em marcha de desenvolvimento esta nação e o vale do São Francisco, a operação de uma economia da *plantation*, vizinha da comunidade em que pesca e planta seo Clarindo, impede que outras formas de existência se manifestem, existam e se entrelacem. Para *produzir dinheiro e produzir dólar*, como me falou o pescador, o poder que opera entre as formas de existir no e com o rio São Francisco é o mesmo que, desde o tempo da colonização, decide o que é Vida e Não Vida, quem é amigo ou inimigo, digno ou não de cuidado, de proteção e da possibilidade de continuar existindo.

Todavia, o geontopoder aqui opera sob a pressão de uma catástrofe futura, das mudanças climáticas que vão chegar, e não dos *contratempos* nos quais estão imersos ribeirinhos e outros que humanos. Pode até parecer que o horizonte desenvolvimentista, para o qual o Estado e o mercado marchavam sem freio, mudou em resposta à crise climática por vir, mas isso só em aparência. Mudam-se as narrativas, operam-se outras práticas, mas o resultado buscado é sempre o mesmo: continuar produzindo valores, lucro, a partir de grandes obras e empreendimentos de grande impacto. Nesse sentido, se antes era “só” a hidrelétrica a afetar a região de Buritizeiro e Pirapora, hoje o território recebe a instalação massiva de grandes conglomerados para a produção de energia fotovoltaica. Meu pai e minha mãe me contaram, nos dias que estive por lá entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, que várias pessoas conhecidas arrendaram ou venderam seus lotes para a instalação da nova promessa de “energia sustentável”: as placas solares.

No dia 21 de fevereiro de 2024, o prefeito municipal de Buritizeiro postou um vídeo em sua rede social, o *Instagram*, no qual informava que a cidade iria receber nos próximos meses a instalação da maior usina de energia solar de Minas, “gerando emprego e desenvolvimento” – empreitada aventada após conversas com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Poucos dias depois, o prefeito de Pirapora também noticiou uma visita feita no dia 28 de fevereiro de 2024 a uma usina fotovoltaica flutuante, tecnologia implementada por uma empresa privada na cidade de Pindamonhangaba – SP. No comunicado publicado em uma rede social, o representante do poder executivo municipal informou que esse pode ser um projeto futuro para “levar o desenvolvimento para a nossa cidade” [Pirapora]. Na mesma região, outras

áreas foram eleitas para a instalação de usinas e geração de energia solar, incluindo o complexo fotovoltaico de Helio Valgas, na cidade de Várzea da Palma, distante 40 km de Buritizeiro ⁵⁴. O complexo foi inaugurado em novembro de 2023, com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que em seu discurso colocou ênfase no compromisso do governo brasileiro com a transição energética e com a “descarbonização da economia” ⁵⁵.

Eu não havia colocado atenção sobre o avanço dos parques para produção de energia solar na região até que meu pai e minha mãe comentassem sobre a especulação em terrenos dentro do perímetro urbano de Buritizeiro, mas principalmente até que seo Clarindo me dissesse que

Seo Clarindo: Agora mesmo quer cobrir o lago de Três Marias de placa. Fazer as placas agora pra colocar na água. Isso vai virar um caldeirão lá, vai acabar. Os local que não é coberto na água, com a placa, é os local que eles tão querendo fazer a pesca, a criação de peixe. Mas, aonde for pra cobrir de placa, é cobrir de placa de um lado e criação de tilápia do outro. Aí, dentro do próprio rio.

Sobre a água do lago da represa de Três Marias, essa infraestrutura que mutilou o corpo do rio e continua alterando bruscamente as distintas formas existência para produzir energia, agora querem instalar painéis fotovoltaicos para produzir energia solar, sob a justificativa de que para salvar a si mesmos, alguns humanos, o Estado e o capital das mudanças climáticas e da catástrofe que vai chegar, é preciso efetivar uma transição energética para uma “energia limpa”, como afirmou Alckmin na inauguração em Várzea da Palma. Os modos de ocupar e governar a diferença e os mercados, como lembra Povinelli (2023), está evidente, mais uma vez, ou melhor, se atualiza quando o Estado brasileiro e as empresas do setor elétrico mantêm suas operações baseadas no poder de decidir que a água, os seres nela viventes e outras formas de existir que compõem o rio São Francisco devem ser ignoradas, porque “x humanos são mais importantes do que rochas” (Povinelli, 2023, p. 20).

Sobre a *água choca* e sem oxigênio das águas barradas em Três Marias, querem instalar placas solares como promessa de salvação diante da catástrofe futura. Um movimento que tenta,

⁵⁴ Em Pirapora-MG, está instalada uma das maiores usinas fotovoltaicas da América Latina, o Completo Solar Pirapora. A infraestrutura está em operação desde 2017 e, atualmente, opera com mais de um milhão de painéis solares fotovoltaicos. Na mesma região norte-mineira, na cidade de Jaíba, está em funcionamento o Complexo Sol do Cerrado, com cerca de 1,4 milhões de painéis para atender a mineradora Vale. Em 2023, a Vale afirmou que as 17 usinas que formam o complexo fazem parte do seu projeto para alcançar as metas climáticas de redução da emissão de carbono até 2030 e da completa eliminação até 2050.

⁵⁵ Cf. PLANALTO. Giro pelo país: Alckmin inaugura mega usina de energia solar em Minas. **Gov.br**. 09/11/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/alckmin-inaugura-megausina-de-energia-solar-em-mg>. Acesso em: 20 fev. 2024.

por um lado, negar o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, causando mais *contratempos*; e, por outro, recriar as narrativas de progresso enquanto o futuro nunca chega. Interessa ao Estado, à CEMIG, às mineradoras, às empresas de produção de energia fotovoltaica e aos fazendeiros do agronegócio continuar operando a partir daquilo que Malcon Ferdinand (2022) chamou de “dupla fratura da modernidade”, ou seja, a partir da negação de que o poder que exercem sobre as formas de existência no e com o São Francisco desconsidera as relações e composições de humanos e outros que humanos.

Nos relatórios e estudos de impacto, em notas técnicas da CEMIG ou da Vale sobre o rompimento em Brumadinho ou nas reportagens sobre a chegada dos parques solares na região, essa dupla fratura está evidente nas narrativas que tratam separadamente os impactos ambientais, os impactos sociais, ou ainda, a geografia, a geologia, a economia, a cultura dos locais afetados. É do interesse do capitalismo que os mundos ribeirinhos continuem sendo ocupados a partir e com o objetivo de fraturar ainda mais o que é considerado ambiente e o que é considerado cultura ou sociedade. Para continuar a extrair valores da Vida e da Não Vida, mesmo que seja supostamente para salvar a “Humanidade” de uma catástrofe que vai chegar, a dupla fratura entre a história ambiental e a história colonial importa porque ela pode sublimar as violências pelos quais passam indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiros e outros ribeirinhos e/em seus mundos ribeirinhos.

Sobre os cadáveres das muitas toneladas de peixes mortos, pelo menos desde 2007 no vertedouro de Três Marias e a jusante dela, foram depositados os rejeitos do minério da barragem da Mina do Córrego do Feijão a partir de 2019. No meio deles, agrotóxicos lançados aos montes nas plantações de soja e milho. Rejeitos e agrotóxicos no fundo do rio, incrustados nas pedras da cachoeira, em Buritizeiro e Pirapora, ou sedimentados no fundo das águas são mais uma camada da catástrofe que vem ocupando o corpo do São Francisco.

Implementar placas solares no lago de Três Marias, sob o risco de fazer a água *virar um caldeirão*, transformar ainda mais a temperatura e, conseqüentemente, impossibilitar a reprodução dos peixes é uma tentativa do capital industrial de encobrir as camadas da catástrofe ancestral do colonialismo e do capitalismo que têm provocado os *contratempos*. Direcionados a um horizonte em que o futuro promete desenvolvimento e qualidade de vida, o Estado, a CEMIG e, agora, as empresas de produção de energia solar negam as ocupações que aconteceram e que violentaram os corpos indígenas, negros, os corpos da águas, da terra, das rochas, dos peixes, da superfície e do fundo do rio. Negam, portanto, que a catástrofe climática, para a qual estão em busca de soluções urgentes a partir da transição energética e da descarbonização, tem sua gênese nas práticas ainda vigentes que nomeiam e marcam a

existência como coisas Vivas ou Não Vivas, e sobre elas querem ocupar com seu poder. Tampouco, reconhecem que essa catástrofe não é provocada pela “ação humana”, mas por um capitalismo industrial que, sob o jugo de alguns humanos, outros e demais formas de existir são mutilados, mortos, afogados, barrados, decapitados, perseguidos, ameaçados.

Nego Bispo defende que a contracolonização é o que nos protege da cosmofobia, da aversão que os humanos – eu diria alguns deles – têm das outras formas de existir. Os meus interlocutores criam contracolonizações, porque não aceitam a continuidade do habitar que violenta e transforma bruscamente os mundos ribeirinhos, isso é, a colonização sobre suas subjetividades, relações sociais e sobre o meio ambiente. Entre os escombros e denunciando esse habitar, eles forjam cotidianamente alianças para refundar ecologias vivíveis, que considerem a pluralidade dos seres nessa cosmopoética ribeirinha – uma criação constante do rio São Francisco e dos seus mundos a partir das histórias, subjetividades, relações e ambientes.

Entre os *contratempos*, pescadores, vazanteiros e o artista, como veremos no capítulo seguinte, denunciam que as águas estão contaminadas pelos sedimentos dos colonizadores. O que está no fundo do rio são rejeitos de minério, por exemplo, mas o habitar colonial deixou destroços também nas subjetividades e nas relações sociais, e esses sedimentos catastróficos não podem ser lidos apenas como impactos ambientais, porque os alertas emitidos pelos interlocutores desta pesquisa mostram que os efeitos das ocupações coloniais e hidrelétricas se prolongam sobre as histórias de pessoas, famílias e outras existências Não Vivas. As criações teimosas e as alianças afetivas e existenciais que desconfiam e denunciam as promessas de um futuro melhor prometido pelos projetos de barragens e mineração são, como escreve Deleuze e Guattari (2004), um lançar-se para a frente, um imprevisto que se junta ao mundo e se funde com ele. Em aliança com outras existências, as pessoas que encontrei em Buritizeiro e Pirapora estão lançando-se teimosamente para frente, numa tarefa ao mesmo tempo ética, estética, política e ontológica.



ALIANÇAS

3 TERCEIRO CAPÍTULO: ALIANÇAS

Era tarde do dia 02 de fevereiro de 2024, festa de Iemanjá e de Nossa Senhora das Candeias, quando estacionei o carro próximo à rua Coronel Quintino Vargas, no centro de Pirapora, e liguei para davi, que veio até o portão me receber. Não lembro de tê-lo abraçado quando nos conhecemos na minha adolescência e na sua infância. Foi o primeiro abraço, seguido do convite “*vamos entrar!*” O sol estava rachando no meio do céu quando abracei também seu companheiro, Caio Esgario, agradecendo pela acolhida, especialmente a davi que desde as primeiras mensagens por *WhatsApp* havia se colocado à disposição para uma conversa, um café e um biscoito, quem sabe.

Na varanda com piso vermelho, como pequenos tijolos, uma carranca de cerca de um metro ladeia um dos lados da porta de entrada para a casa aconchegante: proteção ribeirinha. Tirei as sandálias e entrei para a sala, onde davi me apresentou o Caio. Ao me sentar, meus olhos navegam pela sala inteira. Minha mãe me diria para deixar de “*reparar na casa dos outros, nas coisas dos outros*”, mas a sala da casa de davi e Caio transborda os mundos ribeirinhos: as cores terrosas do sofá e das almofadas, a tinta que cobre as paredes, os móveis amadeirados, o suporte da luminária, a foto na parede central, a garrafa de café quente com cravo. Em cima de nossas cabeças, do lado em que eu estava sentado, havia pendurada uma carcaça de cabeça de peixe. As cores terrosas fizeram-me lembrar de que, naquele mesmo período, as águas do São Francisco estavam barrentas, por causa das chuvas das últimas semanas e das enxurradas que levam as águas dos córregos e de outros rios para desaguar no corpo d’água do Velho Chico.

Figura 12 - O abraço ribeirinho na varanda da casa de davi.



Foto: Caio Esgario, 2024.

Mais uma vez, mesmo distante fisicamente das margens do rio, como também acontecera no encontro com seo Clarindo, observei que os mundos ribeirinhos se compõem, se movimentam, se encontram, se aliançam. O processo de criação que observo no trabalho de davi de Jesus do nascimento não explora o rio, nem como um recurso natural, muito menos como um cenário inerte a ser pintado, fotografado, filmado. davi faz mundo com o São Francisco, recolhendo memórias da história de sua família com o rio⁵⁶, invocando carrancas e

⁵⁶ No início da minha conversa com davi, pensava que as fotografias do acervo de sua família eram apenas memórias. Porém, inspirado pelas provocações de Marisol de la Cadena (2020) sobre sua pesquisa nos arquivos de Mariano e Nazário Turpo, conheci mais adiante que o que me contou davi não eram apenas memórias, mas aquilo que Marisol chama de outra prática de tempo-lugar. As memórias que davi recolhe com sua família não são apenas objetos, e aquilo que está impresso nas fotografias é importante, mas outras práticas, relações e histórias também são para que o artista possa criar com esses objetos, de forma especial com aquilo que aconteceu nas relações entre os mundos ribeirinhos do São Francisco.

outros seres que vivem na proa dos barcos ou no *sorvedouro* – no fundo das águas – singrando com seu pai, Davi, no barco a vela construído para exposições ou juntando frutos de tamarindo para jogar no abraço das tarrafas.

Desde que comecei a acompanhar o trabalho de davi pelas redes sociais e em visita a algumas de suas exposições, instiga-me a aliança que ele faz com distintas formas de existir com o São Francisco: os peixes, os barcos, as águas, as corredeiras em Pirapora, as águas barrentas, as carrancas, os pescadores, sua família barranqueira. Neste capítulo, minha proposta é descrever algumas alianças entre essas diferentes existências humanas e outras que humanas. De forma mais detalhada, concentrarei a minha descrição no processo criativo do trabalho de davi, incorporando sempre que possível criações de outros interlocutores com os quais conversei: Geraldo, seo Clarindo, Jânio e meu pai, além da própria criação etnográfica que me proponho com esta dissertação, visto que esta pesquisa foi radicalmente afetada pelos encontros no campo. Na sala da casa do artista, o local de nosso último encontro, observei um emaranhamento de formas de existência e de criação que não imobilizam os registros ecológicos da subjetividade, das relações sociais e do meio ambiente.

A inspiração que tomo para pensar o processo criativo e as alianças vem do conceito de ecosofia, de Félix Guattari (2012). Para Guattari, diante das profundas transformações técnico-científicas e dos desequilíbrios ecológicos, somente uma articulação ético-política entre a subjetividade humana, as relações sociais e o meio ambiente serão capazes de ajudar a esclarecer o que estamos vivendo, bem como as formas de viver daqui em diante. Essa articulação, diz ele, deverá se estender não apenas àquilo que está no plano das visibilidades, “mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo” (Guattari, 2012, p. 9).

Saliento, desde já, que não se trata de aplicar ou de fazer caber dentro do conceito de ecosofia os processos criativos que são forjados cotidianamente pelos meus interlocutores entre os mundos ribeirinhos. Tomo emprestada a proposta ecosófica, porque ela tem me ajudado na leitura, no pensamento e no “fazer-mundo” que encontrei com davi, seo Clarindo, Geraldo, Jânio, meu pai e com os reencontros que tive com minhas memórias ao retornar para Buritizeiro. Não se trata, portanto, de uma teoria que se impõe para dominar os mundos ribeirinhos nos seus três planos – mental, social e ambiental –, mas de uma possibilidade de descrever esses mundos, num momento em que pescadores, vazanteiros, artistas e outros que humanos no São Francisco são assediados e assombrados pelo projeto da UHE Formoso, enquanto lutam para existir entre os sedimentos do habitar colonial sobre seus mundos.

Além disso, encontrar as criações artísticas e políticas com meus interlocutores me ajudou a conhecer como se compõem as lutas pela existência no e com o rio, em meio ao habitar colonial e aos *contratempos*. Geraldo e seo Clarindo narraram, em nossos encontros, diferentes modos de estar com o rio e lutar por sua existência. davi, ainda que no início de nossa conversa não tenha reconhecido seu trabalho como uma resistência aos projetos de mineração e hidrelétricas, foi mais tarde lembrado por Caio de que sim, sua pesquisa e as obras que apresenta são *um compromisso com o São Francisco*.

Todos eles, em alianças com as águas, os peixes, as carrancas, os parentes já falecidos – encantados nas águas – e outros seres, fazem-mundo com a pluralidade de humanos e outros que humanos. Malcom Ferdinand (2022) me instiga a pensar, com sua proposta de fazer-mundo, que a resistência contra os projetos de energia elétrica, mineração e das fazendas instaladas nas margens do São Francisco não é apenas uma resistência pelo rio ou pela natureza, mas contra a fratura colonial que continua operando para apartar pessoas, relações sociais e natureza. Portanto, a tarefa diante da crise ecológica que vivem pescadores, vazanteiros, artista e outros seres com o São Francisco, desdobra-se nos planos ontológico, estético e político, nesse sentido, as criações de davi e dos pescadores buscam rearticular as esferas mental, social e ambiental, todas elas devastadas pela ânsia do colonialismo e do capitalismo, para quem o rio é apenas um recurso a ser explorado.

As criações estéticas de davi “*se derramam*”, como ele mesmo diz, a partir das alianças com aquilo que, muitas vezes, é chamado de meio ambiente ou de natureza, que é o rio São Francisco: as águas, os peixes, os pássaros, os ventos, as madeiras descendo rio abaixo. O que chamo de alianças entre diferentes existências nos mundos ribeirinhos, especialmente entre o artista, as águas, os cheiros, os pescadores, as carrancas e os seres do *sorvedouro*, não significa, nem de longe, uma tentativa de tornar todas essas formas uma composição única, uma imbricação homogênea entre ribeirinhos humanos e a natureza.

Para refletir sobre as alianças suscitadas pela arte de davi, tomo emprestadas as reflexões de Cecília Mello (2017), para quem esses arranjos não são uma síntese que pode solucionar a oposição entre natureza e cultura ou, no caso da minha pesquisa, entre o artista e outras formas ribeirinhas de existir. As alianças de davi com as águas, com as carrancas e outros seres que vivem no fundo das águas não apagam as singularidades e os processos de subjetivação do artista, que conforme narrou, estão imbricados em transformações sociais e ambientais, como o alagamento da região de Casa Nova para a construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia.⁵⁷

⁵⁷ A Usina Hidrelétrica de Sobradinho foi construída entre 1973 e 1979, a montante das cidades de Juazeiro - BA e Petrolina - PE, com o objetivo de regularizar a vazão do rio São Francisco e gerar energia elétrica. A formação

Quero narrar primeiro algumas histórias recolhidas na conversa com davi, porque elas me ajudaram a pensar sobre o seu processo de criação como produtor de subjetividades individuais e coletivas e porque movimentaram, sem dúvidas, sentidos múltiplos para as relações sociais com sua família, especialmente com memória de sua mãe, de suas avós e de seu bisavô, João das Queimadas, de seu pai, Davi, de seu irmão Danilo, com outros barranqueiros e barranqueiras. Além disso, o processo de criação movimentado por davi produz outros sentidos para as lutas políticas contra os empreendimentos hidrelétricos e minerários que habitam ou ameaçam habitar os mundos ribeirinhos.

3.1 Criações ecológicas subjetivas

Enquanto se *derramava*⁵⁸ sobre nossa conversa, davi começou a me contar aquilo que marca o seu processo de criação e suas inquietações sobre as histórias que eram e são contadas sobre Pirapora e sobre o rio São Francisco.

Eu acho que é isso, porque acaba que, eu sempre senti essa agonia porque quando tinha como contar as coisas de Pirapora, eu ficava: Gente, mas não é bem assim, não. Não são bem essas pessoas que têm que falar. Porque vira muito folclórico, e aí a coisa não caminha para um lugar bom.

A agonia que ele sentia provocou a criação de alianças ético-estéticas e políticas para contar outras histórias em que fosse possível falar sobre a cidade, sobre o rio, mas especialmente sobre outros corpos humanos, o seu próprio corpo dissidente, os corpos e as trajetórias de sua família que foi expulsa de Casa Nova, na Bahia, por causa da construção da barragem de Sobradinho. Enquanto as criações artísticas sobre Pirapora – que na sua grande maioria tem

do reservatório da barragem inundou e fez desaparecer sete municípios da Bahia, entre eles Casa Nova, onde viviam os familiares de davi. A operação da usina iniciou em 1979, depois de seis anos de construção, e forçou a migração de cerca de 50 mil camponeses que viviam nas ilhas e nas margens do São Francisco nesses municípios e em pequenos povoados. Na famosa canção da dupla Sá y Guarabyra, chamada “Sobradinho”, são cantadas a arrogância do “Homem” que quer dominar a natureza para construir a hidrelétrica, além da despedida sem possibilidade de regresso às cidades que foram alagadas: “Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho. Adeus, adeus!” A tese de doutorado de Ana Luiza Martins Costa, publicada em 2013 no livro intitulado “Uma retirada insólita”, a antropóloga narra a experiência vivida pelos camponeses ribeirinhos com a subida excepcional e definitiva do São Francisco, transformado em lago para geração de energia. O represamento do rio para a formação de Sobradinho transformou as experiências e as formas com as quais as pessoas se relacionavam com o espaço e com o tempo naquela região: beira do rio, seco, molhado, caatinga, vazante. A etnografia de Costa ainda descreve o movimento de deixar suas casas e suas terras como uma retirada. Muitos ribeirinhos, diz ela, só se retiraram no momento em que a água atingiu as casas. Aos olhos dos agentes da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), essas pessoas eram atrasadas, teimosas e ignorantes.

⁵⁸ Em muitos momentos de nossa conversa, bem como em criações escritas, davi utiliza a expressão *derramar* para se referir a fazer chegar, transmitir, oferecer algo, criar alguma coisa. Utilizo esse enunciado porque, a meu ver, davi não apenas me contou histórias, mas fez chegar a mim, me ofereceu algo além de apenas mostrar suas criações. Ao se *derramar*, davi espalhou o rio e me fez alargar a criação etnográfica para além da busca inicial.

relação direta com as águas do Velho Chico, com a Ponte Marechal Hermes e com o Vapor Benjamim Guimarães – ficarem sob o domínio de algumas pessoas oriundas de famílias de sobrenome famoso na cidade, “*a coisa não caminha para um lugar bom*”. Isso porque, além de folclorizar, como observa davi, essa produção encontra quase sempre a serialização, a reprodução em massa, para ser capturada pelo mercado e comercializada.

Outras gerações de artistas têm se *derramado* em Buritizeiro e Pirapora nos últimos anos e, com davi, também compõem com seus corpos dissidentes suas narrativas políticas, seus alertas sobre os perigos que assombram os mundos ribeirinhos. Na luta contra a instalação da UHE Formoso e de outros empreendimentos, por exemplo, Pedro Surubim e Priscila Magela criaram artes musicais para denunciar que gente afogada não bebe água, junto às fotografias de Danilo Nascimento, irmão de davi⁵⁹. Brenda K. Souza, nascida e criada em Buritizeiro, vivendo atualmente em Brasília - DF, pesquisa e escreve mergulhada nas memórias barranqueiras, com sua família, as águas, as margens, as/os amigas/os⁶⁰.

O processo de produção artística que encontro com davi de Jesus do Nascimento é um contraponto àquilo que Félix Guattari (2012) descreve como uniformização e produção serializada. Sublinho, desde já, que algumas obras de davi são comercializadas por galerias em outras cidades, mas o próprio artista, como veremos adiante, é mobilizado por preocupações sobre quais coisas podem ser vendidas, observando aquilo que ele quer proteger, como as composições bioquímicas dos elementos e algumas histórias familiares.

A criação artística se desloca daquilo que o artista-*bricoleur* reconhece como um lugar folclórico uniformizado, porque a partir das suas pesquisas, da sua forma de escrever e de *levitar tudo*, como me disse, davi renomeia as coisas. Ele *pira com as palavras e com tudo*; vê a realidade não apenas na superfície, mas em camadas, em composições subjetivas, históricas e invisíveis. Ele vê a realidade ribeirinha não apenas como o Benjamim Guimarães, último barco a vapor em funcionamento no mundo, responsável por transportar uma multiplicidade de pessoas no curso navegável do rio. Ele escutou de seu pai a história de que quem viajava na parte de cima do barco eram as pessoas que *tinham dinheiro*. No andar de baixo, as pessoas

⁵⁹ Convido a leitora e o leitor a conhecerem o trabalho de Priscila, Pedro e Danilo. Priscila, como diz em sua descrição no perfil do Instagram, é “Cantadeira, atriz, poeta e Compositora do Rios, em especial o Velho Chico meu verdadeiro amor que me ensinou a cantar com a própria VOZ DO RIO” (https://www.instagram.com/priscila_magella/). Pedro Surubim é um amigo de infância, do tempo em que éramos coroinhas nas paróquias de Buritizeiro e Pirapora. É músico, compositor e pesquisador do barranco do rio (<https://www.instagram.com/osurubim/>). Danilo Nascimento guarda e semeia imagens ribeirinhas em sua página, e frequentemente é visto criando com seu irmão e outras/os artistas barranqueiras/os (<https://www.instagram.com/bichocarranca/>).

⁶⁰ Lamentavelmente, o curto período de pesquisa não permitiu conversar com essas pessoas e outras, inclusive. Não tenho dúvidas que de outras/os artistas estão criando em aliança com os mundos ribeirinhos em Buritizeiro e em Pirapora, e esse poderá ser um bom motivo para continuar os encontros, mesmo após a conclusão do mestrado.

pobres, incluindo as crianças que sentiam vontade de comer as maçãs que os de cima tinham acesso.

Ele ainda observa que *existe um hiper-realismo* do que realmente vê *em cima dessa água inteira de Pirapora*, talvez para me ajudar a lembrar de que o seu processo de criação cosmopoética faz *levitar*, para usar uma expressão do próprio davi em relação às existências que compõem os mundos ribeirinhos. A criação de davi esmiúça os detalhes, não apenas técnicos, de pintura, de vídeo ou de fotografia. É uma criação hiper-realista, porque desloca o olhar dos lugares conhecidos de representação do rio, como as pinturas que tematizam a ponte e as corredeiras expostas nas paredes das casas de muitos piraporenses, e faz *levitar* outros mundos ribeirinhos a partir de palavras, pinturas, fotografias e vídeos. Nessas produções, o artista não sublima seu processo de subjetivação, que ele mesmo diz provir de um corpo *interiorano, LGBTQIA+ e todas essas camadas*; tampouco, imiscui-se na abstração e no esquecimento de que a sua e outras famílias foram atingidas pelo habitar colonial promovido pela CHESF, quando na construção da barragem de Sobradinho. Trata-se de um processo de criação hiper-realista, como descreve Beatriz Lemos ao falar sobre a série *exorcismos de dor*, porque o trabalho de davi

Afirma e celebra as múltiplas existências, desde as humanidades, não humanidades e seus híbridos, que dali pertencem. A série fotográfica também traz ao debate a cosmopercepção que desconsidera relações opressoras e tirânicas entre espécies, desvinculando as hierarquias ao propósito do capital e do extrativismo e ancorando aos seres vivos um ambiente natural de coparticipação e comunhão (Museu Paranaense, 2024, p. 54).

Quando cria obras, séries, e ainda quando faz *levitar* palavras e narrativas a partir do acervo fotográfico analógico de sua família, sua produção artística pode ser descrita como aquilo que, no movimento cultural Arte-Manha, Cecília Mello chamou de um “um certo modo específico de estar e agir no mundo, ou mais precisamente, de lidar com um mundo povoado por seres vivos e não vivos e pelas múltiplas potências que deles irradiam” (Mello, 2017, p. 32).

No caso da criação de davi, seu mundo é povoado por múltiplas formas de existência, de vivos e não vivos, além das “saudades que banham seu trabalho”, como narra Beatriz Lemos num texto crítico para o catálogo da exposição individual *mau da língua*, que esteve em cartaz no Museu Paranaense até março de 2024 com um conjunto de obras do artista. Uma dessas saudades é a de sua mãe, Eliane, que faleceu em 2013. Ao contar sobre o início de seu projeto criativo, davi se lembra de que aquele período “*Foi muito marcado pela morte da minha mãe, né? Teve a coisa da morte dela em que também através do meu trabalho eu consegui.*

Porque assim eu consegui dizer de um jeito... é que eu falo para todo mundo que ela morreu afogada”.

Criar esteticamente, compor suas criações com aquilo que vive e aquilo que não vive, inclusive com o que já morreu, é uma opção ética, estética e política que o artista assume cotidianamente. Na arte, davi conseguiu falar sobre a morte da mãe *de um outro jeito*, além de *proteger camadas íntimas* que afetam ele e a sua família. Falar para todo mundo que ela morreu afogada é uma criação subjetiva, não apenas individual, mas coletiva, composta por davi, por sua família, pelas águas do rio, pela memória⁶¹. Ao saudar o que morreu, o artista espera a vida, ou ainda, “em uma ponta, o passado é retrospecto. Mas, retroagindo no tempo, o passado é, na outra ponta, prospecção, instantaneidade, passagem. Saudar e esperar a vida, portanto, são duas tecnologias criadoras da memória” (Pereira, 2023, p. 214).

Existe uma série de intercessores e intercessoras que trabalham com davi para tornar sua criação situada. São essas intercessões que fazem com que seu trabalho não se perca. Intercessores, diz Gilles Deleuze (2013), são essenciais para a criação e para a obra.

A criação são os intercessores [...] Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas, cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos (Deleuze, 2013, p. 160).

Na produção de sua arte, observo que os intercessores são múltiplos. A criação é atravessada por movimentos de e entre humanos e outros que humanos, encontrados na memória, nos tempos, lugares, nos fluxos do corpo d’água do São Francisco, nas carrancas e nos seres do *sorvedouro*. São a esses intercessores que davi recorre, mas também fabrica, inventa, cria; pois eles não estão sempre dados, são fabricados. Para que algo seja criado, para que davi pinte uma aquarela, escreva um texto, e mesmo para que possa brincar com uma foto do acervo, é preciso que algo ou alguém, visível ou invisível, trabalhe com ele. É o reconhecimento de que não se cria sozinho, é preciso convocar a memória de seu pai, dos peixes, das águas, das carrancas, das suas avós, do seu irmão.

⁶¹ Tomo como inspiração a etnografia de Renan Martins Pereira (2023) que, em sua tese de doutorado, descreveu o distanciamento operado na antropologia entre duas questões fundamentais da própria etnografia, a saber: memória e ecologia. No terceiro e quarto capítulos da tese, Renan analisa a memória dos conflitos em Floresta, a memória dos velhos vaqueiros do sertão, a memória da seca e a memória da fartura dos tempos das antigas fazendas de gado naquela região. O argumento principal do seu trabalho é de que essa memória não significa um retorno ao passado, mas, sem dúvidas, um elemento que compõe a criação e o aprimoramento da realidade. Nesse fluxo, a saudade não seria uma retrospecto, e a esperança não seria mera especulação. Os vaqueiros se aprofundam ecologicamente no passado através da “memória-lembrança”, ao passo que a atenção à vida presente é criada pela “memória-percepção”.

Ao fazer arte, davi cria subjetividades individuais e coletivas, como a morte de Eliane. São ecologias que podem ter permanecido por algum tempo sem consciência no seu corpo e nas suas memórias. Nesse sentido, recorro novamente a Deleuze (2013), para quem a verdade não seria pré-existente, na medida em que “dizer a verdade é uma criação implica que a produção da verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria” (Deleuze, 2013, p. 161). Quando *fala para todo mundo que ela morreu afogada*, davi compõe com “um modo de reorganizar a morte de ou de trazer o corpo para ser testemunha de um movimento que não cessa de fazer-se”, como escreveu Brenda K. Souza no encarte da exposição na *boca da noite, os muruins*. Não é apenas sobre como morreu, mas inclusive sobre como viveu, como pescava, como chamava por davi e seus irmãos depois de brincarem na rua ou de passar o dia *na casa duzoto*. Numa postagem no *Instagram*, davi recorda os dez anos desde que Eliane “morreu afogada no calor da água” e diz que a barranqueira, sua mãe, “torou o segredo de nossas mortes e está viva em cada barco. ela é o rio”⁶².

A criação da verdade que encontrei no trabalho artístico de davi está relacionada àquilo que o próprio artista narrou como uma *proteção da memória das coisas íntimas*. Ao contar sobre a vida e a morte de Eliane, davi protege o que é íntimo, aquilo que ele tem o direito de guardar. O que quero dizer, depois de escutar davi, é que a sua criação artística circulante é apenas parte, porque ele próprio cria estratégias de resguardo. Por exemplo, a real experiência com seus familiares, para proteger elementos das fotografias de sua avó: “*tipo assim, as pessoas acham e tal que tão tendo acesso ao meu trabalho de fato. Mas existe outra camada que eu protejo de fato*”. O São Francisco, que é a vida e a morte, que é Eliane, que são os peixes, as memórias e as carrancas é protegido por davi, porque ele faz questão de guardar aquilo que é íntimo. O rio é tudo isso, como veremos adiante.

Aquilo que público, nas redes sociais ou nas exposições físicas, ganha o mundo já como obra de davi ou como sua criação – quer seja sobre as carrancas ou sobre os seres do sorvedouro, quer seja uma postagem com fotografias de sua família acompanhadas por um texto sobre as notícias da UHE Formoso – e pode em alguma medida ser acessado. No entanto, suas camadas guardam outras dimensões das quais não temos acesso, mas que compuseram a criação da verdade que é sua obra e que são os mundos ribeirinhos.

Nesse processo que poderíamos ainda chamar de heterogênese, inspirado por Félix Guattari (1992; 2012), davi não homogeneiza toda sua criação para fazer caber dentro de lutas políticas ou sociais. Trata-se, ao contrário, de reafirmar que suas criações subjetiva, social e

⁶² “Quando eu morrer, cês vão ver”. Para acessar a postagem, convido a leitora e o leitor a clicar no link: https://www.instagram.com/p/CzSQe_BNYkd/. Acesso em: 1 abr. 2024.

ambiental guardam, cada uma, particularidades, em alguns momentos protegidas do acesso público. Ao mesmo tempo, o processo de heterogênesse ressingulariza, criando contatos de davi com outras composições estético-políticas nos mundos ribeirinhos, sem fazer com que as diferenças de cada um desses mundos sejam sublimadas.

Outro componente do processo de produção da subjetividade é a insistência ousada de davi contra a serialização das obras. A diferença é reconhecida na produção: nenhuma carranca da série *gritos de alerta* é desenhada igual a outra, nenhum ser do *sorvedouro* é criado como o outro numa aquarela. Algumas observações de davi, em nosso encontro, alertam sobre uma *crise estética* que, segundo ele, está presente na produção feita sob pressão para venda, para comercialização em massa, como é o caso de alguns carranqueiros em Pirapora que, por força do comércio e das regras da Associação dos Carranqueiros, por exemplo, precisam *produzir um modelo da carranca em que todas saem iguais*. Para fugir da pressão do mercado, davi não apenas cria longe da insistência mercantil, como também reconhece que na produção artística de outros ribeirinhos, como seu primo Jorge, a criação tem uma *identidade*, tem traços, como o cabelo talhado, a madeira, o contorno das feições que se diferem das que são produzidas sob pressão.

Além de marcadores estéticos distintos, como traços, traçados, paleta de cores e outros, davi está imerso numa dupla atenção quando cria e quando pensa sobre o que pode e o que não pode ser vendido. Nesse sentido, ele disse que no seu trabalho

Tem muita coisa orgânica, tipo coisas vivas assim, sabe? Eu gosto de trabalhar com essas coisas, que elas têm também uma validade. Sabe por quê? Pra entender também até onde o que eu, o que eu posso vender e o que eu não posso. Ou, então, até essas coisas realmente podem também ser vendidas, sabe? Para entender onde que a liberdade do trabalho também toca assim, claro.

Na série *caxumba*, tarrafas de pesca guardam em seu abraço o fruto de tamarindos. Em outra obra, tamarindos estão dentro de um baleiro, que antigamente guardavam balas nas mercearias e armazéns de Pirapora. Quando visitei a exposição no Instituto Çarê, os tamarindos alagavam um barco inteiro com sua cor terrosa e seu cheiro inconfundível. Em outra série, *exorcismos de dor*, iniciada em 2018, davi cria (e se cria) a partir de *polaroids* em que ele próprio é fotografado de costas. Sobre a fotografia, davi incorpora “carcaças e pedaços de

bichos já em alargado processo de mumificação natural” (Museu Paranaense, 2024, p. 54)⁶³. Uma criação que funde o corpo fotografado de davi com os corpos de outros que humanos.

Tamarindos, carcaças de bicho e mesmo a madeira dos barcos recolhidos no rio ou construídos em colaboração com seu pai, todas essas coisas não duram para sempre. Tamarindos provavelmente vão apodrecer. As carcaças e os pedaços de escorpiões ou besouros vão se decompor ainda mais, mesmo que sejam aplicadas técnicas e que as obras sejam armazenadas em condições climáticas favoráveis à sua durabilidade. A criação de davi *toca* em coisas vivas e não vivas para compor. Não existe apenas uma composição com as coisas vivas, mas com coisas orgânicas, com aquilo que outrora era vivo e que agora se decompõe. No caso das criações nas séries *caxumba* e *exorcismos de dor*, os tamarindos e pequenos bichos são coisas vivas porque, mesmo depois de mortos, sua matéria continua, e é com elas que davi cria. Ao fazer arte com matéria em decomposição, o artista está atento à durabilidade de suas criações. Essa atenção orienta todas as decisões sobre quais obras serão ou não comercializadas.

Mais que isso, vejo que com esse movimento davi lida com a arte e o mercado de forma similar à maneira das mulheres criadoras de roupa e dos integrantes que produzem móveis-esculturas no movimento cultural Arte-Manha, como narrado por Cecília Mello (2017) em sua etnografia. Em Caravelas, diz a antropóloga, as mulheres se recusaram a produzir peças têxteis em série, mesmo sob o pretexto da geração de renda, pois não querem ver outras pessoas usando as mesmas roupas que elas vestem. No caso da produção de móveis-escultura, as obras são comercializadas apenas para amigos ou pessoas próximas, e não para o “mercado da arte”, o que possibilita que os criadores mantenham contato com as próprias criações. Dessa forma, as mulheres preservaram sua autonomia, e os escultores marcam como querem construir uma relação com um tipo de mercado. Ao reconhecer que as coisas têm validade, davi cria “sem que haja uma completa privatização e alienação do seu trabalho (Mello, 2017, p. 23)”. Se não é possível escapar da comercialização, o que o trabalho ético, estético e político de davi inspira a criar são alternativas, nas quais a produção incorpore subjetividades, e não que essas sejam desencarnadas para uma produção maçante e serializada.

⁶³ Nesse vídeo, postado em sua página no *Instagram*, davi mostra o processo da série *exorcismo de dor*. Na gravação, vemos o artista compondo seu corpo com o de um escorpião encontrado enquanto varria o quintal de casa. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtCdM5Zv9Q-/?img_index=1. Acesso em: 20 de abril de 2024.

3.2 Criações ecológicas sociais

Logo no início da conversa, quando perguntei para davi sobre sua história, sobre “quem era davi”, ele narrou que sua família,

tanto por parte de mãe quanto de pai veio à força para Pirapora, por causa da barragem de Sobradinho. Então, é marcado por essa violência né, que aí veio. Minha mãe já nasceu aqui, porque ela é mais nova que meu pai, mas as duas famílias vieram por causa disso, porque alagou tudo, toda a região.

Ao encontrar e criar com as fotografias analógicas do acervo de sua família, a partir de uma intensa pesquisa, davi reconstitui experiências subjetivas e narra relações sociais que compuseram a história de sua família e de outras pessoas empobrecidas, aquelas que não aparecem na história narrada publicamente sobre o São Francisco, sobre Pirapora ou sobre a navegação dos barcos a vapor. Muitas das fotografias utilizadas por ele, segundo lhe revelou seu pai, eram feitas pelas pessoas presentes no momento do registro, pois a câmera passava de mão em mão entre elas.

No acervo pesquisado por davi com seu núcleo familiar mais próximo, estão fotografias das pescarias realizadas por seu pai e Eliane, em que quase sempre estavam davi, seu irmão Danilo e sua irmã Ana Paula. As experiências com o rio foram diferentes das que muitas pessoas que vivem em Buritizeiro e Pirapora tiveram e têm, porque seu pai e sua mãe não pescavam nos lugares conhecidos ou “turísticos”, mas se embrenhavam rio acima, rio abaixo, rio adentro. Era “*um rio sem cidade, um rio com outra paisagem, sabe?*”. O reencontro com as fotografias analógicas do acervo de sua família faz com que davi signifique sua experiência com o São Francisco de forma diferente, distanciada, por exemplo, daquela utilizada para propagandear os atributos turísticos de Pirapora, a cidade das corredeiras, da ponte Marechal Hermes e do Vapor Benjamim Guimarães.

Essa aliança para criar com a memória de sua família, que pescava e praticava atividades de lazer no rio, se articula com as relações sociais, com as paisagens do rio São Francisco e dos seus afluentes, como mostra várias imagens analógicas do Córrego do Formoso, em 1995.⁶⁴ Ao fazer essa articulação entre ecologias sociais e ambientais, entre os mundos ribeirinhos, davi cria sem sublimar o habitar colonial sobre esses mundos, cuja operacionalidade violenta faz com que sejam rompidas as relações entre diferentes formas de existência.

⁶⁴ Córrego do Formoso, 1995. Ver imagem na página do *Instagram* de @nasceumdavi. https://www.instagram.com/p/CTP4ptxHtyr/?img_index=1.

Ao serem alagadas as terras onde viviam seus ancestrais na Bahia, romperam-se as relações entre humanos e outros que humanos, ao mesmo tempo que as formas de ser e de estar em grupo foram também esgarçadas, porque as pessoas precisaram se refugiar em outros lugares quando a água subiu para dar lugar a uma infraestrutura de produção de energia elétrica. Romperam-se as relações com as águas, com a beira do rio, com o movimento dos barcos e com a pesca. Transformaram-se bruscamente as relações entre as famílias, com os vizinhos e com as comunidades. A família de davi se refugiou novamente nas margens do São Francisco, em Pirapora, mas ele observa que essa mudança foi forçada, o que me faz pensar quantas relações, quantos modos de ser e de estar em grupo e em relação com todas as formas de existir com o São Francisco precisaram ser reconstruídos.

Ao pesquisar o acervo de sua família, o que observei é que davi não apenas traz as fotografias e os vídeos para exposições ou postagens públicas nas redes sociais. Ele me contou que “*depois que vai passando o tempo, vai entendendo o percurso*”, depois de ter “*mais consciência*”, ele conseguiu compreender por que sua família pobre tem um acervo grande de fotografias. Seu pai e seu avô, ele me disse, sempre foram preocupados em manter as histórias através de fotografias, em registrar e guardar. E é esse acesso que davi tem agora que o permite trazer para a consciência os processos subjetivos, individuais e coletivos pelos quais passaram os membros e o conjunto de sua família.

O processo de criação artístico de davi transforma as fotografias, que não são apenas objetos a serem expostos ou publicados. As imagens analógicas guardam relações sociais e ecológicas de sua família, assim como as conexões entre os diferentes mundos, nelas está o “*rio sempre presente*”. Mesmo quando as águas, os barcos e as pescarias não aparecem explicitamente nas imagens, como no caso das fotografias do rosto de familiares, a criação de davi reconstitui em boa parte delas a presença do São Francisco, nas histórias individuais e coletivas, trazendo para a consciência os processos violentos vivenciados por sua família com a construção da barragem de Sobradinho e com a mudança forçada para Pirapora.

O São Francisco, no trabalho de davi, é criado a partir da sua pesquisa com os acervos fotográficos e fílmicos de sua família, mas não só. Ao desenhar centenas de carrancas de boca aberta, por exemplo, davi grita junto a esses seres para denunciar que o São Francisco pode ser atingido pelas barragens, pela lama da mineração de Brumadinho, pelo assoreamento ou pela poluição. Ao recolher fotos e filmes no acervo de sua família ou ao compor com barcos e tarrafas, o artista se transforma em um *bricoleur*, se tomarmos como inspiração a descrição de Levi Strauss (1997) sobre a “*bricolage*” e o “*bricoleur*”. Para o antropólogo francês, o *bricoleur* é aquele que cria a partir de materiais que foram forjados anteriormente, diferente do engenheiro

que precisa de matéria-prima. Ao criar, davi reconstrói relações com sua família, com a materialidade desses objetos, com as madeiras de enchentes, com as carrancas e com os barcos construídos por seu pai ⁶⁵. Tudo isso sem deixar de narrar a expulsão de seus familiares, junto a mais de 12 mil pessoas, da região alagada para construção da UHE Sobradinho. Ou seja, nunca é apenas uma fotografia recuperada nos baús, malas e pastas; sempre é um conjunto de relações, inclusive com a subjetividade do artista-*bricoleur*⁶⁶, que são postas em movimento para que o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos não seja esquecido. Assim, quando o artista encontra a materialidade dos objetos com os quais escolhe trabalhar, ele os coloca “em contato com sua própria sensibilidade, percepção, história, relações sociais, fantasmas, etc.” (Mello (2010, p. 240).

No dia 02 de fevereiro de 2024, mesma data em que nos encontramos pessoalmente, davi fez uma postagem no *Instagram* com a foto de sua tataravó materna, Ana Josefa Paixão. No texto que acompanha a foto, o artista diz:

esta é a única foto que temos de Ana Josefa Paixão - minha tataravó materna - que assim como tantas outras mulheres de nossa família, foi lavadeira no rio são francisco. nascida em queimadas, na bahia, ela fincou raiz aqui no norte de minas por conta da construção da barragem de sobradinho, responsável por afogar quintais e sangrar a memória de meus ancestrais barranqueiros. 12 mil famílias tiveram que se deslocar a força e desertar de onde viviam.

remolhar o rosto aguado deste registro - que provavelmente é o mais antigo de nosso acervo e coentro familiar - é como conseguir ver o rio correr dum curtume, melando o rumo do barro trincado no olho fértil do gargarejo febril e assado ofertado pelo sol de meio-dia de toda noite minguante. vó Joana me contou que ela, Josefa, morreu de fogo selvagem. no final de sua travessia, ao invés de colocar lençol na cama eles forravam com palha de bananeira pra não grudar nas feridas.

aqui, onde a cantoria das lavadeiras e corredeiras se misturam, a força das pedras tende a ser mais sorvida do que treme o couro dos surubins. por isso o

⁶⁵ Como *bricoleur*, davi recupera objetos fabricados (as fotografias, vídeos de sua família), as embarcações construídas pelo seu pai e que estavam singrando pelo rio São Francisco, as carrancas dos mestres piraporenses e as tarrafas amareladas utilizadas nas pescarias. Todos esses objetos são pré-moldados, mas não necessariamente acabados, e é trabalhando artisticamente com eles que davi faz aquilo que Levi Strauss (1997, p. 31) define como “pode sempre servir”. Na seção sobre as criações ecológicas sociais, apresentarei uma das criações de davi e de seu pai, que pode ajudar a exemplificar o trabalho como *bricoleur*. Trata-se de barcos construídos por Davi pai ou pescados e recuperados pelos dois; na composição do artista, essas peças viram oratórios, caixões ou proas partidas.

⁶⁶ A etnografia de Cecília Mello (2010) com o movimento Cultural Arte-Manha, em Caravelas, sul do Estado da Bahia, descreve o processo de criação da escultura “Bailarino russo”, pelo escultor Dó. Num diálogo rico com a figura do *bricoleur* de Levi Strauss, Cecília argumenta que a madeira utilizada na criação das esculturas não esconde suas pré-marcações. Pelo contrário, são essas materialidades anteriores que vão definir como será construída a obra futura, e o trabalho imaginativo do artista pode resultar em conjuntos totalmente originais.

rio é alimentado de corpos que sabem nadar e a profundidade dele diz sobre a saúde dos céus ⁶⁷.

Ao recordar o habitar colonial a partir da sua prática artística, davi se movimenta para tornar sempre latentes os modos de ser, de viver e de morrer. Nesse sentido, seu trabalho, como ele mesmo diz, é feito de forma consciente, ainda que somente depois as coisas “façam sentido” e achem conexões. Ao encontrar as fotografias e compor com elas, o artista não permite que a memória do que aconteceu e continua acontecendo a cada vez que uma barragem é instalada sobre os mundos ribeirinhos, do São Francisco e de outros rios, seja esquecido.

O habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos – presente na construção de Sobradinho, de Três Marias, na avalanche silenciosa de sedimentos da barragem da Vale rompida em Brumadinho, nas obras de transposição do São Francisco e na instalação de infraestruturas para irrigação das lavouras na região de Buritizeiro e Pirapora – faz desaparecer não somente espécies humanas e outras que humanas. No corpo d’água do São Francisco, provavelmente, esse habitar fez com que sumissem espécies de peixes ou de pequenos crustáceos de água doce, plantas nas terras alagáveis ou ainda revoadas de pássaros que pousavam nas ilhas e nas árvores das matas que guardam as margens do rio. Essas formas violentas do colonialismo e do capitalismo de ocuparem os mundos ribeirinhos produzem esmagamentos, muitas vezes silenciosos, de palavras, gestos e da solidariedade humana (Guattari, 2012).

O que observo no processo criativo de davi é uma ética e uma estética que não deixam para trás as camadas dessa tentativa de esmagamento perpetrada pelo habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, operado no caso de sua família, desde pelo menos a construção da barragem de Sobradinho. Ao compor com as histórias de sua família, o artista reconstitui palavras, gestos, imagens, afetos e a solidariedade que constantemente estão sob as ameaças dessa forma violenta de habitar sobre todas as formas de existência com o São Francisco.

Em outras obras e séries, o artista cria com o seu pai, que é barqueiro e pescador. O trabalho coletivo com Davi pai começou em 2019, quando davi iniciou uma investigação enquanto participava de uma residência no Museu Pampulha, em Belo Horizonte. Enquanto era bolsista de residência, o artista me contou que teve a ideia de comprar todos os barcos feitos por seu pai ao longo de sua vida, pelo menos aqueles que ainda estavam ancorados ou se movendo com as águas do São Francisco. Foram recuperados alguns barcos, mesmo aqueles cuja madeira havia apodrecido ou se desgastado pelo tempo de contato com a água; as peças

⁶⁷ O trecho foi retirado integralmente da legenda na postagem feita no Instagram. Convido a leitora e o leitor para acessar a publicação, onde será possível conhecer a fotografia da tataravó de davi, Ana Josefa Paixão. Para ter acesso direto à postagem: <https://www.instagram.com/p/C23KR9xvSc0/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

viraram matéria para que pai e filho compusessem oratórios e caixões. Os barcos construídos por Davi têm características próprias porque, segundo me contou o artista, algumas técnicas e acabamentos foram aprendidos por seu pai a partir das embarcações da região de Casa Nova, na Bahia, antes de se mudar para Pirapora. Por isso, não foi uma tarefa tão árdua encontrar e comprar de volta os barcos que ainda estavam acessíveis.

Depois de recuperar alguns barcos, Davi disse que entrou na *pira de criar coisas novas*, porque a madeira desgastada dos barcos encontrados era difícil de trabalhar, *por estar no rio já tava meio podre e tal*. Pirar para criar coisas novas, tomando emprestado aquilo que Deleuze e Guattari (1997) chamam de “afetos criadores”, pode ser pensado aqui como uma composição de sensações, tempos, lugares e alertas nos quais Davi mergulha para fazer arte. Na “piração” para criar coisas novas, “o artista sempre acrescenta novas variedades ao mundo” (Deleuze; Guattari, 1997. p. 227), e Davi está justamente fazendo variar ou ampliando as composições com seu pai, com outras pessoas da sua família, com os barcos e com outros seres ribeirinhos.

O processo de criação de embarcações novas inaugura um período de reconstituição das conexões entre Davi pai e Davi filho. Depois da morte de Eliane, Davi assumiu que é *bicha* e, desde então, precisou estar diante do preconceito do seu pai. Ele não comentou como esse preconceito era proferido ou percebido, talvez porque tenha preferido observar com um tom de voz celebrativo que seu trabalho o fez se reconectar com seu pai para “*estar com ele de outra forma e organizar tudo assim, tipo a nossa relação, fazer com que fosse bom até chegar nesse ponto que ele é muito meu amigo, a gente se ama e tal*”.

Ter o pai mais perto, ter o filho mais perto para reconstituir os gestos, as palavras e as solidariedades diante, por exemplo, da morte de Eliane. Depois da morte de sua mãe, Davi conta, seu pai parou de pescar; vendeu os apetrechos, abandonou os anzóis e não singrou mais rio adentro, porque perdeu sua companheira de pescarias: “*eles viveram muita coisa no rio assim, sabe?*” No dia do nosso encontro, Davi me disse que, há cerca de um ano e meio, o pai quebrou o jejum e voltou para as águas, para os peixes. Essa recomposição com as águas, os peixes, os barcos singrando, os anzóis, as tarrafas aconteceu depois de alguns trabalhos criados entre pai

e filho ⁶⁸. “*E foi me pescando. E aí eu acho muito, muito simbólico tudo assim nessa imagem, sabe? Essa coisa de eu acho que pescar a nossa própria relação enquanto pai*”.

Ao criar a partir do acervo de sua família e de mãos entrelaçadas com seu pai para produzir barcos, davi investe afetivamente e pragmaticamente para compor com outros, nesse caso com seu pai e outros familiares, inclusive com os que partiram e estão agora guardados nas saudades. Esse seria, de acordo com Félix Guattari, o princípio particular da ecologia social, na qual se verifica a “constituição de grupos-sujeito autorreferentes se abrindo amplamente ao *socius* e ao cosmos” (Guattari, 2012, p. 45). Autorreferência, aqui, não implica dizer que a criação artística que opera nas relações sociais seja fechada sobre si mesma, mas em um para-si capaz de produzir bifurcações e aberturas processuais. davi cria para-si ao sair de si mesmo, conectando-se com outras referências: a família, seu pai, sua mãe, as carrancas, os seres do sorvedouro e outros bichos.

Brenda K. Souza, uma amiga nascida e criada em Buritizeiro, e que recentemente encontrei vivendo pertinho de mim, em Brasília, escreve que “davi se orienta pelo rio – essa rede bifurcada” e que seu trabalho “torna-se resposta à exigência do mergulho, à necessidade de marcar no gesto do desenho e da colheita a sobrevivência do bando” ⁶⁹. O São Francisco como uma rede bifurcada é criado constantemente pelo trabalho cosmopoético de davi, que experimenta os muitos encontros com as águas, os peixes, as carrancas e outras existências não como uma abstração. O rio que ganhamos ao encontrar as criações de davi, como narra Brenda K. Souza, não é uma abstração, tampouco algo cujo significado esteja dado na superfície, mas “carece de ser cavocado com as mãos”, diz ela. O São Francisco não é, para os meus interlocutores, apenas água correndo, mas uma composição entre as subjetividades de davi, de sua família, de outros ribeirinhos humanos, das relações sociais, econômicas, de espécies da fauna e da flora, das carrancas e de outros seres que vivem nas profundezas invisíveis.

⁶⁸ Convido a leitora e o leitor a conhecer algumas das obras de Davi pai e davi filho, criando com os mundos ribeirinhos, com as memórias e com as múltiplas formas de existir com e no rio São Francisco. Nos links a seguir estão indicadas algumas postagens: https://www.instagram.com/p/C4MPemNvkib/?img_index=1. https://www.instagram.com/p/C0sOtfAvmsT/?img_index=1. O trabalho que, como descreve davi, “quebrou o jejum de pesca” do seu pai, é chamado de “pesca-ameaça de naufrágio da barca ou ensaio para morrer com o rio”, criado em aliança com seu irmão, Danilo Nascimento. Na postagem a seguir, a leitora e o leitor podem acessar a imagem, que além de guardada na página do *Instagram*, esteve em exposição no MASP, em 2022. Para acessar: https://www.instagram.com/p/CkJy_dTvp-/?img_index=2.

⁶⁹ Texto de apresentação da exposição *mau da língua*, que esteve em cartaz no Museu Paranaense até março de 2024. Brenda K. Souza escreveu ainda outras apresentações sobre o trabalho de davi, como um dos textos do encarte da exposição *na boca da noite, os muruins*, que visitei em abril de 2023 no Instituto Çarê, em São Paulo. Brenda é escritora e doutoranda na Universidade de Brasília, com pesquisa sobre a diáspora afro-atlântica a partir do acervo sonoro do compositor e músico Marku Ribas, que nasceu em Pirapora e faleceu em abril de 2013.

Como davi observou em vários momentos do nosso encontro, ser convocado pelo rio é uma possibilidade de reconstruir aquilo que Guattari, em as *Três Ecologias*, chama de “modalidades do ser-em-grupo” (Guattari, 2012, p. 16). No caso da relação com seu pai, davi procura estar atento à reaproximação e às conexões para entender as formas e jeitos de viver e estar no mundo, incluindo as situações econômicas relacionadas à geração de renda e à ocupação laboral: “o motivo que eu tenho para trazer ele para perto? Que é para entender um pouco do que é viver também!” Uma das preocupações narradas por davi é com a geração de renda para sua família. Por isso, ele está sempre em busca de editais, programas e bolsas em que seja possível envolver seu pai na produção de barcos, seu irmão nas fotografias e outros familiares numa criação estética que não seja apenas bela.

Eu acho que tem alguma coisa hoje em dia que não dá para pensar que um artista produz uma coisa que é bela. Só eu acho que não tem como ser só belo. Eu acho que tem que ser outras coisas, sobretudo para quem sai do interior ou que tem uma família que não teve acesso, ou que não tem dinheiro, ou que, enfim, se esse prestígio está vindo para mim, eu preciso derramar para o meu pai.

Ao operar com distintas camadas históricas para criar sua arte, davi não deixa para trás a falta de acesso da sua família a direitos básicos como renda, trabalho, moradia e alimentação. Nas alianças com seu pai, ele recolhe as memórias dos fins de semana de pescaria, as saudades de Eliane, o cheiro das tamarindos no quintal, o barulho das águas nas corredeiras, o estalar da madeira da ponte que liga Buritizeiro e Pirapora. Porém, atenta-se à saúde do pai, que sempre trabalhou muito, carregou muita madeira, fez serviço pesado trabalhando em marcenaria. Por isso, quando criam juntos, o prestígio é derramado não apenas para o filho, mas também para Davi barqueiro e pescador – um prestígio que retorna tanto como reconhecimento quanto financeiramente, porque davi disse pagar um preço justo pelo trabalho do pai, se comparado aos pagamentos recebidos por ele em outros serviços que não a criação artística.

Dessa narração sobre a recomposição em grupo entre davi e sua família, especialmente com seu pai, passo agora a descrever outras observações de meus interlocutores e minhas interlocutoras sobre aquilo que, muitas vezes, é descrito e reconhecido como meio ambiente, e que no meu campo é o rio São Francisco com todas as suas múltiplas formas de existir, de fluir, de se movimentar, de viver e de morrer. O que aprendi com davi, com Geraldo, com seo Clarindo, Jânio, com meu pai e o que me recordo dos muitos encontros com outros barraqueiros e barraqueiras é que não é possível lutar politicamente contra os projetos de ocupação colonial e capitalista do rio, sem reconhecer que o rio é uma composição de subjetividades, individuais e coletivas.

No trabalho de davi, encontramos criações que se entrelaçam com as memórias e as consequências do habitar colonial sobre os modos de existir com o rio. Ao atravessar essas diferentes ordens – da política, da subjetividade, das relações familiares, da geração de renda, do meio ambiente – , a aliança que o artista forja com e entre os mundos ribeirinhos permite que sejam criados outros caminhos, como pontua Cecília Mello (2017). Caminhos que não reduzem ou compartimentalizam as experiências e criações, mas que atravessam as diferentes ordens, preservando suas singularidades e permitindo que pontos de articulação façam emergir outras práticas mentais, sociais e ambientais. Nesse sentido, a criação estética de davi atravessa processos de subjetivação, as relações sociais e históricas com as pessoas e com outras formas de existência.

3.3 Criações ecológicas ambientais

Um dia após o encontro com davi, em Pirapora, estive com seo Clarindo para conversar, no seu quintal, sobre o rio, sobre as lutas políticas contra a instalação de empreendimentos hidrelétricos no São Francisco, sobre o tempo da piracema e as transformações profundas que ele tem observado no cheiro horrível e na lama esquisita que se formou no fundo do leito por onde correm as águas. Além dessas mudanças, o pescador disse, com preocupação, sobre a instalação cada vez mais constante de plantações de soja e de milho transgênicos próximos ao território pesqueiro e vazanteiro de Canabrava, o que inviabiliza o cultivo nas vazantes com espécies vegetais, como o milho crioulo. No segundo capítulo apresentei uma das estratégias criadas por ele para cultivar o milho crioulo, distante das plantações transgênicas: ele planta em sua casa na cidade, num canteiro de terra de aproximadamente um por três metros, encostado no muro que divide sua casa com a do vizinho.

Retomo essa narrativa de seo Clarindo para compor etnograficamente com as histórias que escutei no encontro com davi. Artista e pescador-vazanteiro estão criando, ampliando e estendendo o São Francisco, muito além das suas duas margens, muito além das águas ou dos peixes. O rio, como escutei de davi, *é mais que a água, né?* Ao escrever esta parte do capítulo sobre e com as criações de seo Clarindo e de davi com o rio, não é minha intenção colocar em paralelismo as experiências de cada um deles com os mundos ribeirinhos, porque aprendi nesses encontros no campo que o rio *convoca* de formas distintas os barranqueiros, as barranqueiras e outros seres visíveis e invisíveis.

Seo Clarindo e davi atravessam os mundos ribeirinhos de formas diversas, compõem esses mundos de maneiras distintas, mas também se conectam, se entrelaçam quando, por

exemplo, observam que o corpo d'água do rio está lamacento, que o rompimento da barragem de Brumadinho fez com que fossem depositados sedimentos de minério no fundo do seu leito. Entrelaçam-se, ainda, na criação de narrativas e práticas políticas para denunciar que a possível instalação de uma barragem, a UHE Formoso, poderá tornar inviável a continuidade da existência de pescadores, vazanteiros, dos peixes, das plantas, das carrancas e de outros seres que vivem nos sorvedouros.

No âmbito do registro ecológico ambiental, para seguir com a inspiração ecosófica de Félix Guattari, seo Clarindo cria uma outra natureza ao plantar milho crioulo no quintal urbano, distante geograficamente de seu território pesqueiro-vazanteiro. Ao mesmo tempo, o processo criativo de davi bifurca esse plano ecológico ambiental, incorporando à criação ecológica ambiental aquilo que Cecília Mello (2017) chama de o “plano das invisibilidades”. Isso porque, o artista se alia a seres não viventes, com os bichos mortos que encontra pelas ruas de Pirapora, com as carrancas e com os seres da série *sorvedouro*, que são parte humanos, parte não humanos, parte frutas.

Gostaria de observar, para que este texto etnográfico não seja lido como romântico ou descompromissado politicamente, que davi e seo Clarindo, mas também Geraldo, Jânio, meu pai e imagino que outros barranqueiros e barranqueiras, não negam as consequências cada vez mais catastróficas da instalação de barragens, da mineração, das fazendas irrigadas de milho e de soja transgênicos ou do desmatamento e assoreamento. O que aprendi no meu retorno a Buritizeiro e Pirapora, conversando com meus interlocutores e, depois, imerso na leitura para composição desta etnografia, é que pescadores, vazanteiros e artista não estão paralisados diante da catástrofe, tampouco deixam de denunciar o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos.

Essas pessoas e seus grupos, comunidades, coletivos e movimentos estão cotidianamente fazendo aquilo que Elizabeth Povinelli (2023) nos provoca a fazer, que é nomear e ridicularizar o que tem feito o capitalismo industrial sobre as formas de Vida e Não Vida. Seo Clarindo e davi não são os “Homens” responsáveis pela destruição sistemática das formas de existir, que faz com que este tempo seja chamado por alguns de Antropoceno. As criações estética, ética e política dos dois colocam em evidência que o tempo em que vivemos, de catástrofes presentes e futuras, e todas as alterações biológicas, geológicas e meteorológicas, são consequências do capitalismo industrial e do colonialismo em marcha.

Ao mesmo tempo, eles criam para tornar possível a continuidade de seus modos de existir, bem como de outros que compõem os mundos ribeirinhos nas suas subjetividades, nas relações sociais e nas ecologias ambientais. Não negam a catástrofe, mas apesar dela, ridicularizando aqueles e aquilo que perpetuam a destruição, criam modos de viver e de morrer,

porque como me disse davi, quando perguntei se era o rio aquilo que conectava pessoas, memórias e histórias:

*Eu acho que o rio é.
Eu acho que tudo é o rio.
É o rio e é a morte.
E é tudo junto assim!*

Desde meu primeiro retorno a Buritizeiro e Pirapora para a realização da pesquisa, em abril de 2023, tenho pensado muito, e cada dia mais, sobre o que é o rio São Francisco. Agora, enquanto caminho para concluir esta criação etnográfica em que busco narrar algumas das histórias contadas por quem se entrelaça com o São Francisco de diferentes maneiras, e depois dessa observação de davi sobre o rio, volto a ficar inquieto. Isso não significa que continuo buscando uma resposta sobre o que é o rio, porque nos reencontros com tantas pessoas, com minhas memórias e com o São Francisco se movimentando em diferentes fluxos, o que encontrei foram mundos ribeirinhos, ou melhor, criações ético-estéticas e políticas que criam o rio, *que é tudo. É tudo junto!*

Enquanto conversava com seo Clarindo, distante muitos quilômetros da comunidade de Canabrava, ou mesmo na sala da casa de davi e Caio, que não está próxima das margens, o rio era parte das narrativas. Mais que isso. O São Francisco era convocado, era um aliado para que meus interlocutores pudessem enunciar suas experiências, sentimentos e histórias. Por isso, o rio é a água, mas não apenas. São os surubins, mandis, dourados e outros peixes, mas não apenas⁷⁰. O São Francisco é a vida e é a morte, é dentro e fora da água, é o que está entre as duas margens, mas também o cheiro, a textura e as cores barrentas que são levadas por davi às

⁷⁰ Marisol de la Cadena narra que, em um de seus primeiros encontros com Mariano Turpo, um dos principais amigos de seu trabalho etnográfico, o líder indígena insistiu em dizer que o arquivo que Marisol teve acesso, enviado por ele, era um arquivo, mas não apenas (em espanhol: “no es todo, no solo”). Pouco a pouco, ela foi entendendo o que seria esse “não apenas”, porque não se tratava apenas de um arquivo, tampouco apenas de uma montanha (*Ausangate*). Ela poderia narrar o “não apenas” como uma crença de Mariano e continuar sua análise tratando o arquivo e a *Ausangate* como uma crença, mas Mariano não falava como crença, ela afirmava. “Então, como faço para incluir algo que eu entendo com crença, mas que não pode ser entendido como crença? Como integrar isso em minha análise sem registrá-lo – sem colonizá-lo – como crença? (De la Cadena; Hiner, 2020, p. 170, tradução nossa). davi não me narrou o rio como uma crença. Para ele, o rio é. Nessa perspectiva, conhecer a forma como meus interlocutores se relacionam e enunciam seus engajamentos com tudo que é o rio orienta minha busca na pesquisa. Não se trata de apreender ou de dominar o conhecimento sobre o que é rio, porque não é isso que encontrei no campo. O que narro nesta etnografia está distante da obrigação de descrever como cultura algo que é, como responde Marisol a uma das perguntas de Hiner na entrevista citada acima. Minhas ferramentas epistêmicas me ajudaram a entender que o São Francisco é um “regime de realidade”, que no início do trabalho de pesquisa eu queria representar. Agora, em aliança com meus interlocutores, reencontrei e conheci o rio criado subjetivamente, nas relações sociais e na teimosia que organiza as resistências éticas e políticas contra os empreendimentos hidrelétricos como a UHE Formoso.

exposições. O que ele faz, ao carregar o rio para fora de Pirapora, não é uma transformação dos lugares no São Francisco ou em Pirapora, mas como ele mesmo me narrou, trata-se de uma experiência sensorial que possibilita às pessoas conhecer, pelo contraste, os mundos ribeirinhos.

Talvez essa forma de criar o rio e com o rio direcione algumas leituras para um lugar de banalização, pois pode parecer que se tudo é o rio, nada é o rio, e nessa indefinição o corpo d'água do São Francisco pode continuar sendo território de ocupações coloniais e capitalistas. O que argumento, no entanto, é justamente o contrário. Ao cultivar milho crioulo no quintal, longe das vazantes, seo Clarindo expande as margens geográficas do São Francisco. Quando davi cria com as carrancas e os bichos do *sorvedouro*, ele bifurca a ecologia ambiental para tornar possível uma composição que privilegie outros sentidos, outras formas de ser e estar com o rio que não apenas a dos viventes e daquilo que vemos na superfície.

Uma ecologia inventiva, para tomar emprestado um termo de Cecília Mello, é aquilo que observo nas criações de davi e de seo Clarindo. Ao expandir as margens e as formas de narrar e de estar com o São Francisco, eles desafiam de maneira ousada o poder de quem, por um lado, quer manter a natureza intocada (Diegues, 2008), especialmente os grupos estatais; e, por outro, a narrativa daqueles que querem alocar o São Francisco como um ser em escassez, que em pouco tempo não existirá mais como corpo d'água.

Insisto, em aliança com seo Clarindo e davi, que o rio é um corpo d'água, mas não apenas. Quando a CEMIG fecha e abre as comportas de Três Marias e decide quantos metros cúbicos de água serão liberados, observamos que o Estado estabelece uma relação com o São Francisco apenas como um fluxo de água que corre de Minas para os estados da região Nordeste. Do mesmo modo, quando os rejeitos de minério da barragem rompida em Brumadinho são depositados no fundo das águas, para o mercado e para o Estado é apenas minério depositado no leito d'água. Ao tecer redes no seu quintal, ao plantar milho crioulo na casa da cidade e ao vender peixe em Buritizeiro, seo Clarindo expande o rio para além do corpo d'água; noutra margem, davi opera para criar com os seres humanos que vivem submersos. Nessa perspectiva, o rio não é apenas aquilo que corre diante dos nossos olhos, como se fosse possível ser percebido, sentido e composto apenas com as águas da superfície.

O filósofo e escritor espanhol, José Ortega y Gasset, no livro *Meditações de Quixote*, propõe algumas conversas sobre a floresta, sua profundidade e superfície. Tomo desse ensaio alguns trechos para compor esta parte da narrativa etnográfica, porque sinto que nesse momento podemos conversar sobre o rio a partir daquilo que o escritor descreve sobre as florestas.

A floresta está sempre um pouco mais além de onde estamos. [...] Tomado a partir de qualquer um de seus lugares, a floresta é, a rigor, uma possibilidade.

É uma vereda que poderíamos tomar; é um manancial de onde nos chega um rumor fraco carregado nos braços do silêncio e que se poderia descobrir a poucos passos; são versos de cantos que fazem ao longe os pássaros em uns galhos sob os quais poderíamos chegar. A floresta é uma soma de possíveis atos nossos, que ao realizar-se perderiam seu valor genuíno. O que da floresta se acha diante de nós de maneira imediata é só pretexto para que o mais se encontre oculto e distante (Ortega Y Gasset, 2019, p. 46).

O exercício que proponho a seguir não quer, jamais, deslocar a criação de José Ortega Y Gasset para uma simples paráfrase, substituindo uma coisa por outra coisa que é distinta, apesar de se conectarem, se relacionarem, se comporem mutuamente, sem perderem suas singularidades. Floresta e rio não são a mesma coisa, apesar das conexões, mas enquanto lia a meditação proposta pelo autor, foi inevitável pensar em como a floresta nos ajuda a descrever a criação que Davi e seu Clarindo fazem do rio, ampliando para além daquilo que comumente vemos. Por isso, não vou transcrever novamente toda a citação, mas somente a palavra floresta em alguns trechos, substituindo-a dessa maneira: *o rio São Francisco está sempre um pouco mais além de onde estamos. Tomado a partir de qualquer um de seus lugares, o rio é, a rigor, uma possibilidade. O rio é uma soma de possíveis atos nossos. O que do São Francisco se acha diante de nós de maneira imediata é só o pretexto para que o mais se encontre oculto e distante.*

Enquanto eu ia e voltava de Buritizeiro e Pirapora, buscando o São Francisco apenas no seu leito de água, sinto que a proposta de uma etnografia sobre as relações com o rio ficou paralisada. Em vários momentos, enquanto planejava os encontros no campo, meu maior desejo era que todas as conversas fossem realizadas na beira do rio. E algumas delas – com Geraldo Babau, seu Joel e dona Pureza – realmente aconteceram ali, muito próximo das águas. Entretanto, mesmo com essas pessoas, eu aprendi que aquilo que víamos correr diante de nós – as águas – não era o São Francisco, ou melhor, que o rio não é apenas a água que corre, porque como me disse Geraldo Babau, o que está submerso *é um mundo desconhecido aí no fundo d'água, né? É outro mundo.*

Nesse mundo submerso que compõe o São Francisco estão coisas desconhecidas, e podem estar as carrancas que foram cerradas das proas dos barcos, como me disse Davi.

Porque tem uma coisa, uma imagem que eu que eu penso é que quando meu pai conta sobre Pirapora, quando as pessoas mais velhas contam sobre que é que todas as embarcações tinham carranca, e eu já li em algum lugar que as carrancas em um período, elas foram serradas das embarcações por relação ao demônio. Então, tipo, teve essa relação. E aí eu fico imaginando, gente, onde está esse tanto de carranca? Então, tipo, e aí imagino que se o rio seca, ele tá cheio de carrancas.

Ao estender as margens do rio, ao nos convidar a imaginar o rio para além da sua superfície, davi e seo Clarindo fazem uma “recriação permanente do mundo” (Guattari, 2012, p. 53), substituindo, por exemplo, narrativas em que essa natureza seria inerte, intocada e infinitamente disponível como recurso ou como uma “superfície virgem e homogênea pronta para ser extirpada, marcada e espremida até a última gota pelos conquistadores sem rosto do capitalismo globalizado” (Bona, 2020, p. 78).

Recriar permanentemente o rio é conjurar o habitar colonial ribeirinho e as ocupações da CEMIG, da Vale e das fazendas de irrigação. Ao expandir o rio pra além de suas margens e do espelho d’água que se move manso, como canta Maria Bathânia na canção “Lapa Santa”, davi e seo Clarindo denunciam que esse habitar colonial não atinge apenas as águas, mas todas as formas de existir com o São Francisco. Essa recriação que denuncia e nomeia a violência sobre os mundos ribeirinhos não paralisa criações ecológicas que permitam aos pescadores, vazanteiros e ao artista formas de viver e morrer bem com o rio.

O cultivo de quiabo, abóbora, melancia e de outras plantas na Ilha da Esperança, onde seo Clarindo e outros vazanteiros e vazanteiras aguardam a regularização da comunidade Canabrava, é uma criação que expande o rio e cria outra natureza com ele. A vazante não é apenas um território em que as pessoas precisam da água para sua sobrevivência; ela é uma recriação que amplia a natureza, porque, novamente: o rio não é apenas um corpo d’água que se move. Seo Clarindo cria outra natureza em meio às “perturbações”, nesse caso, uma “mudança rápida nas condições do ecossistema; não é necessariamente ruim – e não necessariamente humana” (Tsing, 2019, p. 226). Quando as águas do rio baixam, depois de uma enchente – uma “perturbação” –, os vazanteiros cultivam e reconstituem espécies e relações interespecíficas. Em meio a essas “perturbações”, mas também em meio às proliferações provenientes das infraestruturas de energia, da mineração e da *plantation* sobre os mundos ribeirinhos, o pescador cria para tornar possível a ressurgência⁷¹ das plantas e de outras formas ribeirinhas de existir.

⁷¹ Em meio às perturbações, seo Clarindo agencia “o trabalho de muitos organismos que, negociando através de diferenças, forjam assembleias de habitabilidade multiespécies” (Tsing, 2019, p. 226). É isto a ressurgência: o trabalho entre humanos e seres não humanos, e no caso da minha pesquisa, entre seo Clarindo e as plantas, os peixes e outras espécies animais e vegetais. Ao fazer alianças com outras existências, o pescador não esconde ou nega as diferenças com outras espécies, ao contrário, as reafirma e compõe com elas uma forma de fazer junto, de fazer-com, de compor com outros que não são iguais, mas que estão ecologicamente conectados, como salienta Marisol de la Cadena (2021). O quintal da casa de seo Clarindo, no perímetro urbano de Buritizeiro, e mesmo sua vazante na Canabrava, são espaços de *refúgio* para espécies que não podem mais prosperar em lugares destruídos. Mais uma vez, quero sublinhar que todas essas alianças afetivas (Krenak, 2022) e existenciais com outros seres, criadoras de refúgios para a ressurgência, são compostas sem deixar de denunciar o habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos. O que seo Clarindo, pescadores, vazanteiros e artista fazem, como pude conhecer durante o campo, são criações estético-políticas que possibilitam a continuidade das existências, entre os sedimentos do

Ao recordar o que Anna Tsing fala sobre a ressurgência holocênica, Donna Haraway (2023) defende que precisamos reconstituir refúgios em que seja possível viver e morrer. Porém, mais que isso, uma reconstituição em que seja possível outras composições biológicas, culturais, políticas, tecnológicas, parciais e robustas. Seo Clarindo planta nas vazantes, pesca, tece e remenda redes e luta politicamente contra os empreendimentos hidrelétricos e contra a retirada volumosa de água por parte das fazendas que irrigam suas plantações. Davi cria esteticamente em aliança com as carrancas, com os seres do sorvedouro e com as memórias coletivas.

Reitero que, ao compor esta parte da criação etnográfica com as observações do e sobre o pescador e o artista, não quero homogeneizar suas experiências e enunciações, tampouco utilizar suas narrativas para fazer caber dentro de um modelo que justifique meu argumento de que o São Francisco está além da superfície, além de ser recriado constantemente. Uma recriação que acontece a partir do reconhecimento da violência daquilo que Donna Haraway (2023) chama de colonialismo de ocupação, mas que não se paralisa diante disso.

O pescador-vazanteiro *“não quer mundão de terra mesmo pra vender. A terra é só pra gente sobreviver mesmo”*. Davi lamenta, sem que isso o imobilize, por não saber se seremos capazes de deter a construção da UHE Formoso ou de outros empreendimentos. As alianças que fazem com o rio, criando-o, construindo relações entre diferentes experiências, sentidos e formas de existir é um dos refúgios que essas pessoas têm encontrado para viver e morrer bem, ridicularizando o habitar colonial e as ocupações que insistem em naturalizar o rio como um fluxo contínuo de água e nada mais.

3.4 Cosmopoéticas para a resistência

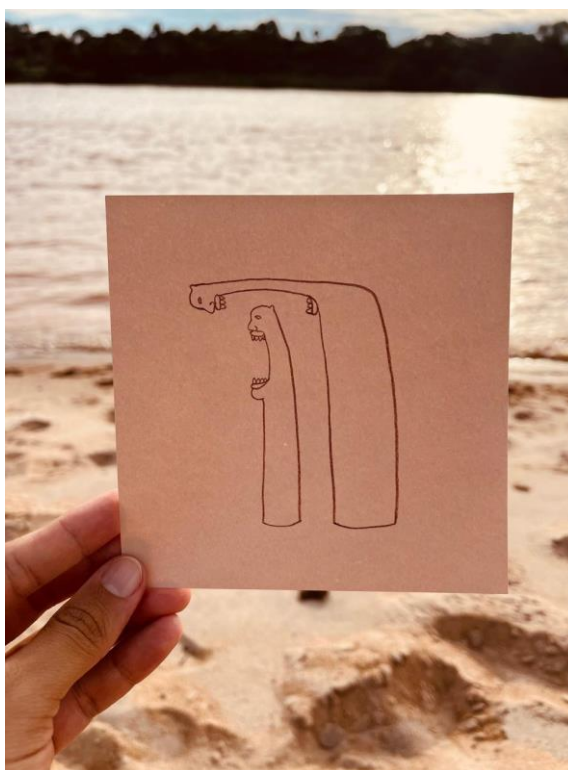
Nesta última parte do capítulo, proponho apresentar algumas das criações estéticas, éticas e políticas forjadas desde que a notícia da UHE Formoso chegou e ameaçou diferentes maneiras de existir com o São Francisco. O reencontro que tive com as lutas de pescadoras/es, vazanteiros e artistas se derramaram em mim com a memória do período em que participei das lutas contra a transposição do São Francisco, contra a mortandade de peixes provocada pela

habitar colonial e além deles. Eles operam uma mundificação (Haraway, 2023) ou um fazer-mundo (Ferdinand, 2022) que não nega o problema, mas que o reconhece e sabe que é urgente enfrentá-lo, ridicularizá-lo, denunciá-lo e propor alternativas. Porém, dada a violência dos modos de ocupação coloniais e capitalistas e tantas situações em que os pescadores e outros barranqueiros/as foram submetidos covardemente pelo Estado, pela CEMIG, pela Vale, por fazendeiros e pistoleiros, agora é tempo de fazer ressurgir condições de habitabilidade, de viver e morrer bem com as vazantes, os peixes, as carrancas e as águas.

instalação das mineradoras na região de Três Marias e contra o descaso da CEMIG, empresa responsável pela UHE Três Marias.

Apresento algumas criações artísticas que Davi ofereceu às mobilizações realizadas pelo Coletivo Velho Chico Vive, aliando-se a outros artistas, pescadores/as, vazanteiros/as, pesquisadores/es e organizações locais, regionais e de outras regiões do Brasil. Em diálogo com Donna Haraway (2023), Touam Bona (2020), Ailton Krenak (2022), Malcon Ferdinand (2022), Marisol de la Cadena (2020, 2021) e Arturo Escobar (2015), observo que essas criações para resistência contra a barragem foram e continuam emergindo, considerando a diversidade dos modos de existência humanos e não humanos com o São Francisco.

Figura 13 - Carrancas da série *gritos de alerta* tomando sol no areião⁷²:



Fonte: Foto do autor, 2024.

gritos de alerta é, como escreve Beatriz, uma série na qual Davi cria em coautoria com as carrancas – esses seres outros que humanos esculpidos por mestres carranqueiros e carranqueiras, como seu primo Jorge, e depois incrustados na proa dos barcos que singravam as águas do São Francisco ou colocados em lugares das casas para oferecer proteção. Antes de

⁷² Ao final de nossa conversa, em fevereiro de 2024, Davi me ofereceu três *derranhos* da sua série *gritos de alerta*. Depois de sair de sua casa, mergulhado na intensidade daquela prosa, fui para a praia do Areião, em Pirapora, e fiz uma foto com cada um dos desenhos. Em minha casa, em Brasília-DF, o trio está guardado numa moldura e pendurado na sala.

me oferecer os três quadrantes com as carrancas desenhadas, davi contou-me que iniciou essa série

Quando aconteceu o crime da Vale em Brumadinho, que completou agora [2024] cinco anos. E aí eu tava nesse momento assim, desenhando. E aí eu comecei a aglomerar essas carrancas no papel, assim, tipo desenhar várias juntas e tal. E foi esse momento de tipo assim, sabe? Um peso de ver isso acontecer, de ver eles assassinando um rio. E aí? E aí tinha essa história também de que os trens de minério já tava. Porque desaguando também aqui no São Francisco.

Angustiado com os rumores, naquele momento, de que o minério poderia chegar ao rio São Francisco, davi se aliou às carrancas do fundo do corpo d'água – aquelas que foram cerradas dos barcos porque seriam, para algumas pessoas, sinais do demônio. Se o minério chegasse ao rio São Francisco, aquele *porto infinito de carrancas* que existe no fundo das águas seria atingido, talvez desapareceria. Elas, as carrancas, foram convocadas por davi para gritar com ele contra o assassinato do rio, contra a contaminação por metais pesados, contra a lama podre de cheiro desconhecido, como descrevem seo Clarindo e Jânio.

As carrancas e seus *gritos de alerta* foram convocados por davi quando, em 22 de maio de 2020, fomos surpreendidos com a publicação do Decreto nº10.370. Nele, o então presidente Jair Messias Bolsonaro, subscrito pelo então Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, qualificavam a UHE Formoso dentro do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI). Trocando em miúdos, o decreto autorizava a efetivação das medidas necessárias para o início do licenciamento ambiental do empreendimento na região de Buritizeiro e Pirapora.

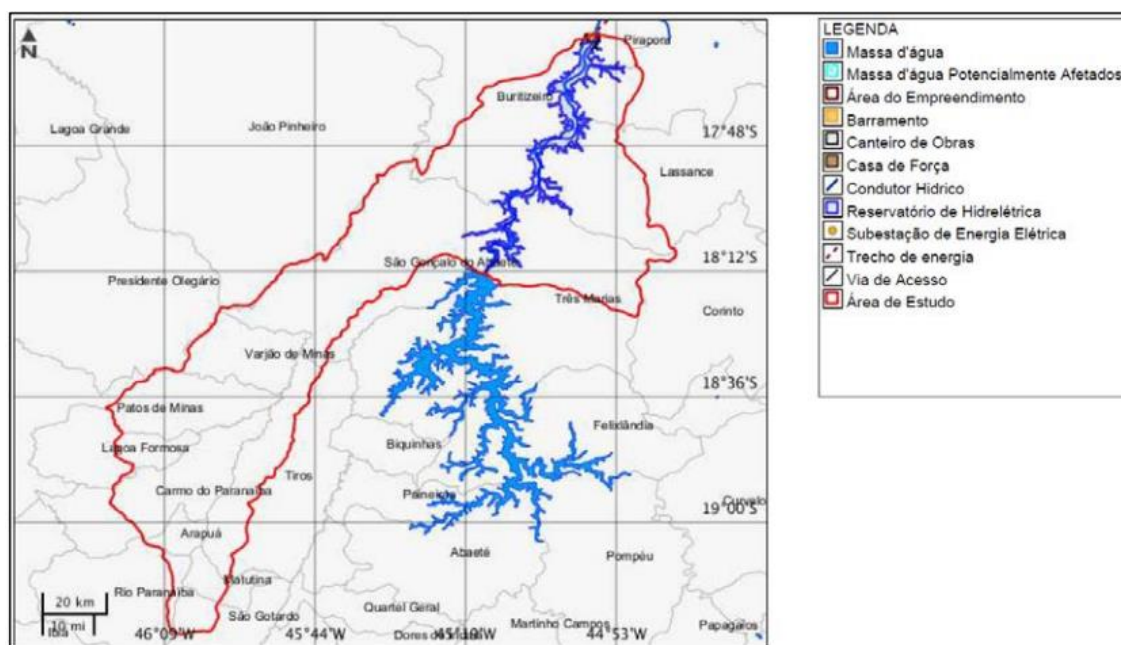
Alguns dias depois da publicação, eu vivendo confinado em Brasília devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia de covid-19, comecei a receber mensagens de colegas, da região e de outros lugares, perguntando se eu tinha informações sobre aquela notícia. Até então, eu jamais havia escutado sobre o projeto da UHE Formoso. Fazia alguns meses que eu não viajava a Buritizeiro e, naquele contexto pandêmico, não sabia quando seria possível estar lá. Receber as primeiras notícias do decreto e do início do licenciamento ambiental de uma hidrelétrica foi angustiante. Enquanto a notícia se espalhava entre as comunidades locais, fui reencontrando, ainda que virtualmente, colegas, amigas e amigos do meu período de militância na Articulação Popular São Francisco Vivo e de pesquisa no GESTA-UFMG. Nos dias que seguiram a publicação do decreto federal, iniciamos uma intensa troca de informações para compartilhar e criar estratégias políticas para denunciar e resistir à construção da hidrelétrica.

Naquele momento de angústia, surpresa e articulações para conhecer minimamente o que estava em tramitação, as poucas informações oficiais sobre o licenciamento, pedidos e pareceres sobre a UHE Formoso estavam disponíveis nos sites do IBAMA, da QUEBEC Engenharia e, pouco a pouco, foram publicados outros dados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e de outras instituições públicas e privadas. Um dos documentos que tivemos acesso foi a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), que descrevia a UHE Formoso (nome do empreendimento) como uma Usina Hidrelétrica (tipologia) do setor de energia.

A Ficha de vinte e seis páginas é um emaranhado de informações numéricas, geográficas e descritivas sobre área provável do barramento, mapas de “cursos d’água, massas d’água, indicação do canteiro de obras, subestações e vias de acesso”. Os corpos d’água apresentados no documento como potencialmente atingidos são, além do São Francisco, ribeirões e córregos afluentes e subafluentes do Velho Chico. Ao final, um questionário é apresentado com marcações que indicam apenas sim ou não para perguntas relacionadas àquilo que o documento identifica como meio biótico, meio socioeconômico, meio físico e outras informações.

Em toda a caracterização do empreendimento, o “interessado” – a Construtora Quebec LTDA – destacou apenas aquilo que é considerado como vida e que, portanto, seria impactado pela possível construção da UHE Formoso. Em outro documento elaborado em novembro de 2020, encomendado pela Agência Peixe Vivo a pedido do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, a Consominas Engenharia LTDA, foram apresentados três pareceres técnicos sobre a fauna, a socioeconomia e a hidrologia, bem como os possíveis riscos ambientais da construção da Usina. No parecer sobre a socioeconomia, somos informados sobre as “percepções de atores e segmentos locais envolvidos no processo de licenciamento” (Agência Peixe Vivo, 2020, p. 46), com foco nos posicionamentos contrários à construção da hidrelétrica.

Figura 14 - Mapa temático de massas d'água



Fonte: Construtora Quebec LTDA (2018)

Nos outros dois pareceres, sobre a fauna e sobre a hidrologia, toda a argumentação concentra-se em descrever espécies vegetais e animais encontradas na região assediada para o empreendimento e os possíveis impactos para elas. Todavia, a Análise Preliminar dos Riscos Ambientais (APR) apresentada pelo documento é elaborada com argumentos que atendem às demandas das empresas de energia elétrica, já que esse modo de ocupação do São Francisco considera a construção de uma UHE em termos como “captação de água”, “uso da água”, “recursos hídricos”, “geração de energia”, “aproveitamento hidrelétrico”. Nesse ímpeto de barrar os fluxos do rio, nota-se que o projeto da UHE Formoso se funde com outro barramento histórico e violento, que é a barragem de Três Marias. Na figura acima, a área destacada em azul escuro, dentro do perímetro da linha vermelha, representam as áreas que serão alagadas pela construção da nova UHE; enquanto o azul mais claro, fora da linha vermelha, é a represa de Três Marias. Não há, conforme pode-se perceber pela imagem, nenhum espaço para a fluidez das águas, dos peixes e de outros seres. Um barramento seguido imediatamente por outro.

Mesmo reconhecendo o emaranhado de ameaças às espécies descritas em mais de trezentas páginas, o parecer da Consominas Engenharia conclui sua análise, recomendando que

É de suma importância a adoção de medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento, para reduzir e/ou minimizar tais impactos sobre as comunidades. A ictiofauna merece especial destaque sob o aspecto conservacionista, uma vez que apresenta características ecológicas fortemente impactadas por empreendimentos hidrelétricos (Consominas, 2020, p. 341).

Assombrados com as notícias e com as tabelas que traziam informações sobre áreas alagadas e sobre as espécies da fauna e da flora que poderiam desaparecer, pescadores/as, vazanteiros/as, cantores/as, pesquisadoras/es se aliaram para entender o que estava acontecendo e o que poderia ser feito para dizer que além das espécies descritas, além dos possíveis impactos mostrados na Ficha de Caracterização de Atividade e nos pareceres técnicos sobre os riscos ambientais, outras existências também seriam afogadas pela UHE Formoso. Para essas formas de existir, de humanos e outros que humanos, de pessoas e de carrancas, ou dos seres no sorvedouro, as medidas mitigadoras e compensatórias não são a garantia de que continuarão existindo.

O Coletivo Velho Chico Vive iniciou uma série de mobilizações nas redes sociais, primeiro, para informar as pessoas da região sobre o empreendimento. Apesar de tramitar há mais de trinta anos, a instalação dessa Usina Hidrelétrica só foi conhecida porque esse grupo publicizou, acompanhou e denunciou mais uma catástrofe que querem instalar sobre os mundos ribeirinhos. Algumas das peças utilizadas no *Instagram* do Coletivo⁷³, apresentadas abaixo, foram criadas por davi. Em contraponto às fichas, pareceres e justificativas para a construção da UHE, as criações de davi foram compostas considerando a pluralidade das formas de existir, que não estão centradas apenas no humano e nas coisas Vivas.

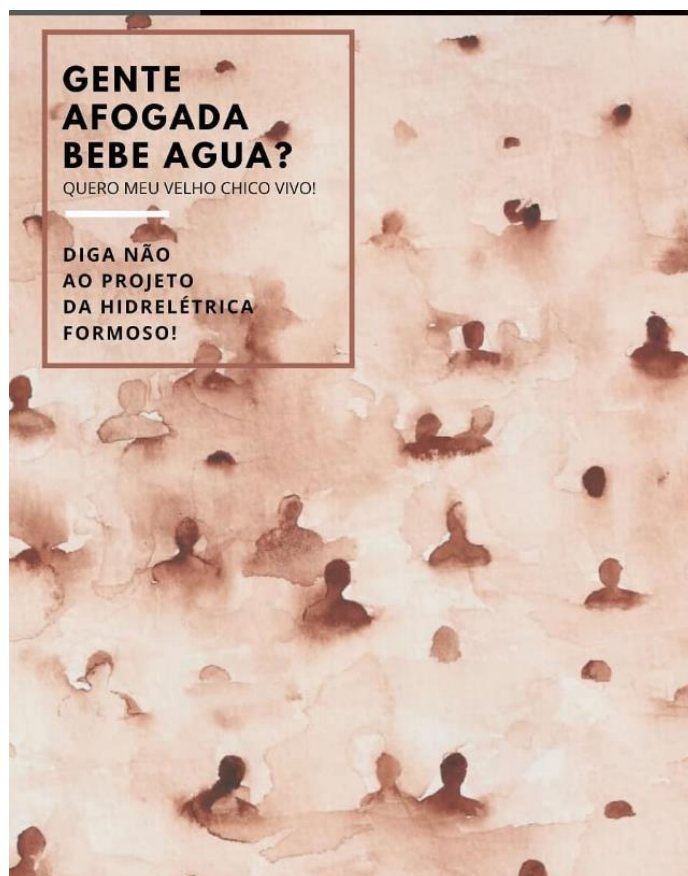
A resistência à UHE Formoso, portanto, vem sendo criada em contraponto à narrativa de que os impactos serão apenas sobre as águas, sobre os peixes, sobre as aves, anfíbios, répteis, ou somente sobre um conjunto de pescadores/as, vazanteiros/as e de gentes que vivem na beira do rio. A UHE Formoso coloca em risco de afogamento o fazer-mundo ribeirinho, que forma o conjunto das ecologias: das subjetividades, das relações sociais e do próprio meio ambiente. Se o rio não está apenas no plano das visibilidades, a construção da hidrelétrica violenta, faz desaparecer ou transforma bruscamente outros modos de existir que não são considerados nos pareceres, licenciamentos e fichas de caracterização.

As criações de davi e a resistência do Coletivo Velho Chico Vive, portanto, confrontam as operações da Quebec Engenharia e do Estado, para os quais o rio está disponível como recurso ou como massa d'água com potencial de aproveitamento hidrelétrico. No entanto, para os pescadores, lavadeiras, carranqueiros o São Francisco é uma composição de muitas formas de existir que inclui os peixes, as aves, mas também as pedras das corredeiras, as carrancas, o Caboclo D'água. São esses humanos, aqueles que merecem ser deixados para morrer porque

⁷³ Para acessar a página do Coletivo, convido a clicar no link: <https://www.instagram.com/velhochicovive/>. Após as mobilizações contra o licenciamento e construção da UHE Formoso, o grupo continua trabalhando contra a instalação de outros empreendimentos insustentáveis no Velho Chico.

estão muito próximos da natureza, como diz Marisol de la Cadena, que confrontaram em aliança com outros não humanos o projeto da UHE Formoso. Em aliança com as carrancas, as embarcações, as rezas, as memórias, os peixes, as água e outras pessoas, davi criou para resistir⁷⁴.

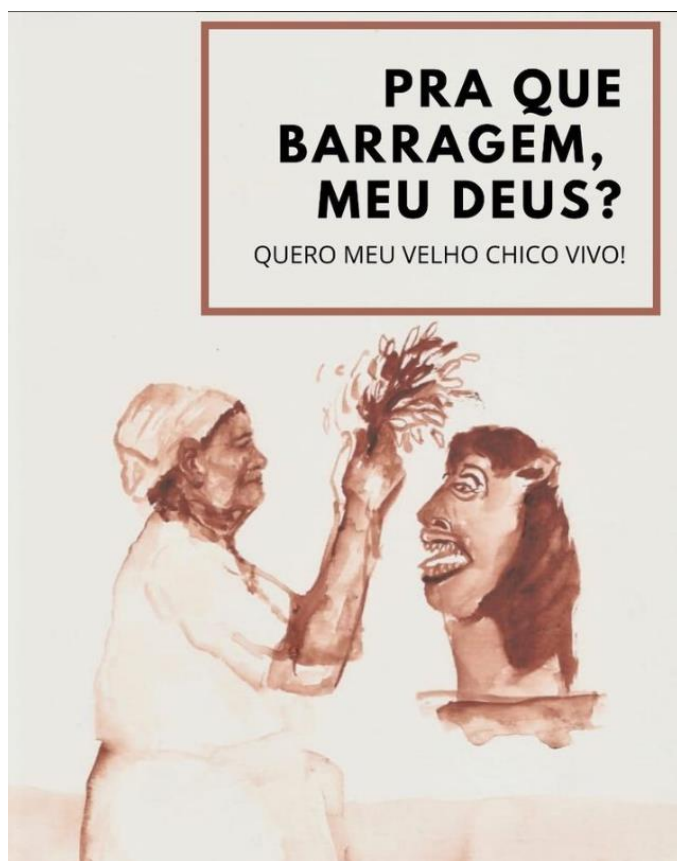
Figura 15 - Gente afogada bebe água? Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.



Fonte: Coletivo Velho Chico Vive.

⁷⁴ As quatro imagens apresentadas foram retiradas do perfil do Coletivo Velho Chico Vive, no *Instagram*. Elas foram postadas entre 29/05/2020 e 15/09/2020, período de consolidação do Coletivo e de mobilizações públicas de outros artistas, pesquisadoras/es, movimentos sociais e ONG's da região e de outros locais do Brasil, todas contrárias à construção da UHE Formoso. Além das imagens apresentadas, o perfil no *Instagram* mostra outras peças que continuam sendo utilizadas para informar às comunidades barranqueiras sobre a situação das águas, dos peixes e sobre os possíveis empreendimentos hidrelétricos, minerários que possam ocupar os mundos ribeirinhos. A última postagem referente à construção da UHE Formoso é datada de 23/03/2023 e mostra a visita do Procurador Federal Dr. Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, acompanhado pela antropóloga do Ministério Público Federal, Beatriz Accioly Vaz à comunidade pesqueira-vazanteira de Canabrava.

Figura 16 - Pra que barragem, meu Deus? Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.



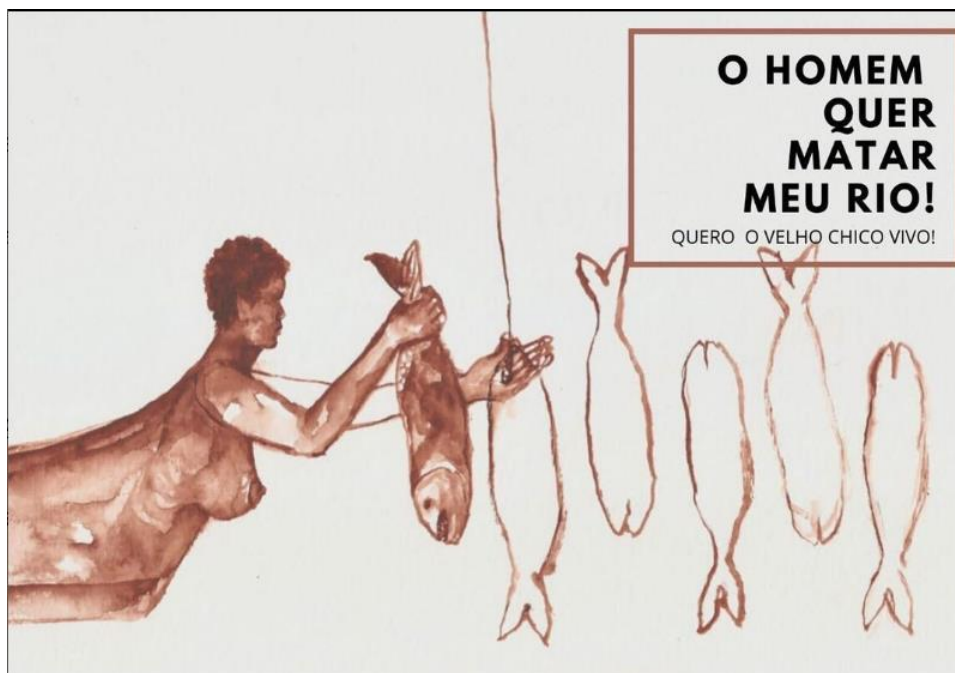
Fonte: Coletivo Velho Chico Vive.

Figura 17 - Não sou obrigado a me atolar! Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.



Fonte: Coletivo Velho Chico Vive.

Figura 18 - O homem quer matar meu rio! Autor: davi de jesus do nascimento, 2019.



Fonte: Coletivo Velho Chico Vive.

Mulheres e homens, gente abraçada dentro d’água, a benção da carranca, os peixes, a cara de azedume da figura de proa como se desejasse espantar o mal espírito que chegou com a notícia da UHE Formoso. Ao criar para denunciar o projeto da hidrelétrica, davi e o Coletivo se aliam para pensar a polissemia dos modos de existir que, junto aos humanos, são violentados com a instalação de empreendimentos hidrelétricos. Ao mesmo tempo, a resistência criada nesse caso produz uma ruptura com a dupla fratura colonial e ambiental, projeto operado pela modernidade. Essa criação para resistir “permite ultrapassar as rupturas instituídas por um enfoque na natureza, no meio ambiente ou no planeta” (Ferdinand, 2022, p. 254).

A resistência criada cotidianamente não é uma defesa da natureza. Como observa Félix Guattari (2012), não se trata mais de defender o meio ambiente, mas de recompor o conjunto das ecologias destruídas pelas catástrofes. Ao criar estratégias de resistência contra a ameaça da UHE Formoso, davi e o Coletivo Velho Chico Vive não deixaram de denunciar as violências sobre os mundos ribeirinhos que dilaceram subjetividades, relações sociais e proliferam consequências não desejadas para os peixes, as plantas nas vazantes, para as águas, as pedras, as carrancas e outros não viventes.

Nas peças apresentadas acima, bem como em outras obras do artista, as carrancas, os peixes, os seres que vivem no sorvedouro e as tantas memórias de sua família aparecem não como uma representação do rio. Esses seres, viventes e não viventes confrontam as ocupações que homogeneízam a experiência de alguns humanos como a única possível. Essa prática

criativa de davi convoca uma “infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de humanos e não-humanos” (Escobar, 2016, p. 93) que, em alguns momentos, podem ser tidos como crença, e não como criações válidas que podem confrontar a instalação de empreendimentos diversos.

Ao fazer alianças com as carrancas e com outros bichos híbridos das profundezas do sorvedouro, davi compõe com um rio-espaco-tempo, e não somente com aquilo que vemos fluir abaixo na superfície das águas. Inspiro-me em Ailton Krenak (2022) para descrever esse entrelaçamento do artista com outros modos de existir como “alianças afetivas”, na medida em que elas

Pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em casa ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar (Krenak, 2022, p. 82).

A aliança forjada entre davi e outros seres vivos e não vivos é afetiva, conforme observa Krenak, e cria uma resistência ontológica. Implica dizer que a resistência construída contra a instalação da UHE Formoso não considera apenas os aspectos territoriais, econômicos, tecnológicos e os “impactos” sobre a fauna e a flora. É uma resistência atenta às relações, por isso, as criações de davi ridicularizam o “projeto moderno que busca converter um mundo em um único mundo – o mundo do indivíduo e do mercado” (Escobar, 2015, p. 93). Se a instalação de barragens, como vimos no caso de Três Marias e de Sobradinho, deteriora não apenas a ecologia ambiental, mas as subjetividades, as relações sociais e o plano ecológico das invisibilidades, a resistência criada para enfrentar a UHE Formoso emerge como uma criação ontológica relacional, na medida em que essa ontologia reconhece “que nossas existências e nossos corpos estão entremeados pelos encontros com uma pluralidade de humanos e uma pluralidade de não humanos” (Ferdinand, 2022, p. 255).

davi conhece mais que os outros humanos, mais do que outras espécies vivas. Ele se sente convocado para criar com as outras formas de existir, mas também com suas subjetividades e com as memórias de sua família. Naquele momento da notícia da UHE Formoso, o artista criou com a memória de sua família expulsa pelo alagamento de Sobradinho. Nesse sentido, a sua cosmopoética, isto é, sua criação com o conjunto de existências ribeirinhas, pode ser ainda pensada como aquilo que Donna Haraway chama de um modelo simpoiético, “uma mundificação relacional que envolve fibras humanas e não humanas” (Haraway, 2023, p. 172).

Enquanto a Quebec Engenharia e o Estado brasileiro descrevem o rio São Francisco por meio de tabelas, gráficos e pareceres, nomeando-o como uma massa d'água, um recurso hídrico ou um corpo d'água que deve ser ocupado por barramentos, casas de força, turbinas e subestações de energia, meus interlocutores enunciam politicamente que o rio não é apenas um corpo d'água que flui entre as duas margens. Na Ficha de Caracterização de Atividade, é apresentada a justificativa de que a Hidrelétrica trabalha sobre a “regularização de vazão”, como se o rio fosse apenas um fluxo constante que deve ser barrado para diminuir ou acelerar o movimento linear das suas águas. Já que *existe um mundo desconhecido aí embaixo e que todo dia é uma novidade aí embaixo*, como observou Geraldo Babau, é justamente porque como discutimos em vários momentos deste capítulo, outras formas de existir com o São Francisco estão na profundidade, dentro e fora das águas, entre as duas margens e, às vezes, distantes geograficamente do próprio fluxo da água. Todavia, o imaginário hídrico operado pelo Estado brasileiro e pela Quebec Engenharia categoriza e ocupa o São Francisco como se ele fosse um fluxo com direção única.

Os *aguamentos* criados por davi para mobilizar e dizer “Não ao Projeto da Hidrelétrica Formoso” se juntaram a outras criações, especialmente de pesquisadoras/es, dos movimentos e pastorais sociais, como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em lugares que estão ameaçados, nos quais a morte é excessiva ou está à espreita, como é o caso daquela região assombrada pela hidrelétrica, Donna Haraway diz que a aliança entre diferentes humanos e outros que humanos movimentam pensamentos e práticas para ecologias vivíveis. Nessa perspectiva, ao etnografar as “mundificações ativistas de arte-ciência”⁷⁵ que podem fazer continuar ou ressurgir a vida diante de processos de degradação, a autora explica que:

⁷⁵ As quatro práticas descritas por Donna Haraway como “modelos simpoiéticos”, ou seja, formas de fazer-com, aliançando artistas, cientistas, humanos e outros que humanos, são projetos realizados no que ela chama de “quatro zonas críticas”, ameaçadas pela ocupação e pela proliferação de infraestruturas do colonialismo e do capitalismo. As zonas críticas são a Grande Barreira de Coral, a Ilha da República de Madagascar, o Círculo Polar Ártico e a região de Black Mesa, no Arizona (EUA). Os projetos são, respectivamente: *Crochet Coral Reef*, *Ako Project*, o jogo de videogame *Never Alone* e uma coalizão de grupos como a *Black Mesa Indigenous Support*, a Fundação *Black Mesa Trust*, *Black Mesa Water Coalition* e *The Navajo Lifeway*. Diante da velocidade e do ritmo das transformações na Terra, as pessoas, as plantas, os peixes, as águas, os micróbios e outras formas de existir não conseguem se orientar pelas estações ou pelo calendário. Mundificações, portanto, seriam os processos de construir refúgios para a continuidade humana e não humana e suas muitas relações. Diante da violência constante do Antropoceno e do Capitaloceno, Donna Haraway diz que nessas zonas críticas está em construção o Chthuluceno, esse tempo-espço em que “os seres humanos não são os únicos atores e todos os outros seres não apenas reagem a ele. A ordem é reticotada: os seres humanos são com a Terra e da terra” (Haraway, 2023, p. 104). Nesse tempo-espço proposto por Haraway, a construção desses mundos não está restrita ao “Homem”, ao antropos nem às histórias “grandes demais”. Diante do pânico apocalíptico, fazer-com e entre pessoas, peixes, águas, carrancas, artistas e cientistas é fazer denúncias e confrontos engajados, com “práticas atentas de pensamento, amor, fúrias e cuidados” (Haraway, 2023, p. 105).

Essas mundificações de arte-ciência são holobiomas – ou holoentes – nos quais cientistas, artistas, integrantes de comunidades e seres não humanos se envolvem reciprocamente em seus projetos, em suas vidas; passando a necessitar uns dos outros de maneiras diversas, apaixonadas, corpóreas e significativas. Todos esses projetos podem nos dar ânimo em tempos letais (Haraway, 2023, p. 131).

Para resistir ao projeto da UHE Formoso, davi, pescadores, vazanteiros, artistas, pesquisadores, as carrancas, as águas e outros que humanos presentes nas imagens que apresentei confrontam a ontologia dualista da Quebec Engenharia e do Estado brasileiro, para os quais a construção do empreendimento deve ser tratada tão somente na fratura entre sociedade e meio ambiente. A despeito das diferenças de cada artista, pescador, vazanteiro, cientista e das outras formas de existir, cada um desses seres aliados contra a UHE Formoso se fazem parentes, para continuar em diálogo com a proposta de Donna Haraway (2016; 2023). Fazer parentes para criar com outros, compor com outros, resistir com outros, sem que isso signifique homogeneizar as criações estéticas, éticas e políticas de mundos que não são iguais, mas que estão “confluindo a partir de um lugar, passando por ele, mas sem ficarem presas ali” (Krenak, 2022, p. 80).

As criações ribeirinhas feitas em aliança para resistir contra a hidrelétrica do Formoso perturbam as operações da Quebec Engenharia, solicitante do licenciamento, e dos diferentes órgãos do Estado brasileiro responsáveis pelo processo. Quando se associa com as águas e com as carrancas, por exemplo, davi não está operando com objetos do seu imaginário, que muitas vezes podem ser relegados ao lugar da crença⁷⁶, todos os seres não estão *no* rio, mas são *do* rio, porque para as pessoas com quem compartilhei esse tempo de pesquisa, o São Francisco é uma composição de todas essas formas humanas e outras que humanas. Portanto, a construção de empreendimentos sobre o rio São Francisco implica em ameaça e morte para espécies vegetais e animais, incluindo humanos, mas também para as carrancas, que estão gritando nas criações de davi. O rio é uma composição entre todos esses seres, e por isso, jamais enunciado pelos meus interlocutores apenas como água correndo sempre a frente.

O que observamos nas criações de davi e do Coletivo Velho Chico Vive, feitas para denunciar o projeto da UHE Formoso, não são entidades abstratas ou espécies autocontidas. Enquanto conversávamos sobre sua criação, sobre sua história e a migração de sua família para

⁷⁶ Arturo Escobar (2015) assinala que, mesmo em situações em que essas crenças são consideradas, o que vale é a palavra da “ciência”, que possivelmente vai relegar as existências outras que humanas a uma demanda cultural das comunidades. Na mesma direção argumentativa, Luiza Dias Flores (2018) diz que uma das tarefas de antropólogas e antropólogos é atuar como intercessores para não deixar que a verdade dos “outros” sejam reduzidas à crença e, portanto, à falsidade, por um “nós” que supostamente teria o acesso ao real e a uma natureza universal.

a região de Pirapora, davi estava sempre atento e descrevendo um emaranhado de seres e relações que envolvem sua vida, a de sua família, a construção de barragens, a existência de carrancas e os seres do *sorvedouro*, os peixes, os barcos. Nem ele, davi, nem as relações, tampouco o rio foram enunciados como uma abstração, mas como “um mundo inteiro que se atualiza minuto a minuto, dia a dia, através de uma infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de humanos e não-humanos” (Escobar, 2015, p. 93).

Aquilo que para o Estado e suas articulações econômicas é apenas recurso a ser explorado e *commodity* para exportação, para davi, Geraldo, seo Clarindo e tantos outros e outras são existências sem as quais não é possível seguir suas próprias vidas. Ao criar com essa multiplicidade de gente, bichos e coisas, davi e outras/os barranqueiras/os emaranham-se politicamente para fazer alianças urgentes em momentos em que a denúncia contra o habitar colonial e contra a sanha dos empreendimentos hidrelétricos parece ser insuficiente. Criações estéticas e políticas que colocam em relação de indissociabilidade o povo barranqueiro e outras existências ribeirinhas, os pescadores e a água, os vazanteiros e a terra, o artista e as carrancas.

Criações para a resistência que vão convocando seres e entes outros que humanos, descentrando a excepcionalidade humana como condição para a sobrevivência. Criam para alertar sobre a deterioração prolongada provocada pelas infraestruturas hidrelétricas, pelas mineradoras e pela agronegócio. Tudo isso é exemplo, como diz Stelio Marras (2018), da multiplicação de arranjos que ajudam a colocar atenção na continuidade das pautas, dos alertas, dos problemas, das ameaças, porque nenhuma delas pode ser tomada de forma separada, e isso indica uma nova composição política para os enfrentamentos, isto é, aquele atento às deteriorações passadas provocadas pelo habitar colonial, do presente agroindustrial e do futuro que o povo ribeirinho em Buritizeiro e Pirapora espera ser possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*E nisso a gente vai levando, porque graças a Deus somos bem acolhidos pelo rio*” (Seo Clarindo, 2024).

“A vida é artista, de modo que as verdades só fazem sentido se restituídas a esse movimento perpétuo de criação” (Dénètem Touam Bona, 2020).

“Não são receitas, fórmulas, chaves para abrir grandes portões; são, antes, o rascunho de rotas provisórias, o sussurro de possibilidades impossíveis, a manifestação misteriosa da existência do que não existe” (Jota Mombaça, 2021).

As derradeiras palavras deste texto não são as últimas sobre os reencontros que vivi com os pescadores/as, vazanteiros, artistas e com as minhas memórias ribeirinhas. Tampouco, serão minhas últimas palavras sobre os alertas emitidos incessantemente pelos barranqueiros do São Francisco sobre as mudanças bruscas do tempo de chuva, de seca, de enchente, de vazante ou de piracema. Para escrever estas palavras de considerações finais pensei muito na foz do São Francisco, onde depois de peregrinar por Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, o rio se lança ao mar como possibilidade de se prolongar com outras águas e mais existências. Estas linhas, portanto, estão aqui como uma foz, porque não quero que elas sejam finais, mas possibilidades de continuar fluindo, isso é, que elas prolonguem seus efeitos em minha vida – acadêmica, profissional, militante – e, se possível, sigam contribuindo para a existência dos barranqueiros e barranqueiras e outras formas de existências ribeirinhas.

Elaborei um projeto de pesquisa e regressei a Buritizeiro e Pirapora entre 2022 e 2024 como pesquisador, desejando insistentemente encontrar faixas e mobilizações diárias contra a Usina Hidrelétrica do Formoso. Aquilo que em casa e no papel fazia sentido, como observa Marilyn Strathern (2017), em campo foi transformado pelas preocupações e observações de meu pai, Geraldo, Jânio, dona Pureza, seo Clarindo, davi e de tantas outras pessoas que encontrei ao longo da pesquisa e que me ajudaram a reconhecer os alertas sobre transformações do tempo como criações ribeirinhas forjadas na relação com, e não na representação do rio como algo em que se acredita. Os ribeirinhos e ribeirinhas com quem compartilhei o tempo em campo não acreditam no rio, nas carrancas ou nos seres do sorvedouro tão somente. Não se trata do regime de crenças que comumente vemos ser atribuído a povos que terão suas criações destruídas pelas infraestruturas de produção de energia, mineração e plantio de *commodities*. O rio não representa algo. *O rio é*, como me disse davi de Jesus do nascimento.

Nesse sentido, a criação etnográfica que apresentei não é uma receita, tampouco uma fórmula pronta. É um esforço para me juntar a quem tem se desafiado a fluir numa antropologia

ribeirinha, que a partir dos mundos das águas, da pesca, das vazantes, das carrancas e de outras existências, sussurra possibilidades científicas, estéticas e políticas. Engajar-me etnograficamente entre os mundos ribeirinhos significou aceitar a experiência do encontro, não para dominar, mas para conhecer e levar a sério o fazer-mundo dos barranqueiros e barranqueiras. Ao aceitar ser situado pelas pessoas e outras existências, sem que isso significasse abandonar o compromisso metodológico, aprendi sobre o São Francisco além das margens e da água e ampliei as possibilidades de fazer antropologia. Uma antropologia ribeirinha, portanto, é um dos fluxos possíveis para resistir contra a violência do colonialismo e dos empreendimentos hidrelétricos, na medida em que considera as alianças afetivas e existenciais entre humanos e outros que humanos. E, por isso mesmo, uma oportunidade para continuar tensionando formas e critérios científicos que se protegem em/sobre categorias como objetividade e racionalidade.

Ao longo dos últimos anos, enquanto estava em campo e enquanto escrevia a dissertação, busquei levar a sério o convite de Touam Bona (2020), de considerar outras relações com o mundo que privilegiam sentidos outros além da visão. No meu caso, tive medo, mas ainda assim assumi o compromisso ético e político de considerar as palavras de cada uma das pessoas que encontrei ou entrevistei, de escutar atentamente suas observações, respeitar seus gestos e silêncios. Aprendi que não seria possível etnografar relações ribeirinhas, considerando inclusive outras que humanas, abandonando as memórias de pescadoras/es, vazanteiros e artistas, os gostos e os cheiros.

O movimento contínuo de criação do povo barranqueiro leva em consideração diversos sentidos, e justamente por isso o São Francisco não é um cenário a ser explorado, tampouco um ambiente imóvel sem conexão com a história. Os alertas, como a observação sensível de Geraldo Babau sobre os *contratempos*, são criações que fazem prolongar as denúncias sobre o habitar colonial. As transformações profundas entre o tempo do calendário e o tempo climático não são mudanças que acontecerão no futuro, como observaram todas as pessoas com as quais conversei. Nesse sentido, *contratempo* é um alerta de que as formas coloniais de habitar os mundos subjetivos, sociais e ambientais do São Francisco prolongam seus efeitos no tempo, do passado ao presente.

As promessas de mitigação das catástrofes climáticas globais são forjadas a partir da mesma lógica colonial que deteriorou as condições de existência com o rio São Francisco. Nesse sentido, o que os ribeirinhos e ribeirinhas alertam é que não é possível falar em transição ecológica ou transição energética se as formas perversas de habitar o rio e suas multiplicidades permanecem no centro desse movimento. Instalar usinas fotovoltaicas em cima do lago de Três

Marias, ou mesmo em áreas distantes das duas margens do rio, é depositar mais sedimentos perigosos desse desenvolvimento que se anunciou como redenção por meio da construção de Três Marias, das plantações de pinus, eucalipto, da soja, do milho e que agora diz que chegará com a UHE Formoso. O povo barranqueiro em Buritizeiro e Pirapora, pelo menos aqueles com os quais conversei, não estão preocupados apenas com as ameaças futuras, de mudanças climáticas que vão chegar. Essas transformações estão lá, chegaram há muito tempo. Portanto, resistir contra as ameaças é lutar contra as operações que estão em curso, e mesmo contra aquelas que foram desativadas, mas deixaram sedimentos tóxicos no fundo das águas, na memória das famílias deslocadas e nos corpos dos peixes que não podem mais fazer a piracema.

Por isso, a resistência que encontrei não é contra uma infraestrutura específica, como a UHE Formoso que se anunciou, mas contra o conjunto de operações que estão transformando o tempo e as relações com os mundos do São Francisco, sejam eles humanos e outros que humanos. Diante da dualidade que opera para tornar viável a ocupação do São Francisco por infraestruturas de energia elétrica, mineração e das fazendas de irrigação, as alianças entre pescadoras/es, vazanteiras/es, artista, pesquisadoras/es, carrancas, águas e outros seres não apenas denunciam a violência do habitar colonial sobre os mundos ribeirinhos, mas, principalmente, se associam para “fazer mundo”, tomando emprestada uma proposta de Malcom Ferdinand (2022). Essa tarefa, diz o autor, deve se desdobrar “no mínimo, nos planos ontológico, estético e político” (p. 254). Essa não é uma tarefa que os meus interlocutores, suas aliadas e seus aliados assumirão num futuro, porque as consequências da catástrofe não são apenas vindouras. Ao mesmo tempo que criam para resistir contra a UHE Formoso, davi e os demais artistas, pesquisadoras/es, pescadoras/es e vazanteiras/os no Coletivo Velho Chico Vive denunciam as ocupações históricas e a degradação das subjetividades e das relações sociais.

Ao criar com as carrancas, com os peixes, as águas, as pedras e com os seres ribeirinhos, o povo barranqueiro “considera nas escritas do mundo a presença de outros” (Ferdinand, 2022, p. 256). As alianças são afetivas e existenciais, posso dizer depois de tantos encontros na pesquisa, porque não se tratam apenas de relações entre diferentes espécies, mas entre formas de existir, algumas delas não vivas. Ao compor com essa pluralidade que é o São Francisco, os criadores e criadoras da resistência questionam o habitar colonial e agroindustrial sobre os mundos ribeirinhos. Uma *cosmopoética* contracolonial que tensiona a ontologia moderna racional do Estado e do mercado, aquela em que uma certa “humanidade” é o centro de todas as operações.

Emaranhados entre múltiplas formas de existir, nas margens e além delas, na superfície e no profundo das águas, as barranqueiras e os barranqueiros fazem mundos porque é preciso

construir possibilidades de continuar existindo apesar dos *contratempos*. *Cosmopoéticas ribeirinhas* é, ao mesmo tempo, a emissão de alertas que denunciam os modos violentos de ocupação e a criação estética e política para fazer avançar e prosseguir. *E nisso a gente vai levando*, pois diante do desenvolvimento que é feito promessa desde os tempos da colonização, o povo ribeirinho prolonga o efeito político das denúncias contra as hidrelétricas, a mineração, a energia solar e as fazendas de irrigação. *E nisso a gente vai levando porque graças a Deus somos bem acolhidos pelo rio* é uma observação importante para insistir que a resistência seguirá junto à criação de rotas e possibilidades de fluxos para todas as existências, relações e composições ribeirinhas com o São Francisco.

REFERÊNCIAS

- ACYPRESTE, Izadora Pereira. **Os pés da memória**: uma etnografia sobre as plantas, o gado e o tempo na beira do rio São Francisco. 2021. 333f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos, 2021.
- ACYPRESTE, Izadora Pereira. Entre a terra e o céu: os fluidos e as forças da vida na beira do rio. **Ruris**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 108-139, set. 2021.
- ARAÚJO, Elisa Cotta de; LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia; THÉ, Ana Paula Glinfskoi; ANAYA, Felisa; MONTEIRO, Luciana Maria Ribeiro. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Croátá, Januária – MG, 2019.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martin Fontes, 2018.
- BENITES, Luiz Felipe Rocha. O rio e a época: entendências barranqueiras sobre a água na paisagem perturbada do Vale do São Francisco. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 29, n. 66, e660407, maio/ago. 2023.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Desterro: Cultura e Barbárie, 2020.
- CABALLERO, Indira. VIEIRA, Suzane de Alencar. FUJIAKI, Alejandro. Antropologia da vida diante da catástrofe. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 14, n. 2, p. 241-253, 2022.
- CARDOSO, Thiago M. *et al.* Vidas precária em Águas Turvas: antropologia colaborativa nas ruínas do Antropoceno. **ILHA**. Florianópolis, v. 23, p. 97-126, 2021
- COSTA, Aline de Castro. Virada geo(nto)lógica: reflexões sobre vida e não vida no Antropoceno. **Análogos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 140-150, 2016.
- COSTA, Ana Luiza Martins. **Uma retirada insólita**: Rio São Francisco, Barragem de Sobradinho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- COSTA, Giulia Balbi Rodrigues da. *et al.* Rompimento da barragem em Brumadinho: um relato de experiência sobre os debates no processo de desastres. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 2, p. 377-387, 2020.
- DAMÁSIO, Ana Clara. **“Isso não é uma autoetnografia!”**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 27, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46479>.
- DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da política. Tradução de Lucas da Costa Maciel e Fernanda Borges Henrique. **Maloca - Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, v. 2, p. 1-37, 2019.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

DE LA CADENA, Marisol; HINNER, Hillary. Conocer para aprender y no para dominar. Una entrevista con Marisol de la Cadena. **Cuadernos de Teoría Social**, v. 6, n. 12, p. 162-182, 2020.

DE LA CADENA, Marisol; RISOR, Helen; FELDMAN, Joseph. Aperturas onto-epistémicas: conversaciones con Marisol de la Cadena. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, v. 32, p. 159-177, 2018

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser Afetado”. Tradução Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 14, n. 13, 2005. Disponível em: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263> Acesso em: 12 set. 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FLORES, Luiza Dias. **Ocupar: composições e resistências quilombolas**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2018.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma ético-estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: Edições N-1, 2023

HARRIS, Mark. Finding Connections Along the River in the Lower Amazon, Brazil. *In*: RODDICK, Andrew; STAHL, Ann. (org.). **Knowledge in Motion: Constellations of learning Across Time and Place**. Arizona: The University of Arizona Press, 2016.

HENKES, Silviana Lúcia. **As decisões político jurídicas frente às crises hídricas e aos riscos: lições e contradições da transposição do São Francisco**. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B.A **Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. 1ªed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2020. Pescadores artesanais, vazanteiros, retireiros e pantaneiros. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pescadores-artesanais-vazanteiros-retireiros-e-pantaneiros/>. Acesso em 10/08/2023.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MAIA, Raquel Mendes. **Paradoxos da legislação ambiental**: Uma análise de alguns dos conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade de Cana Brava - Norte de Minas Gerais. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

MARQUES, Tiago. Ribeirinhos denunciam mortandade de peixes no Rio São Francisco em localidade da Bahia. **Agência Sertão**, 5 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciasertao.com/2023/11/05/ribeirinhos-denunciam-mortandade-de-peixes-no-rio-sao-francisco-em-localidade-da-bahia/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 250-266, 2018.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. O debate parlamentar sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002). In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. **Gestión ambiental y conflicto social em América Latina**. Bueno Aires: Clacso, 2008. p. 105-134. (Colección Becas de Investigación). Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20100409125103/06campe.pdf>.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. **Política, Meio Ambiente e Arte**: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia (2002-2009). 2010. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Quatro Ecologias afroindígenas. **Revista de Antropologia da UFScar**, 9, p. 29-41, jul./dez. 2017.

MELLO, Campello do Amaral. Força e violência das palavras. (C. C. do A. Mello, Trad.). *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 31(2), e204416. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe204416>. 2022.

MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira de. BARROS, Cláudia Franca de. Madeiras históricas em embarcações tradicionais do baixo rio São Francisco. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 28, p. 109-123, 2017.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUSEU PARANAENSE. **Davi de Jesus do nascimento: mau da língua.** Textos de Davi de Jesus do nascimento, Beatriz Lemos, Brenda K. Souza; tradução para o inglês de Miriam Adelman. Curitiba, PR: Museu Paranaense, 2024.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco:** um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais, 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O rio e o caminho natural: propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditações do Quixote.** Tradução de Ronald Robson. Campinas, SP: Vide Editorial, 2019.

PAULA, Andrea Maria Narciso de Rocha de; CRISÓSTOMO, Adinei Almeida. Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira de Canabrava. **Nova Cartografia Social do Nordeste,** Cruz das Almas: EDUFRB, n. 6, jun. 2022.

PEREIRA, Renan Martins. **Ecologizar a memória:** sertão, antropologia e crise ecológica no século XXI. 2023. 321f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos, 2023.

POVINELLI, Elizabeth A. **Between Gaia and Ground:** Fours axioms of existence and the ancestral catastrophe of Late Liberalism. Durham: Duke University Press, 2021.

POVINELLI, Elizabeth A. **Geontologias:** um réquiem para o liberalismo tardio. Tradução e apresentação por Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SERRES, Michel. **O contrato natural.** Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, Igor Luiz Rodrigues da Silva. **Há um rio que vive e navega em meus sonhos, um preto velho me contou:** memórias, paisagens e práticas do São Francisco nas ruínas do Antropoceno. 2022, 447p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2022.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível:** manifesto por uma desalaceração das ciências. Tradução Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

STOLLER, Paul. **O gosto das coisas etnográficas:** os sentidos na antropologia. Tradução: Marcelo Moura Melo. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2022

STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: UBU, 2017.

TEIXEIRA, Maiana Maia. Da recusa ao cativo às (r)existências de agricultores e agricultoras no chão e nos tempos do Apodi-RN /. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Entre risos e perigos**: artes da resistência e ecologia quilombola no Alto Sertão da Bahia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023.

VIEIRA, Suzane de Alencar; FLAKSMAN, Clara; MELLO, Cecília Campelo do Amaral. A caixa de ferramentas de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.1-14, 2022.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, 2016.